

Universidade de São Paulo – USP

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH

Departamento de Geografia

TGI 2 – Trabalho de Grauação Individual 2

Orientador: Pr. Dr. José Bueno Conti

Aluna: Karen Gimenez n. USP 2.948.460

Período: noturno

Data: fevereiro, 2006

Título:

MAPEAMENTO DOS ANIMAIS

ABANDONADOS – CÃES E GATOS – NO

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E SUA

RELAÇÃO COM O AMBIENTE URBANO

SUMÁRIO:

I - Introdução: da sensibilização à metodologia científica	05
II - Justificativa	07
III - Revisão de conceitos	08
IV - Metodologia	14
V - História: da selva para o quintal – a domesticação de cães e gatos	16
V.1 – Cinco lobas podem ter dado origem aos cães	
V.2 - Instinto caçador aproximou gatos e homens	
VI - Conhecendo o objeto de estudo I: o comportamento de cães e gatos	24
VI.1 – Como os cães se comportam	
VI.2 – Agressividade em cães	
VI.3 – Como os gatos se comportam	
VI.4 – Agressividade em gatos	
VII - Conhecendo o objeto de estudo II: o perfil do animal abandonado no município de São Paulo	33
VII.1 - Quem são os cães abandonados no município de São Paulo	
VII.2 – Gráficos descritivos do cão abandonado	
VIII - Superpopulação e abandono de cães e gatos no município de São Paulo	48
XIX - Principais problemas que superpopulação sem manejo adequado pode trazer..	59
XIX.1 – Saúde – Zoonoses	
XIX.2. – Trânsito	
XIX.3 – Interferência na fauna silvestre	

X - O controle populacional	122
X .1- Manejo e controle populacional recomendados pela OMS	
X .2 - Experiência internacional bem sucedida	
XI - Posse responsável de cães e gatos.....	167
XII - Programas educacionais e o início de uma nova política em parceria	187
XII.1 - Programa de Saúde do Animal	
XII.2 - Programa educativo do CCZ	
XIII - A atuação da sociedade civil	193
XIV - Os mapas e as estatísticas do recolhimento de cães e gatos no município de São Paulo	202
XV.1 - Mapa do recolhimento por subprefeitura	
XV.2 - Análise	
XV.3 - Mapa do atendimento do SATTVA por subprefeitura	
XV.4 - Análise; comparação entre os mapas; gráficos de atendimento do SATTVA mês a mês	
XV - Conclusão	214
XVI - Agradecimentos	224
XVII - Referências Bibliográficas	225
XVIII - Anexos	

I - INTRODUÇÃO:

DA SENSIBILIZAÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA

Minha relação com os cães e gatos que vivem nas ruas, aqui denominados **animais de rua** ou **animais abandonados**, começou muito cedo, principalmente no que se refere aos cães. Desde criança os cães sempre chamaram minha atenção, independentemente de raça ou origem. Sempre tive pena daqueles que vagam pelas ruas, principalmente os mais magros, fracos e doentes, aos quais procuro dar comida e água por mais contestações que essa atitude provoque. Quando adolescente, os escondia em dias de chuva no prédio da escola em que estudava.

Em 2001 comecei a dedicar-me com mais afinco a essa causa por meio de trabalhos voluntários na área de comunicação – já que tenho formação anterior em Jornalismo – para ONGs voltadas para a proteção de cães e gatos abandonados. Com esse trabalho voluntário, conscientizei-me de que animais morando nas ruas são um problema não só para eles próprios – que passam fome, frio, sentem medo e estão sujeitos a doenças – mas também para a cidade, pelos motivos percorridos neste trabalho.

A observação emocional inicial passou a ter cunho geográfico a partir da hipótese de os animais abandonados serem um fator de degradação do ambiente urbano. A falta de dados e de produção científica sobre o tema reforçaram a idéia de desenvolver uma pesquisa voltada a ele.

Durante os anos de voluntariado presenciei algumas estratégias sendo montadas por algumas organizações não-governamentais (ONGs) ligadas aos animais abandonados sem

embasamento científico e estatístico ou com uso de dados de pouca confiabilidade. Enfim, trabalho prejudicado por falta de técnica, metodologia e conhecimento científico do universo em questão. Proponho-me então, por meio deste trabalho acadêmico, tentar suprir parte dessa falta de embasamento estatístico para que, a partir de uma pesquisa científica, ONGs, Prefeitura do Município de São Paulo e quem mais se interessar pela causa possa trabalhar com uma nova base de dados.

II – JUSTIFICATIVA

POR QUE ESTUDAR ANIMAIS ABANDONADOS SOB A ÓPTICA DA GEOGRAFIA

A idéia de estudar animais abandonados – cães e gatos – sob a óptica da Geografia surgiu a partir de alguns tópicos:

- ✚ Observação informal da grande quantidade de animais abandonados em diversos pontos da cidade, como USP, Liberdade, Anhangabaú, Parelheiros, entre outros locais.
- ✚ Observação do crescente número de animais abandonados que chegam aos abrigos.
- ✚ Verificação de lixo espalhado pelas ruas por esses animais bem como seus dejetos.
- ✚ Conhecimento do problema a partir da participação em dois seminários promovidos pela prefeitura do Município de São Paulo – em abril de 2002 e setembro de 2003 que abordaram o tema
- ✚ Envolvimento em trabalhos voluntários de proteção da fauna.

III - REVISÃO DE CONCEITOS

DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS E SIGLAS UTILIZADOS

Anfixenoses – infecções adquiridas de maneira intercambiável entre homens e animais como a leishmaniose

Animal doméstico – todos os animais que são adquiridos por meios tradicionais e sistematizados de manejo e melhoramento zootécnico, tornando-se domésticos ou domesticados, possuindo características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem podendo, inclusive, apresentar aparência variável, diferente da espécie silvestre que os originou.

Animal de criação comercial – aquele criado com o objetivo de ser comercializado vivo ou abatido

Animal de trabalho – aquele utilizado como força de trabalho seja em meios de transporte (carroças), atividades agrícolas (arado), lazer (espetáculos) ou atividades semelhantes.

Antroponoses – infecções adquiridas pelo homem a partir de contatos com reservatórios animais, como a raiva

Cães com dono, supervisionados ou controlados - animais são absolutamente domiciliados, ou seja, dependem de seu dono para obter abrigo, alimentação, vacinas,

higiene e lazer, saindo às ruas sempre com coleira e guia, acompanhado por pessoa com força suficiente para conduzi-los. No Brasil, são classificados como cães domiciliados.

Cães comunitários ou de vizinhança - São animais que a comunidade “adota” mas ninguém se responsabiliza por eles. Recebem restos de comida e são objeto de pena. Abrigam-se em qualquer lugar e não recebem atenção quanto a vacinação de espécie alguma. É freqüente observar a presença de gatos em árvores, em cemitérios e em praças, esperando que pessoas da comunidade lhes levem alimentos. Se esta fosse a única necessidade a atender, estariam isentos de doenças, em boas condições gerais de saúde, apresentariam condições físicas para se locomoverem sem dificuldade e as taxas de mortalidade seriam mínimas, determinadas por causas relativas à idade avançada. São os denominados cães errantes.

Cães de família - Esses animais dependem do dono para sua alimentação e seu abrigo, mas não apresentam restrições quanto a sua movimentação, ou seja, têm livre acesso às ruas. No Brasil, são os cães semi-domiciliados. A maioria dos proprietários não os registra e apenas os vacinam contra a raiva, por ocasião de campanhas desenvolvidas por órgãos públicos.

Cães errantes, selvagens ou ferais- São independentes e sem controle. Em geral, são estes extratos da população canina e da felina, os responsáveis pela disseminação de agentes de zoonoses que podem infectar os demais extratos e os seres humanos. Eventualmente, cães errantes podem ser animais que tenham fugido ou se perdido, ou gatos errantes podem ter sido colocados em liberdade incontrolada a fim de que

procurassem seus grupos. Muitas vezes, podem ser observados cães e gatos sem controle que se adaptam à vida em áreas remanescentes de florestas, sendo denominados animais feras ou selvagens. Determinam desequilíbrios ecológicos, por destruírem ninhos para se alimentar dos ovos e competem com animais silvestres. Como exemplo, podem ser referidos gambás, ouriços, tatus, cachorros-do-mato e aves, como o mutum, alguns dos quais estão ameaçados de extinção. Deve-se considerar que cães e gatos vivendo nestas condições propiciam a disseminação de zoonoses e diversas outras doenças infecto-contagiosas entre os animais silvestres, assoberbando a gravidade de sua permanência no ambiente. Existem comprovações que referem ser o comportamento agressivo dos cães selvagens mais intenso do que o comportamento de qualquer outro animal, mesmo os das espécies silvestres. Os cães e os gatos de família, os comunitários e os errantes são os que apresentam maior importância do ponto de vista epidemiológico, pela manutenção de ciclos de zoonoses e como transmissores de doenças às pessoas que venham a ter contato com eles. Os animais com dono são os únicos animais passíveis de um estrito controle em relação a procriação, vacinação, domiciliação, não mantendo contato com animais sem controle ou doentes que, por sua vez, não dispõem de quaisquer formas de controle e de identificação, tais como registro, tatuagem ou outra forma de licença. A maioria das pessoas considera o gato como um ser livre, que não precisa ser mantido sob constante controle. Esse é um erro e o controle de gatos é tão importante como é o dos cães, no sentido de garantir seu próprio bem-estar e o daqueles que com ele convivam.

Cães de trabalho – utilizados em atividades diversas como pastoreio, guarda, policiamento, guias de deficientes visuais, em shows e auxiliares em terapias diversas.

Cães de esporte – utilizados em competições esportivas.

Cães de exposição – utilizados como companhia, em feiras, exposições e para aprimoramento das raças.

Cães de companhia – utilizados para companhia e costumam ser os mais estimados pelo homem.

Centros de Controle de Zoonoses – instituições municipais com estrutura física e personalidade jurídica legalmente estabelecida, geralmente vinculadas ao órgão de saúde local. Suas principais atribuições são serviços ligados a controle de zoonoses, de doenças transmitidas por vetores e de agravos por animais peçonhentos. Essas atividades incluem vacinação de animais, controle de populações, vigilância epidemiológica, educação em saúde, investigação epidemiológica, controle de focos.

Controle de danos ambientais - As condições do meio ambiente podem favorecer a sobrevivência de animais sem controle por lhes proporcionar alimento e abrigos em terrenos baldios, casas abandonadas, locais próximos a lixões, construções abandonadas, becos, pátios de estacionamento, facilitando a formação de matilhas, a procriação e a disseminação de agentes etiológicos das mais diversas doenças. Eles também são responsabilizados por problemas, como poluição sonora resultante de brigas e latidos ou miados, por agravos a seres humanos e a outros animais, por

invasões de residências, creches, escolas ou hospitais, provocando, também, danos ao patrimônio. Em cidades turísticas, a poluição visual causada por dejetos e animais em precárias condições de saúde resulta no afastamento de visitantes, com significativa perda de ordem econômica.

Doenças transmitidas por vetores – são doenças que para serem transmitidas ao homem dependem de um animal invertebrado (como inseto) para efetivar a transmissão

Posse Responsável - O conceito de “ Posse Responsável” reflete a percepção pelo ser humano, mais precisamente dos donos de cães e gatos de estimação, da total dependência física e afetiva desses animais. Cuidar de cães e gatos significa assumir total responsabilidade por toda e qualquer atitude desses animais, mantendo-os em perfeitas condições de saúde, cuidados e afeto. Essa convivência entre homens e animais só vale a pena enquanto harmônica e prazerosa. O dono responsável, portanto, deve criar seus animais em perfeitas condições de saúde e contenção, de tal forma que não sejam causa de qualquer espécie de constrangimento ou risco a todos de seu convívio social.

Zooantroponoses – infecções adquiridas pelos animais a partir de contato com reservatório humano como a cisticercose

Zoonoses - Zoonoses são doenças naturalmente transmissíveis entre os animais e os seres humanos. A maioria das zoonoses está relacionada com posturas e/ou intervenções inadequadas no meio ambiente e passam a incidir na população humana,

nas populações animais e, em especial, nos animais domésticos que com ela convivem. Ex.: dengue, febre amarela, doença de Chagas, malária, esquistossomose, leishmaniose e raiva.

Fontes:

Instituto Pasteur, Centro de Controle de Zoonoses de SP, GAETA, Alexandre, *Código de Direito do Animal*, 1ª edição, São Paulo, Ed. Madras, Organização Mundial de Saúde (OMS), World Society of Protection of Animals (WSPA)

IV – METODOLOGIA

- ✚ Para esclarecer conceitos, classificações e dados históricos em geral foram usados livros, teses, guias e manuais de procedimento principalmente técnicos da área de saúde pública, onde há material mais vasto ligado a animais abandonados.
- ✚ Para traçar o perfil dos animais abandonados foi feito um trabalho em campo no principal abrigo do município de São Paulo (União Internacional Protetora dos Animais – UIPA), localizado próximo à região central com análise de amostragem de 200 cães lá abrigados (cerca de um terço do total na época) recolhida durante três meses – maio a julho de 2003 – aos sábados das 9h às 16h. O cadastramento e análise foram feitos por meio de uma ficha de 35 itens baseada na ficha de controle populacional de animais (ver anexos) da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Sociedade Mundial de Proteção dos Animais (*WSPA – World Society of Protection of Animals*). O acompanhamento e a orientação para o cadastramento foram feitos por dois especialistas em saúde pública. Não foi feito trabalho semelhante em gatos por motivos apresentados no corpo desta pesquisa no capítulo VII
- ✚ Foram entrevistadas 12 organizações não governamentais voltadas para a proteção de cães e gatos abandonados. Junto ao poder público municipal foram entrevistados quatro profissionais do Depave – Departamento de Parques e Áreas Verdes, quatro profissionais de departamentos diferentes do CCZ – Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria de

Saúde e também foi procurada a CET – Companhia de Engenharia de Tráfego que não forneceu dados para a pesquisa.

✚ Junto ao poder público estadual foi procurada a Polícia Rodoviária Estadual que forneceu dados sobre acidentes envolvendo animais nas rodovias paulistas. Junto ao poder público federal foram procurados a Polícia Rodoviária Federal e o Denit – Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte que não forneceram dados para esta pesquisa. Foram procuradas também quatro concessionárias de rodovias, tendo apenas a ViaOeste atendido e fornecido dados para a pesquisa.

✚ Durante dois anos foram feitas observações quanto ao problema por meio de trabalhos voluntários de quatro organizações não governamentais (ONGs), observação contínua nas ruas, acompanhamento de feiras de doação de animais, participação de cinco reuniões do Fórum Nacional de Proteção Animal, realizado mensalmente e participação em três seminários sobre o tema.

✚ A busca de informações se deu também pela leitura de material impresso ou *on line* proveniente de 20 organizações que atuam no município, da participação de cinco listas virtuais de discussão sobre o tema e do acompanhamento de oito comunidades virtuais de todo o Brasil hospedadas no *site* de relacionamentos Orkut durante seis meses.

V - HISTÓRIA:

DA SELVA PARA O QUINTAL: A DOMESTICAÇÃO DE CÃES E GATOS

V.1 – Cinco lobas podem ter levado à origem dos cães

A discussão sobre se a origem dos cães se deu porque o lobo, seu ancestral, se aproximou do homem ou se o homem atraiu o lobo é antiga entre os cientistas para tentar explicar a proximidade entre as duas espécies. O que é consenso, segundo o biólogo James Serpell [1] é que hoje os cães (bem como os gatos) não têm mais lugar na vida selvagem. Retirados de seu habitat pela domesticação e pela transformação biológica de seu ancestral lobo nas centenas de raças que vemos hoje em dia – 196 segundo o Kennel Club da Inglaterra e 150 segundo American Kennel Club [2] – o cão é um ser totalmente dependente do homem e não consegue mais viver sem ele. Segundo o “*Guia de controle de populações de animais de estimação*” publicado pelo Instituto Pasteur [3] todas as raças foram selecionadas e aprimoradas de acordo com o interesse humano e não de forma aleatória. Preservaram-se apenas os filhotes que mostravam sinais de interação tornando-se os homens com o passar do tempo cada vez mais rigorosos na seleção quanto ao comportamento dos animais.

Até os animais de rua, cita Serpell, mesmo sem dono dependem para sobreviver do que o homem lhe dá ou descarta na rua. O biólogo coloca o cão numa delicada posição entre o humano e o não-humano. Uma posição complicada para a espécie que, se de um lado é tratada com mimos exagerados por determinados donos, por outro, adquire valor de

mercadoria, que pode ser descartada, seja pelo abandono na rua, seja pela morte, quando se torna inconveniente ou constata-se reprodução em excesso.

Os primeiros registros da aproximação entre homens e lobos se deram por entre 12 e 14 mil anos atrás. No norte de Israel, recentemente, foram encontrados em uma caverna restos de um humano idoso e um cãozinho com entre três e cinco meses de idade, que viveram, provavelmente, no período entre 9.750 a 9.350 a.C.

Mesmo depois de milhares de anos entre processo de domesticação, cruzamentos e manipulação genética para a criação das diversas raças de cães, a diferença entre o DNA de um lobo selvagem e de um cão domiciliado é de apenas 1% [3]. A domesticação dos cães tem diversas lacunas em sua história, talvez por falta de registros ou talvez por falta de pesquisadores suficientes interessados no assunto.

No início, defendem algumas teorias, os lobos se aproximavam em busca de restos de comida nos acampamentos humanos. Eram os chamados “cães citadinos” [4] que se multiplicaram perto dos locais em que havia comida, agilizando aproximação com o homem, revelando aí um possível interesse mútuo: o dos lobos em comida mais fácil e o do homem em ter um auxiliar nos serviços de caça, segurança e carga. Essa aproximação gradativa pode, inclusive, ter sido a responsável pelo reconhecimento por parte dos cães de o homem como líder da matilha.

Lacunas à parte, sabemos que a domesticação dos lobos foi benéfica tanto para o animal quanto para o homem em diversos aspectos. Criou-se uma estrutura de cooperação durante a caça, na proteção dos acampamentos e na divisão da comida, as quais os animais tinham acesso com maior facilidade pela parceria com o homem. Mas ao longo da história nem sempre essa relação foi tão pacífica e harmônica.

A partir da 12^a dinastia do Antigo Egito podia-se reconhecer pelo menos cinco raças bem definidas de cães naquele país. Há sinais de domesticação também no Japão, China, Índia. Na Grécia, os cães aparecem na mitologia caçando com Ártemis e sendo adestrados por Apolo. Os cães foram usados pelos romanos como armas de guerra. Na baixa Idade Média, esses animais serviam para comer cadáveres de vítimas das pestes.

No século 17 eram destinados para caça e alguns trabalhos. Quando velhos ou doentes, eram afogados ou enforcados. No século 19, o investimento na criação e aprimoramento de raças se intensificou, bem como houve mudanças significativas no olhar do homem sobre esses animais, principalmente os de pequeno porte. A partir de 1800, os cães de estimação já eram mais numerosos que os de trabalho. Os principais clubes de cães do mundo, o Kennel Club da Inglaterra e o American Kennel Club, dos Estados Unidos foram fundados, respectivamente em 1873 e 1884.

Inicialmente, a seleção genética era feita apenas por cruzamento e com sentido utilitário (cães para caça, para rinha, trabalho etc). Para eliminar os aspectos selvagens dos lobos eram cruzados os exemplares mais dóceis e para guarda, os mais ferozes.

O primeiro cão, acreditam muitos cientistas, surgiu provavelmente em algum ponto do leste da Ásia. Desde então, eles seguem o homem em suas migrações pela Terra. Segundo estimativas de diversas pesquisas evolutivas [4] os cães teriam como origem pelo menos cinco lobas e 95% dos espécimes caninos são originários de três linhagens chinesas de lobos espalhadas pelo leste da Ásia.

Segundo Peter Savolainen, geneticista do Real Instituto de Tecnologia, em Estocolmo essa é a teoria mais aceita, apesar de a história do cão ainda ser pouco estudada. Três estudos publicados em novembro de 2002 na revista Science fornecem evidências de que

os primeiros seres humanos domesticaram lobos cinzentos na época em que cruzaram o Estreito de Bering e todo o território dos Estados Unidos para se estabelecer na região que hoje é Nova Iorque. Análises de DNA descobriram que os animais Américas do Sul e do Norte também descendem da mesma mãe eurásiana que podem ser as cinco lobas chinesas.

A proximidade criada desde a pré-história, como vimos anteriormente, acabou resultando na relação tão próxima existente hoje. O cão é o animal doméstico mais solicitado para preencher as necessidades humanas afetivas. Há cientistas, como o bioquímico inglês Rupert Sheldrake [5], que defendem a existência até de uma espécie de comunicação extra-sensorial entre os animais e seus donos. Na mesma linha de pesquisa de Sheldrake está Brian Hare, da Universidade de Harvard. Ele afirma que em muitos estudos comportamentais e de entendimento com o homem, os cães se mostraram mais eficiente que os chimpanzés, considerados biologicamente mais semelhantes ao homem. A alegação é a capacidade de concentração dos cães ao observar o comportamento do homem, principalmente do dono, quem considera o líder da matilha, como veremos no capítulo sobre comportamento.

Segundo o médico veterinário Farath Rondinoni em seu artigo “A domesticação dos cães, seu comportamento agressivo e seu tratamento” [6], difundido pela Internet, cães e seres humanos têm plenas condições de viver em harmonia porque sua estrutura social é semelhante. Entre as características comuns estão o grande cuidado com a prole, a comunicação verbal e não-verbal, e um relacionamento baseado em consideração com o outro e na não violência física.

Essa relação de reciprocidade, citada por Rondinoni, pode ter propiciado a reprodução indiscriminada de cães (“crescei e multiplicai-vos diz a Bíblia”). As consequências são falta de donos para os filhotes, o que gerou grande quantidade de cães abandonados e que se multiplica em progressão geométrica, seja por reprodução, seja por novos abandonos. Esse quadro é encontrado principalmente nas grandes cidades de países em desenvolvimento, como São Paulo e Cidade do México. Segundo um documento publicado pela Organização Mundial de Saúde em agosto de 2003, a explosão populacional de cães e gatos já é considerada um problema por essa entidade. A OMS prega urgentemente um trabalho de controle populacional no mundo todo. Essa preocupação é voltada principalmente para os que perambulam pelas ruas, muitos portadores de algumas das mais de uma centena de doenças transmissíveis ao homem por animais, as chamadas zoonoses. Quanto aos animais domiciliados, a atenção em relação à reprodução também é preocupação da OMS para evitar futuros abandonos.

V.2 - Instinto caçador aproximou gatos e homens

Quanto aos gatos, a suspeita até há pouco tempo é que sua domesticação tenha sido mais recente – aproximadamente entre 3.500 e cinco mil anos – com posição de destaque na civilização egípcia e em locais que não havia cães. Mas pesquisas recentes mostram indícios de convivência próxima entre homens e gatos 7.500 anos a.C. na região em que hoje fica Chipre.

Os egípcios cuja história registra uma grande empatia com os gatos teriam trazido gatos selvagens do Líbia para domesticação, com objetivo de caçar os ratos que invadiam os silos de alimentos e também em louvor à deusa Bassit, substituindo seu animal-símbolo, a

leoa. Eles foram criados em cativeiro a partir da 10ª dinastia (aproximadamente 2.100 a.C.), época em que matar um gato podia resultar em condenação à morte do assassino. As características dos gatos mais apreciadas pelo egípcios eram relacionadas à caça, agilidade e esperteza. O gato teve grande importância na civilização egípcia sendo adorado como um deus. Ao morrer era mumificado e colocado em sarcófago nos funerais de famílias ricas. Quando eles morriam, seus donos raspavam as sobrancelhas em sinal de luto.

O gato não é mencionado na história da Babilônia e nem da Índia pré-histórica. Na Grécia, ele está presente nos textos de Aristóteles. Os registros na Europa Medieval Ocidental foram encontrados a partir do século 11. Entre os romanos, o gato era usado para guardião da casa e também como símbolo da liberdade. Na Ásia, eles foram bastante úteis no trabalho de proteção contra ataque de roedores às larvas do bicho da seda.

Na Idade Média o gato teve dois papéis distintos na sociedade europeia. Foi associado à imagem do demônio e considerado companheiro de bruxas. Centenas de milhares deles foram mortos nas fogueiras como elas. Essa quase extinção do gato na Europa contribuiu para, no século 14, a epidemia de peste bubônica se espalhar pelo continente. Houve um grande aumento do número de roedores transmissores da doença devido a ausência de seu principal predador no meio urbano. Nesse momento os gatos passaram a ser fundamentais no combate aos roedores e, conseqüentemente, à peste. Aos poucos, o gato voltou a ser aceito nas moradias europeias especializando-se na caça de camundongos. Entre os séculos 17 e 18 eles chegaram à América do Norte, presentes nos navios que faziam a travessia do Atlântico.

Animais domésticos, como cães e gatos foram submetidos a séculos de seleção artificial, com base apenas nos critérios que interessam a seus criadores conforme já foi descrito

aqui. Isso levou à produção de gerações de animais com problemas hereditários aumentando sua dependência do homem. Gatos persas podem ter problemas de visão tão sérios que não sobreviveriam longe do dono humano. Cães buldogues tendem à cegueira precoce. Dálmatas podem ficar surdos ainda jovens e apresentar problemas de pele. Raças como o dogue alemão costumam nascer com ossos fracos para agüentar seu porte e peso. Nos laboratórios, a experimentação para aperfeiçoamento de raças continua até hoje e em muitos casos de forma agressiva.

Em termos sociais e biológicos toda essa transformação genética e comportamental de lobos e gatos selvagens gerou duas espécies – o cão e o gato – que podem ser consideradas “parasitas sociais” nos dias de hoje. O termo, que em princípio parece pejorativo se levada em conta a relação afetiva com o homem refere-se à sua perda de capacidade de sobreviver na natureza. Se reintroduzidas, as duas espécies que – principalmente o cão – diferem de seus originais – podem causar verdadeiros desastres nas cadeias alimentares e no equilíbrio ecológico. Tornaram-se totalmente dependentes do homem e de sua estrutura social. Homem esse, que como veremos mais tarde, associou os animais – provavelmente pela relação de compra de exemplares – a objetos. Essa transformação do animal em mercadoria é um dos argumentos mais usados pelos especialistas para justificar a facilidade do descarte de animais nas ruas. A situação de parasita e suas conseqüências como abandono, problemas de saúde e ambientais nada mais é do que o resultado da própria ação inconseqüente do homem como veremos mais adiante. Homem esse o único ser capaz de reverter esse quadro que ele próprio criou.

- [1] - National Geographic Magazine, jan - 2002
- [2] - dados de 2002
- [3] - INSTITUTO PASTEUR - Manual de Controle de Populações de animais de estimação
- [4] - Revista Viver, Mente e Cérebro, ano 12, edição 141, outubro/2004, págs 90 a 93, Klaus Wilhelm. Duetto Editorial
- [5] - SHELDRAKE, Rupert, Cães sabem quando seus donos chegam em casa, Editora Objetiva
- [6] - RONDINONI FARATH, "A domesticação dos cães, seu comportamento agressivo e seu tratamento"
- [7] TANJI, Andréa Soares Corria, Distribuição da população de Canis Familiareis no Bairro do Capão Redondo, São Paulo, SP, 2993, Monografia de Bacharelado, Curso de Ciências Biológicas , Universidade Metodista de São Paulo.

VI – CONHECENDO O OBJETO DE ESTUDO I: O COMPORTAMENTO DE CÃES E GATOS

Cabe ao ser humano buscar estudar e compreender o comportamento e as necessidades de cada animal ou de cada raça para otimizar essa convivência e torná-la cada vez mais previsível diz o manual “*Criando um amigo – manual de prevenção contra agressões por cães e gatos*” - do Centro de Controle de Zoonoses do Município de São Paulo,.

O comportamento de cães e gatos é uma mistura entre suas características naturais e as adquiridas pela convivência com o homem, pelo processo de domesticação e pelo processo biológico de formação das raças. Os sinais emitidos – sonoros ou gestuais – demonstram seu estado de ânimo, humor e agrado ou desagrado quanto a estímulos e situações. Diferentes atitudes indicam marcação territorial, posse, ciúmes, afetividade, dor ou algum outro tipo de incômodo, agressividade, hierarquia, euforia entre outras manifestações. Muitos sinais comportamentais são característicos de cada raça ou até da espécie, mesmo assim, alguns detalhes podem variar de animal para animal sendo mais facilmente identificados por aqueles que convivem com o cão ou o gato. Ambos à sua maneira desenvolvem fortes laços de afetividade com seus donos.

Antes de reagir a algum comportamento do animal é necessário, recomendam especialistas, olhar a situação não só sob a óptica humana, mas tentar compreender o ponto de vista do animal, suas necessidades, possibilidades e capacidade de compreensão.

VI.1 - Como os cães se comportam

Os cães identificam o homem como pertencente à matilha e quase sempre o líder dela. Nos gatos essa hierarquia é menos evidente. O olfato é seu sentido mais aguçado com o qual é capaz de reconhecer o meio que o cerca, demarcar seu território e reconhecer odores, como uma parte de urina em milhões de partes de água. É capaz de reconhecer seu dono mesmo a grandes distâncias. A espécie canina, segundo o *“Manual de controle de populações de animais de estimação”* do Instituto Pasteur, a espécie canina se diferencia dos lobos nos aspectos naturais, mas preserva consideravelmente traços de comportamento como a formação de matilhas e a de estrutura social organizada e hierarquicamente definida. Abanar o rabo e mostrar os dentes, por exemplo, são características comportamentais herdadas dos lobos.

Eles vivem uma relação de submissão quanto ao homem. Em testes os cães obtêm melhores resultados que os primatas afirmam os estudos de Vilmos Csanui, especialista em psicologia dos cães da universidade Eötvös-Lorand, de Budapeste. Ele alega que cada animal emprega um comportamento adequado ao seu meio e o meio do cão hoje é o meio dos homens, já que ele não pertence mais à natureza.

Os lobos são incapazes desse tipo de interação por não conviverem com o homem. Mas como explicar se o cão descende do lobo? Provavelmente, explica Csanui porque os padrões de exigência do homem quanto ao lobo/cão foram se sofisticando e se tornando mais rigorosos com o passar do tempo. As capacidades cognitivas dos cães foram selecionadas e depois fixadas sendo transmitidas a cada geração.

Os cães tem atração pelo olhar humano e pela convivência e compreendem melhor sua comunicação gestual. Tal capacidade foi gravada geneticamente com o passar dos anos se

tornando uma herança biológica, segundo pesquisas da Universidade de Harvard nos EUA e do Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva em Leipzig, na Alemanha. Os genes que contêm essa capacidade foram selecionados conforme o processo de domesticação evoluiu, permitindo que alguns cães compreendam até mesmo gestos de maior complexidade. A forte relação de afetividade desenvolvida entre o homem e o cão indica esses animais como coadjuvantes em tratamentos terapêuticos e redução do estresse.

Assim como seus ancestrais lobos, os cães vivem em grupos (matilhas) com um líder que dá ordens aos outros por meio de sinais ou atitudes como delimitar território por meio da urina. No convívio com humanos, um humano – provavelmente pelo seu tamanho ou voz de comando – é identificado como líder. Quanto o ser humano não mostra sinais de liderança o cão tenta então assumir esse papel. A agressividade faz parte da conduta social dos cães que são predadores por natureza ou quando sentem algum tipo de ameaça.

VI.2 - A agressividade em cães

A agressividade tanto em cães quanto em gatos é considerada um comportamento normal que pode ser expresso por meio da postura ou de sinais sonoros do animal. Demonstra descontentamento ou irritação e só se transforma em uma atitude de fato quando não compreendida. Os cães e gatos costumam avisar de alguma forma antes de atacar. O comportamento agressivo pode se manifestar desde filhote e se manter no adulto quando não adestrado ou educado adequadamente. Mesmo assim, é possível alterar o comportamento do animal depois de adulto, sendo um processo mais trabalhoso.

Hormônios e hereditariedade também influenciam no grau de agressividade, havendo a possibilidade de animais agressivos gerarem filhotes com tendência à agressividade.

As condições de vida e o adestramento inadequado também podem ser incentivadores do comportamento agressivo. Excesso de castigo ou mimo, animais presos a correntes, falta de suprimentos, isolamento, falta de espaço entre outros fatores podem deixar os animais mais agressivos. Acredita-se que a educação e as condições de vida sejam os fatores mais determinantes no coeficiente de agressividade de um cão.

Tipos de agressividade segundo o *Manual do Educador “Criando um Amigo”* produzido pelo CCZ/SP.

Por dominância – bastante comum quando o cão sente sua posição hierárquica na matilha ameaçada. Atitudes como rosnar, agarrar, olhar fixamente, dar patadas, mostrar e ranger os dentes são sinais de um possível ataque.

Por posse – quando alguém se aproxima de seus pertences.

Por medo – quando sentem qualquer tipo de temor

Por herança genética ou influência hormonal – hormônios masculinos incentivam a competitividade e fêmeas no cio se tornam mais propensas à agressividade.

Por territorialidade – quanto sentem seu espaço ameaçado.

Por caça – instinto vindo de seus ancestrais lobos, o cão pode se mostrar agressivo contra o que ele considerar uma possível presa, inclusive carros, motos, bicicletas e pessoas correndo.

Por instinto maternal – fêmea quando cuida da cria

Por brincadeira – expressão não verdadeira de agressividade, demonstrada durante um jogo ou brincadeira.

Muitos cães demonstram comportamento agressivo com a chegada de um bebê à casa, que ele interpreta como um novo integrante da matilha. Pela lógica do comportamento canino o mais novo e mais fraco deve ser aquele que recebe menos atenção, o que gera um conflito entre o comportamento do animal e o do homem. Segundo a publicação do Centro de Controle de Zoonoses, é um comportamento fácil de ser modificado desde que sejam feitas as ações certas para promover a aproximação e a aceitação do novo membro da família pelo animal. A falta de compreensão do comportamento do animal pode levar o dono a considerá-lo um cão perigoso ou problemático resultando em abandono.

Quando estão irritados e prestes a atacar os animais demonstram sinais prévios para que o “inimigo” se afaste ou altere seu comportamento. Os principais sinais são:

- Latir e/ou rosnar

- Mostrar os dentes

- Os pêlos da nuca e do dorso ficarem eriçados

- As orelhas serem mantidas abaixadas e para trás

- A postura se tornar rígida, os membros mantidos afastados

- e o dorso encurvado

- Ao partir para o movimento de ataque ou defesa, o animal salta, sacode a cabeça e abocanha qualquer objeto que acredita o estar ameaçando-o.

Segundo Tanji [7], cães permanecem próximos ao dono, são mais ativos pela manhã, oferecem possibilidade de treinamento e demonstram sinais de amor e consideração. Costuma haver grande contato físico entre os cães e os seres humanos. Eles se adaptam em qualquer habitat terrestre em que o homem esteja presente. É o carnívoro mais abundante do planeta.

VI.3 - Como os gatos se comportam

Segundo o “*Manual de controle de populações de animais de estimação*” do Instituto Pasteur, o comportamento do gato prima pela lealdade, independência e hábitos de higiene. Diferentemente do cão, o gato não é um animal submisso. Seu comportamento destaca-se pela autonomia. Sua capacidade de caçar, agilidade e esperteza eram muito admiradas pelos povos antigos no início de processo de domesticação dos gatos.

A organização social dos gatos e boa parte de seu comportamento ainda lembra o dos ancestrais selvagens como ronronar ou mostrar as garras. A sociedade felina, segundo o *Guia de controle de natalidade animal*, publicado pelo Instituto Pasteur, se organiza ao redor das fêmeas reprodutoras e sua linhagem descendente. As fêmeas ficam no bando. Os machos ao atingirem idade reprodutiva são expulsos e passam a vagar sozinhos. Os gatos exigem menos atenção de seus donos que os cães e são de menor porte que a maioria dos cães. São bastante territorialistas e exploradores.

Seus miados costumam ter significados específicos indicando queixas, dor, agressividade ou algum tipo de pedido. Também se comunicam ou deixam mensagens por odores (por isso se esfregam em móveis e paredes), pela marcação com urina e arranhões. Gestos como olhos semicerrados, abano a cauda e postura das orelhas também são sinais de comunicação.

VI.4 - Agressividade em gatos

Nos gatos, a agressividade também se manifesta de diversas formas, mas é motivada principalmente pela necessidade de defesa de território. Eles costumam morder ou por brincadeira, defesa do território, luta por uma fêmea e quando sentem dor. O gato além

arranhar e morder, tem como hábito dar golpes com as patas. Um gato, ao se sentir ameaçado ou muito estressado, pode ser agressivo inclusive com pessoas com as quais tenha relação de afetividade.

Diferentemente dos cães, boa parte dos gatos não gosta de contato físico constante. Repetidas tentativas de contato físico sem a concordância do animal podem levá-lo a irritabilidade e conseqüentemente à agressividade. A agressividade felina, segundo o manual no item *agressividade em cães*.

✚ **Por territorialidade** – quando o grupo familiar se sente ameaçado em seu espaço.

✚ **Por maternidade** – para proteger a ninhada.

✚ **Por auto-defesa** – quando se sentem ameaçados, estão em situação de desconforto ou sentindo dor.

Para diminuir as possibilidades de o gato desenvolver um comportamento agressivo quando adulto, recomenda-se que ele desde filhote ele seja tocado e acariciado por seu dono, principalmente no abdome e tenha o uso de unhas e dentes em suas atitudes desestimulado. Recomenda-se também que não se pegue o gato na frente de pessoas estranhas, pois ele se sentirá preso e incapaz de se defender. Nessa situação pode demonstrar comportamentos agressivos. E também que não se pegue o animal no meio de uma briga.

O comportamento do gato é um pouco mais difícil de compreender que o do cão. Há casos em que ao serem acariciados, eles reagem de forma duvidosa, com dilatação das pupilas, agitação da cauda, corpo retesado e até alguns arranhões ou mordidas ou ainda fuga. Isso porque a maioria dos gatos não gosta de contatos muito prolongados. O que em momentos anteriores era um prazer se transforma em algo irritante ou até doloroso. Por

isso é necessário prestar atenção aos sinais que o animal dá. O gato quando está irritado, sem em situação de confronto com seres humanos tende a fugir, mas pode apresentar algum destes sinais segundo o manual do Instituto Pasteur:

- ✚ · Dobrar as orelhas para trás
- ✚ · Balançar a cauda
- ✚ · Eriçar os pêlos da coluna
- ✚ · Rosnar, abrir a boca e sibilar
- ✚ · Encolher-se e depois pular
- ✚ · Esticar o dorso em arco, na forma de um U invertido para parecer maior.

O “Manual técnico do Instituto Pasteur n. 6 – controle de população de animais de estimação” mostra que a organização social dos gatos remete aos seus ancestrais e é centrada em dois grupos:

✚ O das fêmeas reprodutoras como elemento central e seus descendentes. Machos pertencem ao grupo apenas durante a época do acasalamento e quando filhotes.

✚ Os grupos de machos que disputam entre si fêmeas e territórios. Nesse tipo de agrupamento os mais velhos ensinam os mais jovens que foram expulsos dos grupos das fêmeas. Esses machos em época de acasalamento passam períodos nos grupos das fêmeas.

Nas comunidades urbanas pequenas e no campo, as comunidades de felinos se formam de forma natural por meio de parentesco. Já com as características dos centros urbanos, essa formação de grupos se dá principalmente por questões de aproximação geográfica e não por parentesco, pois animais de diversas procedências são reunidos em ambientes próximos.

A marcação territorial é um comportamento forte nos felinos, que inclui áreas de circulação e de encontros. A marcação se dá por meio de urina e arranhões. É preciso levar em conta que a relação permanente com o território nos gatos é mais difícil que nos cães. Gatos são caçadores por natureza e nem sempre com objetivo de alimentação, mas também por brincadeira. É uma característica ancestral mantida pelos animais domesticados.

A primeira infância dos gatos se dá até as nove semanas de vida quando suas características comportamentais são definidas. A manipulação humana ou o contato com a mãe são fundamentais para o direcionamento do comportamento e da sociabilidade. Quando o animal é submetido a condições inadequadas durante esse período, pode despertar comportamentos que sejam mais difíceis de serem alteradas na vida adulta.

VII - CONHECENDO O OBJETO DE ESTUDO II: O PERFIL DO ANIMAL ABANDONADO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

VII.1 - Quem são os cães abandonados no município de São Paulo

- + **Amostragem:** 200 cães recolhidos pela UIPA - União Internacional Protetora dos Animais.
- + Amostragem escolhida na UIPA por ser o maior, mais antigo (110 anos de existência) e mais conhecido abrigo do município, por estar localizado na região central e receber chamados de todas as regiões do município.
- + **Coleta:** junho e julho/2003
- + **Universo na época da coleta:** 625 cães abrigados e 250 gatos
- + Cadastramento e análise dos gatos não foi permitida. Motivo: troca de diretoria da entidade durante o cadastramento, sendo que a que assumiu não permite pesquisas dentro de seu domicílio.

Perfil dos cães abandonados recolhidos por abrigos

- ✓ **Idade média estimada :** entre 2,5 e 3,5 anos
- ✓ **Peso médio:** 14,25 kg
- ✓ **Altura média (a partir da cernelha):** 48 cm
- ✓ **Comprimento médio (sem rabo):** 65,8 cm

✓ **Perfil geral:** fêmea, pelo curto, liso e de duas cores. Preto como cor principal e as diversas tonalidades semelhantes ao bege (incluindo dourado, amarelo e champagne) como cor secundária. Olhos castanhos escuros, orelhas médias e caídas. Focinho fino, cauda sem amputação, longa, espessa ou fina. É um animal saudável, sem registros de doenças anteriores, cicatrizes ou traumas, e com boa dentição. Seu comportamento prima pela docilidade e tranquilidade e tem ótimas ou boas chances de adoção.

Dados gerais dos animais em abrigos:

❖ 99,5% de mestiços ou sem raça definida. Cães de raça são exceções. Na amostragem foi encontrado apenas um cão da raça boxer.

❖ 66% de fêmeas.

❖ 15% são cães de grande porte, 47% de médio porte e 38% de pequeno porte. Levando-se em conta a margem de erro e os dados de peso, altura e comprimento médios conclui-se que a maioria absoluta dos animais abandonados que sobrevivem ou que e reproduziram nas ruas corresponde ao parâmetro de transição entre pequeno e médio porte. Isso não significa que esses sejam os mais abandonados, pois há a possibilidade de eles pelo porte serem os que mais conseguem sobreviver a pouca comida disponível na rua e ao pouco espaço disponível nos abrigos. Estes dados precisam ser cruzados com os do *Centro de Controle de Zoonoses*.

❖ 61,5% têm pelo curto, 8,5% pelo longo e 30% pelagem de comprimento médio.

❖ 86% têm pelo liso, 4% encaracolado, e 10% pelo eriçado, conhecido popularmente como arame.

❖ 61,5% apresentam duas cores de pelo, 16,5% três cores e 21,5% apenas uma cor.

❖ A cor predominante é o preto em 56% dos cães, seguida por branco, 12%, champagne, 8%, bege, 6,5%, dourado, amarelo com 6%, 4,5%, marrom 5% e cinza 2%. Pelas pequenas variações entre as tonalidade champagne, bege, amarelo e dourado, se somadas também correspondem a um percentual significativo ficando em 32,5%.

❖ Quanto às cores secundárias, levando-se em conta a margem de erro, a predominância dividiu-se entre branco com 24,6% e bege, com 24%, seguidas por preto com 21,4%, marrom, 8,6%, champagne, 7,4%, amarelo 6,6%, cinza 6% e dourado 1,4%. Somando-se as tonalidades semelhantes ao bege têm-se um universo bem maior, com 39,4% de cor secundária nesses tons.

❖ 74% têm olhos castanhos escuros, 16% castanho claros, 7% olhos pretos, 2% cor de mel e 1% olhos azuis.

❖ Quanto às orelhas as de tamanho médio predominam com 64,5%, seguidas pelas pequenas com 22,5% e grandes com 13%. Orelhas caídas estão presentes em 81% da amostragem, enquanto 19% apresentaram orelhas em pé o tempo todo.

❖ Quanto à característica mais marcante no focinho, 43% destacaram-se pelo focinho fino, 39,5% pelo focinho largo, 11,5% focinho chato e 5,8% focinho muito comprido.

❖ Rabo cortado são minoria. Quanto aos que estão nessas condições, não há registros se assim chegaram ou se houve necessidade de intervenção cirúrgica por problemas de saúde já no abrigo. 92,5% apresentam rabo longo, 2% rabo curto e 5,5% rabo cortado ou amputado. Houve empate técnico entre aqueles cujas caudas não foram amputadas quanto a caudas finas ou espessas, sendo 51,6% dos animais caracterizados por caudas espessas e 49,43% por caudas finas.

❖ Dos 200 animais da amostragem, apenas 18 apresentavam cicatrizes, localizadas no focinho, nas orelhas e nas patas, o que corresponde a **9%** do total. É importante lembrar que esses animais viveram expostos a riscos nas ruas e nos abrigos há casos de brigas por liderança da matilha.

❖ Quanto a traumas apenas oito foram detectados (**4%**) e localizados nas patas, quase sempre por problemas de calcificação errada. Pode-se presumir acidentes quando viviam nas ruas que foram curados sem a devida assistência veterinária.

❖ Quanto a pequenas deformidades mamilos proeminentes, verrugas, assimetria de algum tipo, desproporcionalidades (patas muito curtas para o comprimento do cão, por exemplo), foram encontrados 25 animais, o que corresponde a **12,5%** do total. É importante lembrar que assimetrias e desproporcionalidades podem ser resultado de gerações de cruzamentos contínuos em que podem fazer parte do grupo cães de características muito peculiares (basset, por exemplo).

❖ Durante a coleta da amostragem apenas cinco animais mostraram ferimentos ainda não cicatrizados (**2,5%**).

❖ Amputações ou perda de alguma parte do corpo (exceto corte do rabo) foram encontradas em seis animais (**3%**), sendo principalmente patas, orelhas e um cão possuía apenas um olho.

❖ Quanto à saúde, apenas oito animais necessitavam de cuidados, sejam imediatos ou constantes, o que equivale a **4%**. Todos os outros estavam em boas condições de saúde, inclusive os amputados ou que possuíam pequenas deformidades.

❖ **73%** possuem dentição classificada entre boa e ótima. Apenas **3%** dos animais possuem dentição considerada ruim, **6%** tinham um ou mais dentes faltando e **24%**

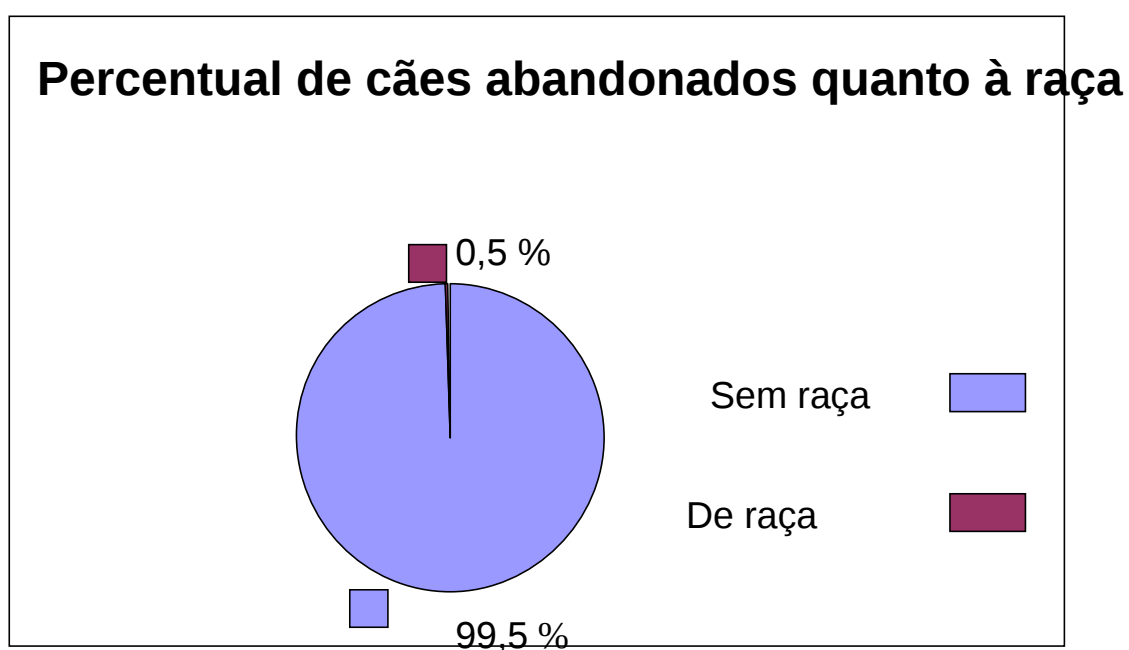
mostraram alguma característica de pouca interferência na dentição ou facilmente solucionável como presença de tártaro ou mordedura cruzada.

❖ Na análise comportamental da amostragem, 37% apresentaram a docilidade como característica mais marcante, seguido por 25% que se destacaram pela tranquilidade, 11% pela alegria, 9,4% pela timidez e 8,3% pela disposição para brincar. 4,3% primaram pelo comportamento carinhoso e 3,1% se mostraram bastante agitados. Apenas 0,6% se mostraram arredios ou agressivos, mesmo percentual de curiosos. Animais cujas características mais marcantes foram submissão somam 0,3% mesmo percentual de cães muito quietos.

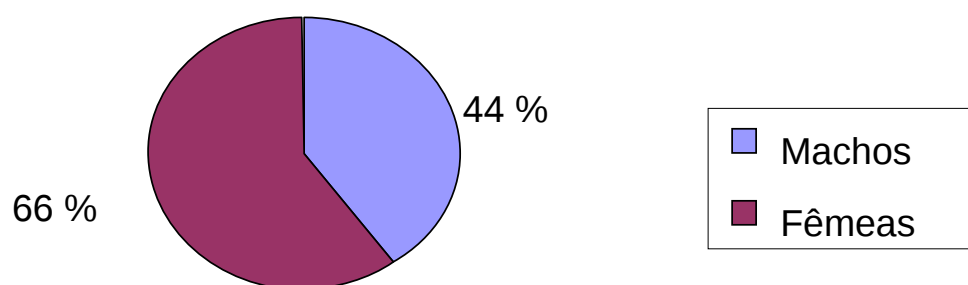
❖ Quanto a adotabilidade, apenas 18 dos animais encontrados, (9%) são de difícil adoção ou adoção especial. Os motivos que classificam um animal como de difícil adoção ou de adoção especial são idade avançada, aparência fora de padrões estéticos, doenças, defeitos físicos, porte excessivamente grande ou distúrbios comportamentais. Os outros foram divididos quase que igualmente em animais com ótimas (46%) e boas (45%) chances de adoção. Nesta divisão porte, adequação a padrões estéticos, pouca idade e docilidade são os principais fatores determinantes, nem sempre nessa ordem.

VII.2 - Gráficos descritivos do cão abandonado no município de S. Paulo*

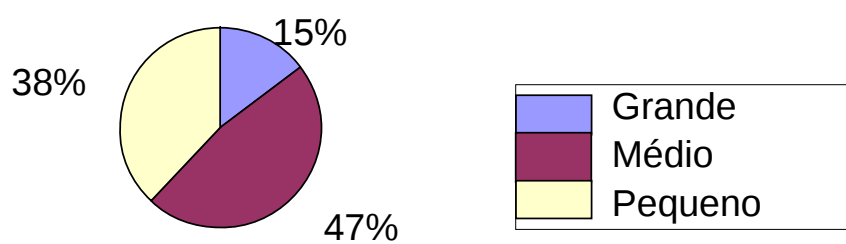
✚ Fonte: cadastramento de 200 cães na UIPA (junho/julho 2003)



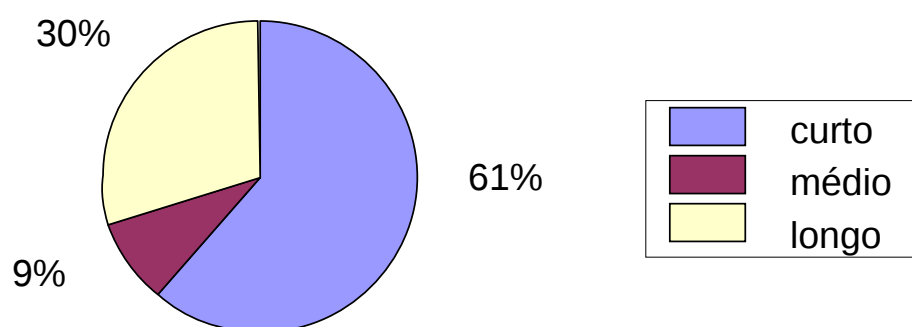
Percentual de cães abandonados quanto ao sexo



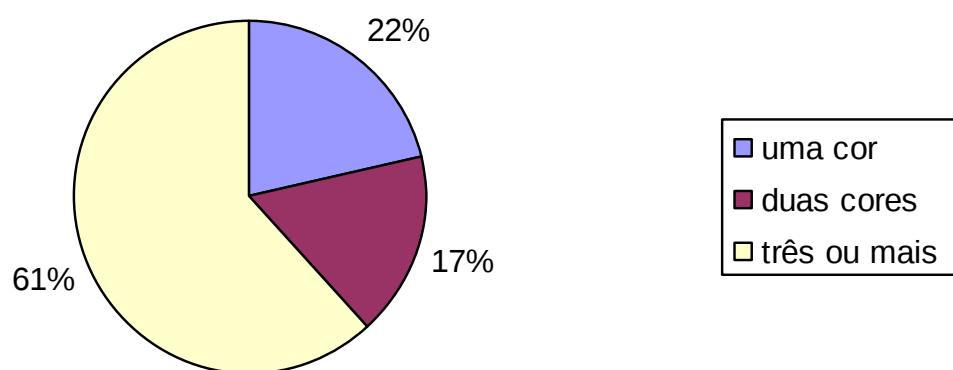
Percentual de cães abandonados por porte



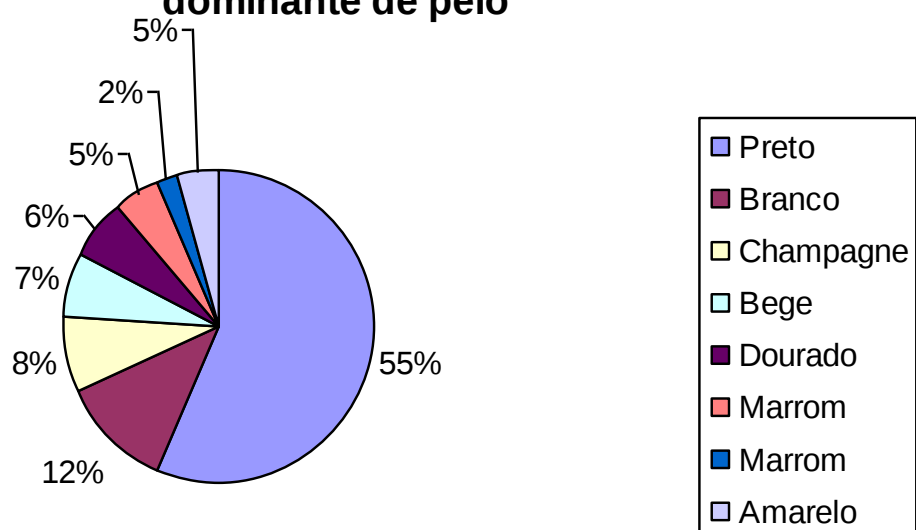
Percentual de cães abandonados quanto ao comprimento do pêlo



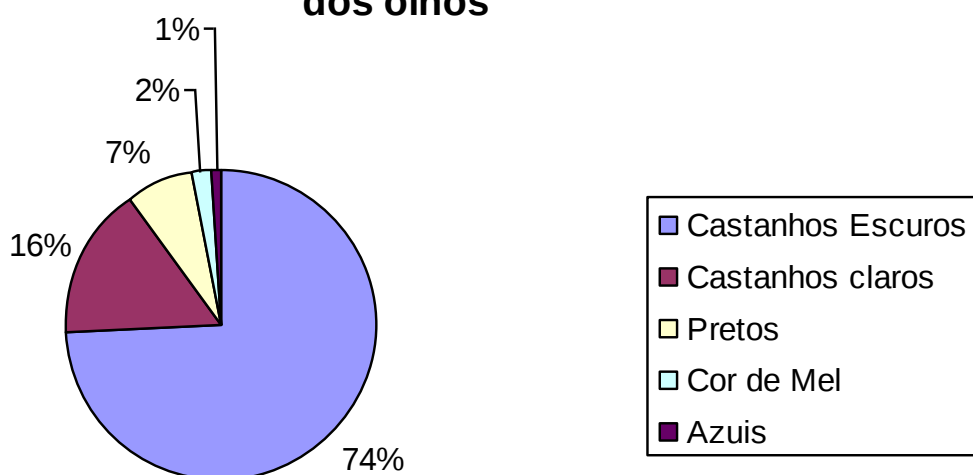
Percentual de cães abandonados por cor de pêlo



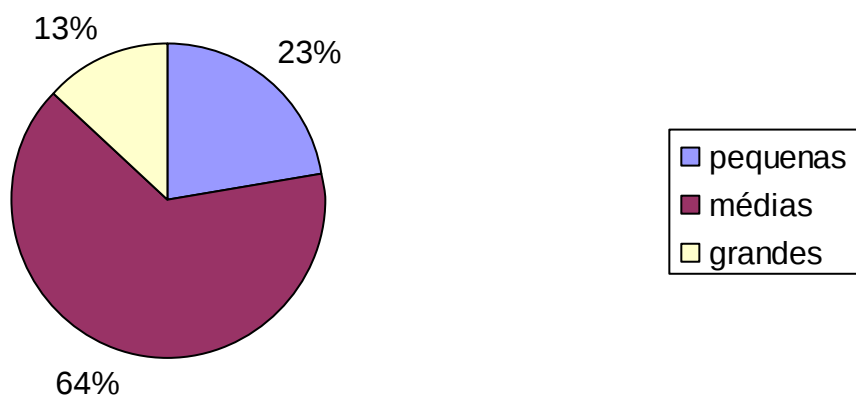
Percentual de cães abandonados por cor dominante de pêlo



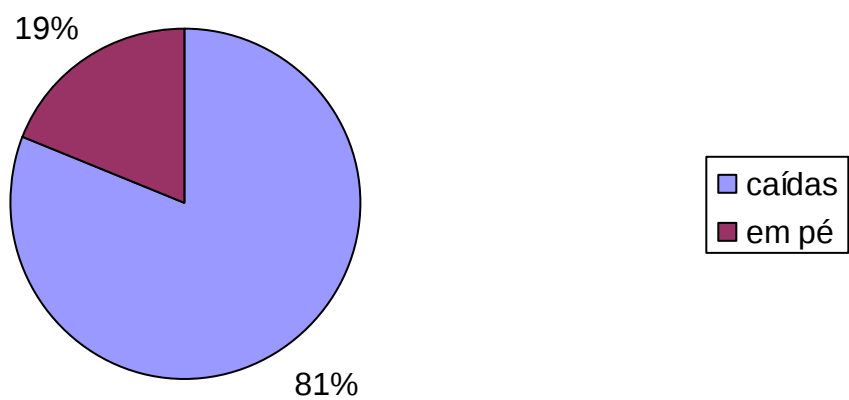
Percentual de cães abandonados quanto à cor dos olhos



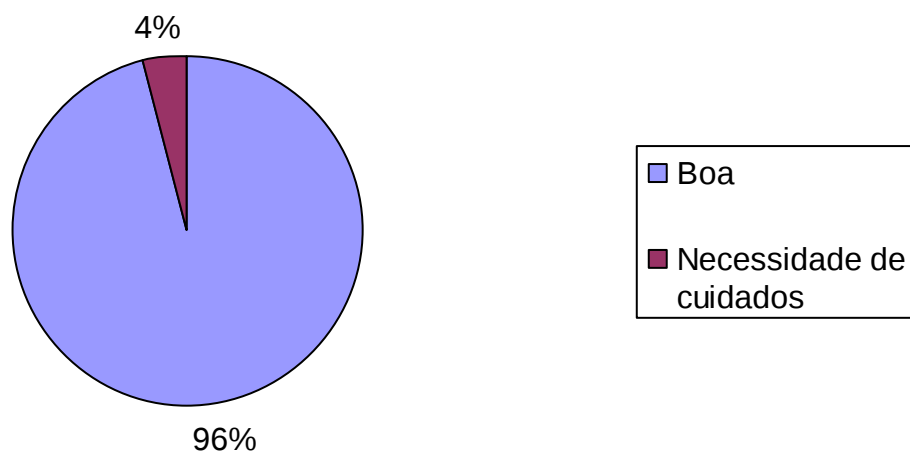
Percentual de cães abandonados quanto ao tamanho das orelhas



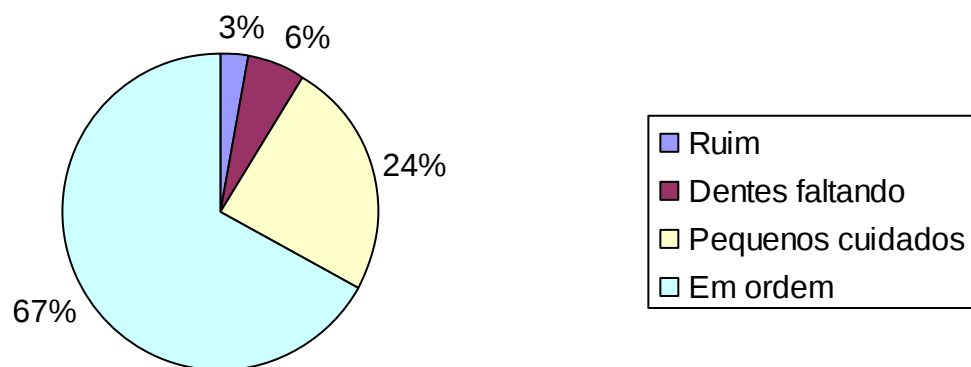
Percentual de cães abandonados quanto ao tipo de orelhas



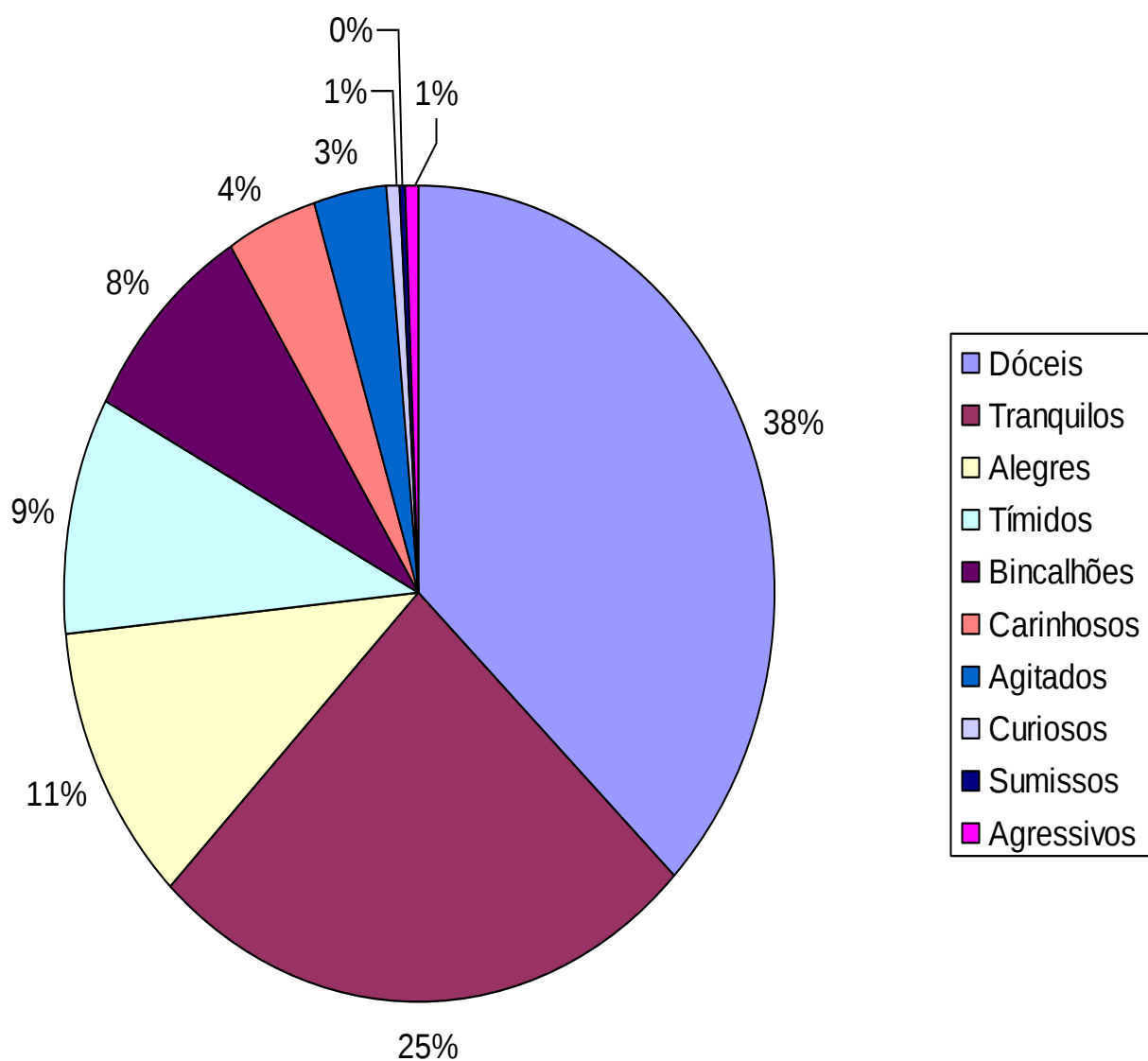
Percentual de cães abandonados quanto à saúde

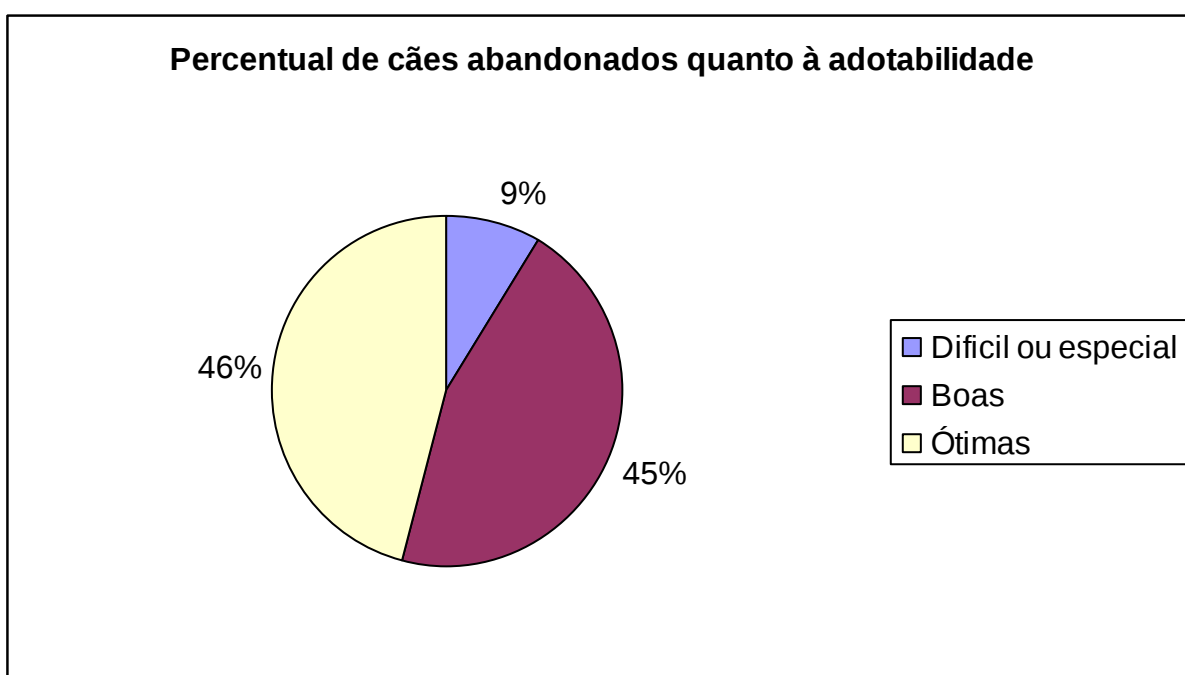


Percentual de cães abandonados quanto ao estado da dentição



Percentual de cães abandonados quanto à característica comportamental mais marcante





VIII - Superpopulação e abandono de cães e gatos no município de São Paulo

A superpopulação de cães e gatos, principalmente em grandes cidades dos países subdesenvolvidos, é alvo de preocupação da OMS - Organização Mundial de Saúde. A OMS estima que no mundo haja 600 milhões de cães, número de deve dobrar nos próximos 50 anos. É o carnívoro mais abundante do planeta. Para grandes cidades dos países subdesenvolvidos, como São Paulo e Cidade do México a estimativa dessa mesma organização é que a quantidade de cães domiciliados seja equivalente a 10% da população residente. Não há estimativa do número de gatos.

Segundo a OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde em estimativa, publicada em 1995, havia 15 milhões de cães no mundo para cada 161 milhões de pessoas. Na América Latina, esse número sobe para 40 milhões sendo um cão para cada entre oito e 13 pessoas. A OPAS estima ainda que a média, no mundo, de cães de rua para a população total de pessoas seja de 2 a 3% na América do Sul. Os extremos populacionais seriam na Tunísia e no Sri Lanka e quem esse percentual chega a 7%. A relação no mundo , é de 1: 10 gato/homem e 1:6 cão/homem.

No município de São Paulo, segundo a pesquisa da veterinária Rita Garcia, a relação homem animal no município de São Paulo é de 1:10 e nos bairros mais pobres e mais periféricos entre 1:5,2 e 1:7,8 contando cães de todas as categorias

(ver categorias de cães no cap 3, **Revisão de conceitos**) . Para Noêmia Paranhos , a razão geral homem/animal no município é 7:1 cão e 46:1 gato nos 96 distritos que formam os 1.509 km² de São Paulo, com 10.434.252 hab e 2.985.977 domicílios, segundo IBGE 2000.

Quanto aos domicílios, segundo Paranhos, a relação é de 0,61 cão e 0,09 gato por domicílio no município e 1,54 cão e 1,45 gato por domicílio que tem animal. A relação entre machos e fêmeas é de 1,2: 1 para cães e 1:1,1 para gatos. Aproximadamente 3,76% das cadelas são esterilizadas e 18,28% das gatas. Das cadelas não castradas 27,84% já reproduziram bem como 37,5% das gatas. Das fêmeas em geral, 83,92% das cadelas são contidas e 28,13% das gatas. Quanto aos machos, essa relação é de 13,1% (cães) e 8,6% (gatos). A idade média dos cães é de 4,41 anos entre os cães e 2,56 anos entre os gatos. A população estimada de animais em domicílio em 2002 no município de São Paulo era de 1.490.312 cães e 226.484 gatos. Em 2004, o número de animais domiciliados divulgados pelo CCZ em 2005 ainda era de 1,5 milhão de cães e 226 mil gatos pois não foi feita nenhuma nova contagem e o serviço de RGA – Registro Geral do Animal não se mostrou efetivo quanto à instrumento de contagem da população. Segundo esse mesmo órgão do governo, cerca de 43% dos domicílios do município de São Paulo têm pelo menos um cão ou gato. A OMS considera como aceitável a relação homem cão entre 10:1 e 6:1, o que coloca o município de São Paulo dentro dos padrões aceitáveis.

Das cadelas domiciliadas não castradas 16,1% são de mobilização semi-restrita ou irrestrita. Como mobilização restrita entende-se animais que não saem do domicílio ou quando o fazem estão atrelados a coleiras e guias e supervisionados por um ser humano. Quanto a semi-restritos entende-se aqueles que tem dono, mas que tem sua mobilidade controlada apenas parte do dia, ou seja, os donos deixam seus animais “passearem” mesmo que eventualmente, sozinhos e sem supervisão. Como irrestritos, considera-se os animais que têm dono, mas que em momento algum tem sua mobilidade controlada. Vão para onde querem e quando querem.

Quanto a restrição do total da cães, 82,68% são restritos, 7,17% semi-restritos e 10,13% não restritos o que faz de 17,3% dessa população com grande risco de se reproduzir na rua. Quando aos gatos, 44%,08 são restritos, 1,08% semi e 54% não são restritos, o que faz de 55% da população tenha consideráveis riscos de se reproduzir nas ruas. Se levarmos em conta o numero de cadelas e gatas castradas, essa população de risco pode cair, mas não em níveis considerados seguros quanto à super população.

A estimativa da organização não governamental norte-americana *The Fund for Animals*, adotada pelo CCZ de São Paulo, um casal de gatos pode gerar direta (seus próprios filhotes) e indiretamente (filhotes dos filhotes, filhotes dos filhotes dos filhotes etc) em seis anos até 420 mil gatos. Quanto aos cães, uma cadela não

castrada pode gerar direta ou indiretamente nesse mesmo período até 67 mil cães. Para cada 415 bebês nascidos por hora no mundo, o número de cães e gatos é entre 2 e 3 mil no mesmo período. Para que se mantenha uma população estável seria necessário o sacrifício de 60 mil animais por dia. O CCZ de São Paulo mata, em média, 100 animais por dia. Desde a inauguração do serviço de apreensão e sacrifício em 1969, o CCZ de São Paulo já matou mais de um milhão de animais e o problema da superpopulação persiste dando indícios da ineficácia desse método como será discutido posteriormente nesta pesquisa.

Ninguém sabe precisar o número de animais abandonados no município de São Paulo.

Não há uma contagem oficial, mas proliferam números dos mais diversos. Os órgãos públicos não divulgam qualquer número ou estimativa, mas nas entrevistas junto a organizações protetoras dos animais ouvimos de 600 mil a dois milhões de animais abandonados. Nenhuma das organizações que apresentou tais números têm pesquisa própria. Como origem das afirmações alegam não saber ou que são estimativas do CCZ ou da OMS sendo que nenhum desses dois órgãos de saúde apresentou qualquer número quando procurado durante a pesquisa. Isso leva a crer que os números de abandono apresentados não devem ter fundamento científico então não podem ser considerados para um planejamento de política pública ou privada. A falta de uma contagem ou estimativa oficial ou pelo menos com embasamento científico é preocupante

quanto à formação de políticas públicas ou de parcerias público privadas pela ausência do tamanho do universo a ser manejado, conforme veremos mais adiante.

Paranhos divulgou, em 2002, que um a cada seis cães e um a cada 12 gatos abandonados são adotados seja no CCZ, seja nas ONGs ou outros programas de adoção. Pelas planilhas do departamento de estatística do CCZ de São Paulo, o quadro apresentado nos últimos anos quanto a recolhimentos e adoções no CCZ é o seguinte:

Relação entre animais recolhidos pelo CCZ e adotados/doados no município de SP						
Ano	Rec total	Ad total (%)	Rec cães	Ad cães (%)	Rec gatos	Ad gatos (%)
2001	19.102	1.456 (7%)	17.178	1.055 (6%)	1.924	401 (20%)
2002	20.372	1.208 (6%)	18.552	860 (4,5%)	1.820	348 (19%)
2003	19.480	1.132 (6%)	17.846	662 (3,5%)	1.634	508 (31%)
2004	24.045	1.472 (6%)	22.693	910 (4%)	1.352	562 (41%)
2005 *	12.417	780 (6%)	11.578	431 (3,5%)	839	349 (41%)
* janeiro a setembro						

Percebe-se pelo quadro acima nota-se que a média de adoções em relação ao recolhimento pelo CCZ é de menos 6%, ficando a adoção de cães entre 3,5% e 6% e de gatos entre 19% e 41%. No geral, 94% dos animais recolhidos pela carrocinha são mortos e mesmo assim não há dados de diminuição da população efetiva de animais de rua, o que indica ineficácia da política pública utilizada nos dias de

hoje, além de gerar polêmicas quanto à humanidade de sua instituição. A própria OMS coloca o sacrifício como última opção e em casos extremos como veremos adiante.

Considerado pela prefeitura como um problema para a cidade há mais de duas décadas, a própria prefeitura admite a falta de políticas eficientes de conscientização e controle populacional de cães e gatos no município. Em 2001 começou a ser implantado o PSA - Programa de Saúde do Animal pelo Centro de Controle de Zoonoses como uma alternativa complementar e mais humanitária ao sacrifício. É um programa de conscientização sobre posse de animais domésticos aliada a políticas de esterilização de animais e promoção de adoções para tentar atacar a raiz do problema que é o abandono de animais, já que a busca de minimizar a população pelo sacrifício não vem dando resultados significativos. O programa surgiu de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e ONGs que há décadas pressionam pelo fim do sacrifício. Os resultados ainda são tímidos, como mostrou o quadro neste capítulo, pelo menos no que se refere a adoções, em média, 6% do total apreendido.

Apesar de ainda dar seus primeiros passos e ter pouca infra-estrutura e verba para realização, a parceria foi considerada vitoriosa tanto pelo poder público quanto pelas ONGs quanto a mudanças de comportamento.

Foi uma medida até então inédita, levando-se em conta que o CCZ tem como função principal impedir a transmissão de zoonoses (doenças transmitidas por animais para seres humanos), considerando, sob essa óptica, cães e gatos como agentes transmissores. A implantação do PSA (detalhes posteriormente) foi um

passo significativo também no que se refere a parcerias intersetoriais na busca de formação de políticas públicas pois até então CCZ eram vistos como inimigos

Quanto à população de animais de rua, sabe-se apenas que há uma taxa de renovação populacional muito grande pois, segundo o CCZ, a longevidade é comprometida pelas condições e sofrimentos a que os animais de rua estão submetidos. Eles não têm acesso a vacinas, abrigo e comida são incertos apesar da grande quantidade de lixo observada nas ruas do município e da grande quantidade de pessoas compadecidas com o sofrimento desses animais.

Segundo estudo feito em Recife, a quantidade de lixo deixada na calçada antes da hora da coleta é um forte instrumento de sobrevivência para os animais abandonados. Segundo o CRMV-SP a possibilidade de abrigo, água e alimento é o maior atrativo para os animais errantes que tendem a se concentrar nesses locais.

Tanji observou no bairro do Capão Redondo, Zona Sul da cidade, há predominância de machos nas ruas, o que atribuiu o fato de as fêmeas serem jogadas mais jovens nas ruas e terem filhotes quando estão muito fracas e acabam morrendo.

Desde 2002, quando foi publicada a pesquisa de Paranhos, a prefeitura vem tentando chegar a um número mais exato dos animais domiciliados por meio do cadastramento dos mesmos. Por força da lei 13.131 de maio/2001 todo o proprietário de cão ou gato deve registrar esse animal na prefeitura e o mesmo

portar uma pequena placa referente a o tal registro. A intenção é, por meio desse registro, formar o primeiro banco de dados e fazer o primeiro mapeamento dos animais domiciliados do município, facilitando a elaboração de políticas públicas e a localização dos donos em caso de animais perdidos. Até setembro de 2005 , dos 1,5 milhão de cães e 226 mil gatos domiciliados estimados, menos de 450 mil tinham o registro. As causas mais prováveis do fracasso dessa medida são a falta de fiscalização e, principalmente, a péssima campanha de divulgação e conscientização feita pela prefeitura que gerou descaso por parte da população. A falta de uma campanha eficiente de esclarecimento levou a população a considerar que o registro nada mais era que uma medida arrecadatória, pois implicava em uma taxa de R\$ 3,00 por animal. Houve, inclusive, chacotas por parte da mídia, que divulgou, com raras exceções, o registro como futilidade inviabilizando uma das medidas mais importantes feitas até hoje quanto aos animais domésticos. A contagem populacional é fundamental para a implantação de políticas como planejamento de vacinação, entre outros. Se houve ineficácia quanto à implantação de uma política junto a animais domiciliados quanto a animais de rua, cuja

contagem implica em metodologia e logísticas muito mais complicadas, há pouco o que se esperar pelo menos em curto prazo. A lei 13.131 foi considerada também outra conquistas das ONGs voltadas para a proteção animal quanto a parcerias junto ao poder público pois em seus artigos trata não somente dos registros mas

também de detalhes quando aos direitos dos animais e deveres de seus proprietários, colocando abandono e maus-tratos detalhadamente definidos como crime. Não foi a primeira lei nesse sentido mas foi considerada por especialistas a mais completa e a mais abrangente quanto ao bem estar dos animais aliado à saúde pública e à questão ambiental.

Ainda sobre dados, quanto aos cães e gatos abandonados, as únicas bases de dados são as capturas do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ-SP), mantido pela prefeitura. Os abrigos de animais abandonados não apresentaram durante a pesquisa registros da entrada e recolhimentos de animais sob sua tutela. Foram pesquisados três abrigos que, quando questionados, apresentaram números fechados quanto aos animais que têm sob sua guarda (entre 200 e 2.500), mas nenhum deles apresentou documentação efetiva desses números (fichas, planilhas ou qualquer outro documento que comprovasse a contagem e o controle rígido do número de animais), o que dificulta ainda mais qualquer planejamento até mesmo para a administração do próprio abrigo, pela falta de conhecimento do tamanho do universo.

O Centro de Controle de Zoonoses, em São Paulo, recolheu entre janeiro de 2001 e setembro de 2003, 95,5 mil animais (conforme quadro neste capítulo). Segundo Paranhos, cerca de 93,1% da população de São Paulo que possui animais de estimação é favorável ao recolhimento dos animais que ficam nas ruas e 6,56% não

é. Das que são favoráveis apenas 5,76% são favoráveis ao sacrifício praticado pelo CCZ. Os outros são favoráveis ao recolhimento para adoção. Cerca de 68% da população que tem animais de estimação não sabe o que faz o CCZ. Cerca de 39,72% dos domicílios de São Paulo têm cães e 6,36% têm gatos, sendo que 90,32% e 86% respectivamente chegaram ao lar com até seis meses, mostrando nítida preferência da população por filhotes.

Segundo o *Manual de controle de populações de animais de estimação do Instituto Pasteur*, os principais fatores que geraram de população de cães e gatos nas ruas principalmente em grandes cidades como São Paulo são o manejo inadequado desses animais, procriação descontrolada, deterioração da qualidade de vida humana (queda de poder aquisitivo) e o excessivo número de animais domésticos domiciliados, mesmo São Paulo estando dentro dos parâmetros considerados aceitáveis pela OMS. Um levantamento feito em 2001 pelo CCZ mostrou que cerca de 30% dos animais recolhidos foram por iniciativa do próprio dono que queria se desfazer do animal. O quadro sobre o número de recolhimentos do CCZ mostra um percentual bastante significativo de animais que foram deixados no órgão

público pelos próprios donos, mesmo conscientes que o animal, mesmo saudável, seria morto três dias depois. Naquele ano, o CCZ recolheu cerca de 23 mil animais, sendo 7.300 deles foram deixados no CCZ por seus próprios donos. Os motivos do abandono se encontram no quadro abaixo

Principais razões pelas quais animais são deixados no CCZ de São Paulo por seus donos (2001)	
Motivo	Percentual
Hiperagressividade	2,2%
Doença	24,2%
Conveniência*	58,0%
Sem informação	15,5%

* Como conveniência entende-se viagem de férias da família, velhice, chegada de um bebê, mudança para casa menor ou apartamento, impaciência do dono com o animal, entre outros.

Os dados acima mostram que boa parte do abandono dos animais se dá por falta de conscientização dos proprietários como veremos no capítulo sobre posse responsável.

XIX – Principais problemas que a superpopulação de cães e gatos sem manejo adequado pode trazer

Quando se analisa que tipo de interferência a grande quantidade de animais abandonados pode trazer para a dinâmica ambiental da cidade, três são os pontos que mais se destacam, a partir da observação informal: saúde – transmissão de zoonoses e ataques; trânsito – atropelamentos e acidentes com animais perambulando pelas ruas e interferência na fauna silvestre quando o abandono se dá em parques, praças e áreas de proteção.

XIX.1 – Saúde – transmissão de zoonoses e ataques (mordeduras e arranhões)

A interferência estudada com maior profundidade quanto aos cães e gatos no ambiente urbano está ligada à transmissão de Zoonoses, segundo definição encontrada nos manuais do CCZ e do Instituto Pasteur..

“Zoonoses são doenças naturalmente transmissíveis entre os animais e os seres humanos. A maioria das zoonoses está relacionada a posturas e/ou intervenções inadequadas no meio ambiente e passam a incidir na população humana, nas populações animais e, em especial,

nos animais domésticos que com ela convivem. Ex: dengue, febre amarela, doença de Chagas, malária, esquistossomose, leishmaniose e raiva.”

Elas são resultado do contato direto ou indireto com animais doentes ou hospedeiros. Podem se adquirir também pela ingestão de carnes como de boi ou porco ou de água e alimentos contaminados por animais doentes. No caso da raiva, por exemplo, é necessário contato direto com a saliva do cão, o que normalmente acontece por meio de ataques com mordeduras. Já outras, como a brucelose, a transmissão se dá por meio do contato com as fezes infectadas por larvas ou com superfícies e água em que essas fezes tenham sido depositadas. Para outras ainda, como a leishmaniose há um agente intermediário que é o mosquito. Ele morde o animal infectado e depois um ser humano concluindo o processo de transmissão.

A Organização Mundial de Saúde conceitua hoje como zoonoses, as enfermidades transmissíveis de animais vertebrados ao homem, bem como as que atingem o homem e os animais. São mais de 200 enfermidades conhecidas transmitidas pelos mais variados tipos de animais, mas principalmente mamíferos. Nas primeiras, os animais são responsáveis para a continuidade da transmissão da infecção, sendo o homem um hospedeiro acidental. Nas outras, tanto os animais quanto o homem contraem a infecção das mesmas origens, como solo, água, animais invertebrados e plantas. Os animais, nesse caso, não desempenham papel essencial no ciclo vital do

agente etiológico, mas contribuem para a transmissão das doenças. Algumas apresentam ciclos epidemiológicos urbanos, como raiva e leptospirose.

Em grandes centros urbanos o homem e os animais compartilham o mesmo ambiente e muitas vezes dividem espaços pequenos. Enquanto nos séculos anteriores, de um lado a medicina não estava tão avançada, por outro a proximidade física entre os homens e os animais domésticos costumava ser menor. A situação de transmissão de zoonoses nos centros urbanos ocorre hoje principalmente na periferia, onde há maior carência de água e saneamento básico, a coleta de lixo nem sempre é regular e a informação chega atrasada e em menor quantidade. Fatores sociais, políticos e econômicos interferem fortemente no controle das zoonoses. É um círculo vicioso, principalmente no que se refere à economia e à sociedade, pois quando são necessários grandes investimentos para curar doenças que não puderam ser previstas, toda a economia é afetada. Desde em nível micro – o trabalhador que precisa se ausentar da empresa e tem despesas na farmácia ou uma seqüela pela vida toda, até em nível macro com a necessidade de ampliação de investimentos públicos em saúde curativa e no sustento das vítimas que tiveram seqüelas graves, muitas no auge de sua idade produtiva. As mudanças genéticas que acontecem por meio natural ou pela interferência do homem na natureza podem tornar os vírus das zoonoses mais fortes e transformá-los também.

A entrada do homem em áreas silvestres e a aproximação de novas espécies de animais no ambiente urbano incrementam o crescimento do risco de transmissão de zoonoses, lembrando aqui que os hospedeiros podem ser diversos e não apenas cães e gatos, objetos deste estudo. Neste capítulo, justamente pelo foco nesses dois objetos trataremos apenas das zoonoses transmitidas por cães e gatos.

No município de São Paulo, a luta contra zoonoses é considerada, em termos clínicos, a mais avançada do Brasil. O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de São Paulo é considerado modelo na América Latina. A raiva, principal preocupação entre as zoonoses, se encontra sob controle há 20 anos no município. Quanto às outras principais nenhuma se mostra em situação preocupante, apesar de nem todos os casos de zoonoses serem registrados na Secretaria de Saúde, como acontece com a raiva, que classificada entre as doenças de notificação obrigatória junto às autoridades sanitárias.

O CCZ de São Paulo é considerado modelo quando se fala em redução do número de óbitos e pessoas doentes, mas há críticas severas das entidades de proteção dos animais, de profissionais de direito ambiental e outros setores da sociedade civil quanto à política adotada hoje de extermínio dos animais. Política essa, que não segue o *Guia de Manejo de Cães*, da OMS e WSPA- *World Society of Protection of Animals*, principal documento do mundo quanto ao controle populacional desses animais. Quanto à política adotada em São Paulo para o combate às zoonoses, de

2001 para cá houve alguns avanços quanto a campanhas de posse responsável conforme já citado, mas são ações ainda de pouco peso e sempre as primeiras a serem atingidas nos cortes de verba da prefeitura e em mudanças administrativas. Em 1968, foi criado o serviço de prevenção à raiva, com programa de captura de animais. Em 1973 o CCZ construiu os primeiros canis para observação dos animais. Começou em agosto deste ano um programa de castração gratuita em favelas como veremos mais adiante.

Se olharmos para o País como um todo, o quadro é consideravelmente diferente. Em regiões mais afastadas e locais como Norte e Nordeste, a incidência de zoonoses é grande acreditam os especialistas, mas as estatísticas não mostram, devido aos poucos casos registrados e à falta de programas de controle fora dos grandes centros.

A densidade populacional canina e felina e, principalmente, a quantidade de animais que perambula pelas ruas, está diretamente relacionada a situações epidemiológicas que variam conforme os hábitos e padrões de assentamento humano. O aumento do número de animais indica aumento do risco de doenças. Nos países industrializados o risco é menor, mas nos países pobres o risco é preocupante para as autoridades sanitárias. O Brasil, entre 1998 e 2003, diminuiu consideravelmente seu índice de zoonoses, mas ainda é considerado um País de alto risco. Para a OMS, o controle de zoonoses deve se dar pelas primeiras

iniciativas de controle de reprodução e posse responsável em longo prazo concomitantemente com captura e morte num primeiro momento em casos de situação calamitosa. Captura e morte são consideradas pela OMS medidas extremas e paliativas, pois não acompanham o crescimento da população como veremos ao analisar as orientações do guia e a experiência de controle populacional em Jaipur, na Índia.

As zoonoses são divididas em três grupos:

- ❖ **Antroponoses** – infecções adquiridas pelo homem a partir de contatos com reservatórios animais, como a raiva.
- ❖ **Zooantroponoses** – infecções adquiridas pelos animais a partir de contato com reservatório humano como a cisticercose.
- ❖ **Anfixenoses** – infecções adquiridas de maneira intercambiável entre homens e animais como a leishmaniose

Fatores preponderantes para a instalação de zoonoses no município de SP:

- ❖ Extensiva expressão de áreas verdes e recursos hídricos
- ❖ Diferenças no sistema de saneamento
- ❖ Contingente migratório que traz animais e hábitos culturais
- ❖ Grande quantidade de animais abandonados

XIX.1.1 - Ataques de animais a seres humanos

Em 2002, 424 mil pessoas foram agredidas por animais no Brasil. Desse contingente, 237 mil necessitaram de tratamento contra raiva, seja por terem sido atacadas por algum animal com suspeita da doença ou por animais não vacinados ou ainda por animais com histórico desconhecido, levando assim a uma busca preventiva pelo tratamento. O estado gastou cerca de R\$ 71,51 com cada pessoa tratada, uma despesa que poderia ser evitada se houvesse maior conscientização da população quanto ao conceito de posse responsável de animais de estimação tratado em capítulo específico deste trabalho.

Entre 1996 e 2000, só no município de São Paulo foram atendidos 228 mil casos em hospitais e pronto-socorros de vítimas de ataques de animais, sendo que para 24 mil delas foi indicado o tratamento de vacinas anti-rábicas por suspeita da doença ou desconhecimento da origem do cão. A maioria das pessoas agredidas são jovens do sexo masculino e cerca de 32% das agressões são provocadas pela vítima que de alguma forma incomodou o animal, seja assuntando-o, seja com brincadeiras aparentemente violentas ou chegando muito perto quando o animal estava se alimentando. Mais da metade dos animais agressores pertence à família da pessoa que foi atacada, ou seja, são agressões que acontecem dentro de casa normalmente pelos motivos acima citados. No município de São Paulo, cães e gatos são responsáveis por 94% das agressões de animais registradas. Cerca de 84% dos

atendimentos de vítimas de ataques de animais se dá na rede pública de saúde, o que pode indicar concentração das agressões junto a famílias de menor poder aquisitivo.

Essa associação pode gerar interpretações diversas que vão da falta de espaço físico para o animal, que acaba sendo contido por correntes ou em locais muito pequenos até falta de acesso a informações sobre o comportamento do animal. Nas pessoas submetidas a tratamentos preventivos de raiva município de São Paulo consequência de ataques de cães e gatos, notou-se as seguintes características: em 89% dos casos, o animal agressor era o cão e 36% das pessoas atacadas eram os donos diretos dos cães. Em São Paulo, entre 1988 e 1997 94,2% dos ataques de animais a pessoas envolveram cães e gatos, sendo 87% desse total por cães.

No estudo realizado por Garcia, no período de entre 1984 e 1994 no município de Osasco, vizinho e com características de ambiente urbano semelhantes à de São Paulo, notou-se que apenas 22,33% dos casos de ataques atendidos pelo sistema preventivo da raiva, da prefeitura de Osasco, aconteceram nas ruas, o que não caracteriza que tenham sido animais que vivem nas ruas, sendo que em 20% das fichas o local de ataque não foi preenchido. Cerca de 46,75% dos ataques aconteceram na casa do paciente com animal domiciliados o que leva a crer que a probabilidade de ser atacado por um animal que vive nas ruas é relativamente

pequeno, o que novamente coloca em questionamento a eficácia do recolhimento dos animais de rua pelo CCZ como medida para evitar ataques.

Cerca de 84% dos ataques registrados nesse período vieram de cães e 8,6% de gatos, sendo que 93,8% dos ataques foram mordeduras e 5,4% arranhaduras e o domicílio da vítima é o local e quem ocorre a maior incidência de ataques.

Segundo a publicação *Criando um amigo – manual de prevenção contra agressões por cães e gatos*- do Centro de Controle de Zoonoses do Município de São Paulo, o desconhecimento do comportamento e das necessidades físicas e mentais dos cães e gatos é o principal motivo de ataques a seres humanos. Tal comportamento, às vezes indesejado ou incompreendido, gera também muitos casos de abandono de animais pelas ruas, inclusive espécimes de raça definida adquiridos em lojas especializadas.

Dos ataques registrados, 50% se deram contra crianças e adolescentes de até 15 anos, sendo os homens o percentual maior entre os vitimados por ataques de cães e as mulheres por ataques de gatos. O ataque a crianças e adolescentes mostra percentual considerável por estes grupos terem maior contato com os cães e, quanto às crianças por curiosidade mexerem nos objetos dos cães ou se aproximarem muito deles quando estão se alimentando. Quanto ao percentual entre homens e mulheres supõe-se pelos dados de propriedade de animais que as

mulheres formem o maior percentual entre as vítimas de ataques de gatos por haver indícios de elas formarem o maior grupo percentual entre os donos desses animais.

Ainda há muita dificuldade para o governo precisar dados relacionados aos ataques de cães e gatos no município. Muitos casos não são registrados, principalmente quando o animal é de estimação, o que pode alterar consideravelmente esse quadro. Para os especialistas, o registro é importante para que se possa mapear a transmissão de doenças, infecções resultantes do ataque e até mesmo os motivos do ataque. Só é possível pensar em políticas de educação, trato com os animais e prevenção tanto de doenças quanto de ataques se houver um estudo mais apurado sobre a realidade.

As principais razões estimadas para os ataques são a falta de adestramento e manejo inadequado dos animais. A falta de interação adequada entre o homem e o cão é o principal motivo alegado pelos especialistas para a ocorrência de ataques. Como solução recomendam-se programas de educação para ambos, inclusive crianças.

Com 95,5% da população vivendo em ambiente urbano a grande maioria dos animais de estimação está domiciliada na cidade. Isso implica teoricamente em espaços menores para movimentação de cada animal doméstico que na área rural e

em um provável contato mais próximo entre homem, cães e gatos. A média de acidentes com animais no Município de São Paulo na década de 1990 era de 219 para cada 100 mil habitantes, enquanto no Brasil, com 76,36% da população vivendo em área urbana apresentou 250 acidentes a cada 100 mil habitantes. Em um primeiro momento essa comparação pode levar a associação do número de acidentes a outros fatores que não estejam diretamente ligados à taxa de urbanização e espaço físico. Veja a seguir o quadro com a evolução do número de acidentes com animais em São Paulo de 1990 a 1998.

Um estudo realizado na segunda metade da década de 1990 no Município de São Paulo com uma amostragem de 143 mil casos registrados de acidentes com animais mostrou que 94% deles envolve cães e gatos. Houve presença de cães em 88% dos casos e gatos em 6%.

Número de vítimas de acidentes com animais atendidas na rede pública do município de São Paulo entre 1990 e 1998 - Fontes: Conselho Federal de Medicina Veterinária e CCZ/SP

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total	34.607	25.908	24.635	18.380	20.358	19.067	21.517	23.250	23.187

A preocupação dos órgãos de saúde quanto à ocorrência e ao registro de ataques se dá por receio de transmissão da raiva, mesmo estando a doença sob controle; pelo risco de desencadeamento de outras doenças e até infecções a partir do contato da saliva do animal e o sangue humano e por seqüelas físicas e emocionais que a violência pode causar. A recomendação é um estudo mais aprofundado das causas para se trabalhar de forma preventiva a minimizar e evitar esse tipo de ocorrência.

Segundo o *Guia para manejo de populações de cães* publicado em 1992 pela OMS/WSPA a situação domiciliar do animal influencia nas características dos ataques.

Os acidentes com animais domiciliados, por exemplo, costumam acontecer com moradores da casa em que o mesmo se encontra, em suas dependências e as regiões do corpo humano mais atingidas são o dorso e os membros superiores. No caso de semi-domiciliados ou cães de família as agressões atingem membros superiores, inferiores e cabeça. As agressões registradas provenientes dos chamados cães de vizinhança ou comunitários costumam se localizar nos membros inferiores e acidentes com cães ferais, que pouco ou nenhum contato tem com o ser humano há maior probabilidade de serem fatais. Tais dados indicam tendências e não números absolutos dos acidentes.

A Secretaria Municipal de Saúde considera que os cães comunitários são o grupo de maior risco tanto no que se refere a ataques com maior gravidade quanto à transmissão de zoonoses. Isso porque eles costumam ser alimentados pela comunidade, mas dificilmente há alguém responsável por eles que cuide de seu recolhimento, esteja para o cão em posição de comando, desenvolva maior relacionamento afetivo ou cuide de seus aspectos de saúde como vacinação periódica. Os de família também merecem atenção por andarem soltos nas ruas sozinhos durante parte do dia.

Tanto os cães quanto os gatos costumam dar sinais preventivos que pretendem atacar. Calcula-se que a correta compreensão desses sinais possa diminuir o número de ataques às pessoas. O cuidado básico para se evitar a maioria das zoonoses é o bloqueio do contato oral/fecal com os animais, as gestantes não manipularem banheiros ou maternidades de gatos, lavagem cuidadosa das mãos após contato com os animais, vermifugação e vacinação dos animais.

Segundo Paranhos, em São Paulo, dos animais domiciliados, dos cães, 8,99% não tomam qualquer vacina e 11,5% só a anti-rábica. Dos gatos 40,84% só são vacinados contra raiva e só 16,13% com outras vacinas. O percentual maior de animais não vacinados, pelo menos contra raiva está nas camadas mais pobres da população, 80% até 1 sm, 58,94% de 1 a 4 sm, 36,06 de 40 a 10 sm, 27,52% de 10^a 30 sm e 43,33% mais de 30 sm, sendo que os das camadas mais pobres da população

costumam também circular nas ruas, pela falta de espaço onde vivem. Para a OMS o controle de zoonoses se dá por meio de ações multidisciplinares que envolvem pelo menos os departamentos de saúde, infra-estrutura e limpeza urbana e entidades voltadas para o bem-estar animal.

XIX.1.2 - Principais Zoonoses transmitidas por cães e gatos:

RAIVA

Causada por um vírus do gênero *Lyssavirus*, família *Rhabdovirida*, a raiva é uma zoonose infecto-contagiosa que pode atingir todos os mamíferos, inclusive o homem. Ela causa distúrbios no sistema nervoso central e é 100% mortal. Por isso preocupa tanto as autoridades sanitárias. A transmissão acontece por meio da saliva dos animais infectados quando ela entra em contato com a pele, a mucosa ou ferimentos. Atualmente São registrados no município de São Paulo cerca de 15 mil atendimentos na rede hospitalar resultante de mordedura ou ataques de cães e gatos. O último caso de raiva em um cão ou gato detectado no município de São Paulo foi em 1984, em um animal procedente do Estado de Sergipe, onde os veterinários concluíram que houve a contaminação. Desde então foram detectados no município cinco outros casos, mas as vítimas foram cabras e ovelhas. Não há vítimas humanas desde 1981. Nota-se queda gradativa nos casos de raiva no

município, a partir de 1969 quando se iniciou a vacinação em massa dos animais. Nos anos 1960 registrou-se no município picos anuais de 1.408 casos em animais e 22 casos em pessoas. A vacinação anual dos animais no Brasil é obrigatória. No município de São Paulo, segundo o CCZ, são vacinados em média 777 mil cães e 105 mil gatos. A recomendação da OMS para controle de raiva é que sejam vacinados 80% da população. No estado de São Paulo, entre os anos de 1996 e 2000, 67% da raiva transmitida aconteceu em ambiente urbano, sendo o principal vetor o cão, seguido pelo morcego. A OMS estima que 87% dos casos de raiva humana no mundo são provenientes dos cães. Em meados da década de 1990 estimava-se entre 35 mil e 50 mil casos de raiva humana por ano no mundo, mais da metade na Índia.

No Brasil como um todo entre os anos de 1990 e 2002 o número de casos de raiva em humanos caiu de 74 para dez. Em 2003 esse quadro começou a se modificar com registro de 23 casos, sendo 20 deles transmitidas por morcegos, o que coloca esses animais hoje como o maior transmissor de raiva. Esse quadro, segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz se formou pela constante expansão desordenada da urbanização sobre áreas silvestres.

Dos anos 1980 para cá, segundo a organização mundial de saúde, 77% dos tratamentos contra a raiva no mundo foram realizados nas Américas, sendo 9% no Brasil. Na Ásia, África e América Latina 99% dos casos de raiva vêm dos cães sendo que na Europa esse percentual é de 50%. No Brasil o principal agente de ataque é o cão, seguido pelo morcego e depois pelo gato.

A incubação se dá entre duas e oito semanas com extremos de dez dias a oito meses. Os cães de rua adultos (incluindo semi-domiciliados e de comunidade) formam o maior grupo de risco de contrair raiva por provável falta de vacina. Os cães da categoria selvagem morrem bem cedo bem como filhotes que ficam nas ruas segundo a OPAS. A organização diz também que para o controle da raiva do mundo 30% da população canina deve ser capturada.

Os gatos são mais susceptíveis a raiva por terem hábitos noturnos e mais acesso aos morcegos

Em 1973 foi implantado o programa nacional de profilaxia da raiva (PNPP) prevendo: vacinação em massa, apreensão e eliminação dos resgatados, diagnóstico laboratorial, tratamento humano, vigilância epidemiológica e educação em saúde.

Apresentados os sintomas, a raiva não tem cura, evolui para a morte. Por esse motivo, quando uma pessoa é mordida por um cão aconselha-se que se faça um tratamento preventivo por meio de vacinação antes do aparecimento dos sintomas.

O prazo estimado entre a incubação e a apresentação da doença em cães e gatos e humanos é de 12 dias a um ano. Do surgimento dos sintomas até a morte são três ou quatro dias. Todos os animais mamíferos são susceptíveis à raiva e podem transmiti-la ao homem. Segundo a OMS, o maior transmissor da raiva para humanos é o cão entre 85% e 90% dos casos. Em segundo lugar, encontram-se os morcegos (quirópteros). A seguir, situam-se os gatos e as demais espécies mamíferas, como bovinos, eqüinos, caprinos, suínos e outros animais domésticos e silvestres.

Das vítimas humanas, 40% são crianças com menos de 12 anos de idade. A única medida preventiva é a vacinação dos animais. Por ser uma doença que implica em uma situação específica para sua transmissão não há campanha de vacinação em toda sociedade humana como se tem com doenças como sarampo e pólio. No município de São Paulo, a raiva é considerada sob controle epidemiológico. Os últimos casos registrados foram no homem em 1981 e em cães e gatos em 1984. Hoje se pode dizer que a raiva no município de São Paulo está sob controle, mas é errado afirmar que ela foi erradicada.

Há países em que a raiva foi erradicada, como Japão e Inglaterra. Normalmente são países insulares em que é possível ter total isolamento geográfico e controle rígido de entrada de animais. Em outros países considerados desenvolvidos, mas que não tem localização geográfica isolada, a raiva encontra-se sob controle.

É o caso da França, a Alemanha, a Espanha, o Canadá, os Estados Unidos da América, dentre outros. Na África, América do Sul e Ásia, a raiva aparece de forma endêmica ou epidêmica. Na América do Sul, o único país em que se pode dizer que a raiva está sob controle em todo o território, é o Uruguai. No Brasil, a única região inteiramente sob controle é a Sul. No Norte, Nordeste, Centro Oeste e algumas áreas do Sudeste a incidência é intensa.

A raiva se apresenta de quatro formas diferentes, chamadas de raiva furiosa, raiva parálítica, raiva pruriginosa e raiva muda. Os principais sintomas são:

- a) **raiva furiosa:** alteração de comportamento com tendência a agressividade, intensificação da sensibilidade a estímulos luminosos, sonoros e aéreos, perda do senso de limites territoriais, paralisia gradativa a partir dos membros posteriores até a cabeça, quando a boca se mantém aberta e com a saliva escorrendo. Nesse estágio o doente não consegue comer nem beber. A morte ocorre por parada cardíaco-respiratória e paralisia da musculatura.
- b) **raiva parálítica:** alteração de comportamento, procura por locais escuros e isolados, poucos ou nenhuma agressividade, instalação de paralisias semelhantes à da raiva furiosa.

- c) **raiva pruriginosa:** sinais indefinidos, com predominância de prurido intenso que leva o animal a se auto-mutilar. Ocorre especialmente em cavalos.
- d) **raiva muda:** os sinais de doença são indefinidos, o animal se esconde e vem a morrer sem diagnóstico clínico.

Além da vacinação anual, o Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo, faz algumas recomendações aos proprietários de animais, à população em geral e até ao poder público. As principais (encontradas no site do órgão) são:

- a) Vacinação periódica (anual) contra a raiva de animais de estimação, de criação comercial e de animais de trabalho.
- b) Controle da mobilidade dos animais de estimação por contenção pelo uso de coleiras e guia quando em espaço público. Manejo adequado de criações comerciais e de animais de trabalho
- c) Observação de cães e de gatos por dez dias a contar da data em que promovam alguma lesão, como mordedura ou arranhadura ou depositem saliva em pele recentemente escoriada ou mucosas de quem com eles interajam;
- d) Encaminhamento do animal para exames no caso se suspeita da doença, mesmo depois de sua morte;
- e) Lavagem imediata de ferimentos com água abundante e sabão;

- f) Consulta médica periódica para prevenção de doenças e tratamento das mesmas quando necessário;
- g) Controle na formação de abrigos e na oferta de alimentos para
- h) Ações voltadas para preservação ambiental, evitando alteração nas reservas naturais e a proliferação de núcleos urbanos em áreas inadequadas ou sem infra-estrutura;
- i) Evitar contatos com animais selvagens, por meio de comércio e abate e domicílio ilegais.

Em 1882 Louis Pasteur após muitos anos de pesquisas relacionadas a doenças transmitidas por animais, conseguiu criar uma vacina contra a zoonose mais preocupante na época, a raiva. Hoje sob controle em São Paulo conforme visto neste capítulo, a raiva foi motivo de grande preocupação durante muito tempo. Atualmente, no município de São Paulo, a vacina contra raiva é a única dada gratuitamente em cães e gatos pela prefeitura. Em agosto a vacinação ganha as ruas, por meio de uma campanha com postos móveis em toda as regiões do município. Durante o ano todo é possível levar animais para tomar essa vacina também gratuitamente na sede do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) no bairro de Santana. No restante do Brasil a realidade é diferente.

Segundo pesquisa divulgada no site do CFMV em meados da década de 1990 a cada 21 tratamentos por 100 mil habitantes preventivos contra raiva indicados no Município de São Paulo, 145 eram prescritos no Brasil e 88 na América Latina. Isso mostra São Paulo em posição vantajosa tanto no Brasil quanto no sub-continente latino-americano e mostra também o Brasil com quase o dobro de prescrições de tratamento do que a média da América Latina. Esses dados podem indicar tanto maior incidência de casos suspeitos ou maior registro e tratamento dos mesmos, o que pode levar a duas conclusões diferentes quanto a possível ocorrência da doença.

Na década de 1960 (mais especificamente entre 1961 e 1986 registrou-se a média de 951 casos por ano de raiva entre cães e gatos no município de São Paulo, o que caracterizava um quadro de epidemia. Nesse mesmo período a média de morte de pessoas com a doença foi de 17,4 por ano. Foi no final desse período, dezembro de 1968, que foram implementadas pela prefeitura duas medidas integrantes do que foi batizado como “Serviço de Prevenção da Raiva”: as medidas foram a vacinação de cães e gatos domiciliados e o recolhimento de animais soltos na rua para sacrifício, independentemente de estarem ou não saudáveis. Os números quanto a essas duas práticas foram crescendo enquanto a quantidade de animais e pessoas vítimas da doença foi diminuindo. Seria precipitado e simplista associar a união entre essas duas medidas e a diminuição progressiva dos casos de raiva como se

elas fossem indissociáveis, já que os animais eram encaminhados para o sacrifício sem a constatação se estavam ou não doentes, o que pode ou não ter levado à morte uma grande quantidade de animais sadios.

Questões éticas e sobre o recolhimento e sacrifício sem quarentena dos animais de rua serão discutidos posteriormente com maior profundidade. O que é importante ressaltar neste momento é que não é possível quantificar os resultados de cada uma dessas medidas isoladamente, principalmente pela falta de diagnóstico quanto aos animais recolhidos. Podem ser eles de todos sãos até todos doentes, já que o prazo entre o recolhimento e o sacrifício é de três dias, insuficiente para qualquer conclusão clínica. Pela grande quantidade de animais soltos nas ruas nos dias de hoje quando a raiva já está há duas décadas sem registro de novos casos tende-se a crer que o recolhimento e sacrifício teve pouca ou nenhuma influência no controle da raiva. Em 12 de dezembro de 1998, durante a *IX Reunião Internacional sobre avanços na investigação e controle da raiva nas Américas*, no México, o trabalho do Centro de Controle de Zoonoses do Município de São Paulo foi citado como referência para a América Latina quanto ao controle da raiva. Vale destacar que o trabalho enaltecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) durante o evento foi quanto à vacinação dos animais. Nada se falou sobre a captura e sacrifício dos animais.

LEISHMANIOSE

Doença já encontrada entre os índios da América pré-colombiana, a Leishmaniose é transmitida pelo protozoário do gênero *Leshmania* que se manifesta de duas formas: cutânea-mucosa e visceral. O principal hospedeiro doméstico é o cão, mas há casos de transmissão por gatos, cavalos, porcos e galinhas e pode vir de animais silvestres como preguiça, gambá e alguns roedores no caso da leishmaniose cutânea. Em sua forma visceral, segundo relatório da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, apenas o cão e a raposa conseguem completar o ciclo biológico de transmissão, sendo então os únicos hospedeiros. Ela se dá por meio de picadas mosquitos muito pequenos que vivem principalmente em locais em que há bromélias e atacam no final da tarde. O agente causal é um protozoário que se aloja no sangue dos animais contaminados que são picados pelo mosquito, bem como o homem, para quem a doença é transmitida dessa forma. No mosquito o protozoário se multiplica. Segundo a OMS a Leishmaniose está entre as seis doenças infecto-contagiosas de maior preocupação no mundo. No Brasil ela se manifesta com maior intensidade nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e também no Paraná. É característica de locais rurais de clima seco com índice pluviométrico médio anual de menos de 800 mm. Mas a urbanização não planejada e as alterações no ambiente têm levado à doença a locais com outros índices de umidade e de alta taxa de urbanização, principalmente nas áreas

periféricas com problemas de infra-estrutura de saneamento. A leishmaniose visceral atinge crianças e adultos jovens.

Se não houver tratamento a probabilidade de morte é de 95%. Encontrada na virada do século em 88 países em sua maioria pobres ou em desenvolvimento, a doença tinha, segundo dados da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), no ano 2000, um universo potencial de aproximadamente 350 milhões de pessoas com previsão de aparecimento no Brasil de 20 mil novos casos por ano. A doença, segundo a OMS acomete 500 mil pessoas por ano das quais 60 mil morrem.

Até 2000 a vacina estava não era produzida em escala comercial e ainda não se havia encontrado tratamento eficiente para os animais – no caso os cães sem gravíssimos efeitos colaterais. O Brasil tem feito contínuos testes com uma vacina para leishmaniose visceral criada aqui mesmo, mas até agora não há previsão de comercialização. Poucos animais infectados conseguem ser salvos. Os principais sintomas encontrados nos cães são: emagrecimento repentino, atrofia muscular, anemia, queda do pêlo concentrada na cabeça cauda e tórax e crescimento excessivo das unhas.

O tratamento se dá por meio cuidados locais (no caso do aparecimento cutâneo), medicamentos e de injeções que devem ser tomadas entre 20 e 40 dias e o paciente deve ser observado durante três meses após o desaparecimento dos sintomas. Animais doentes, como o cão costumam ser isolados e sacrificados, medida

polêmica tanto em termos de saúde quanto em questões humanitárias. Caracteriza-se por uma doença generalizada, de evolução crônica.

Ela se manifesta de duas formas:

Leishmaniose tegumentar americana (cutânea ou mucosa)- originária da América do Sul, já se manifestava nos índios peruanos antes do período colonial. Em sua forma cutânea é encontrada do Sul dos EUA ao norte da Argentina. No Brasil os primeiros casos aconteceram na segunda metade do século 19. Manifestou-se na Europa por meio de imigrantes que retornaram à sua terra natal. Doença infecciosa não contagiosa, aparece na pele e nas mucosas. O período de incubação no homem costuma ser de dois meses, mas há casos de duas semanas a dois anos. Caracteriza-se por lesões ulcerativas na pele ou nódulos. Aparecem pápulas que geram coceira, dor e calor no local. Os gânglios próximos ao local da picada do mosquito também podem inflamar e necrosar. Punção nessas áreas faz parte do tratamento. Outra forma de manifestação são o aparecimento de formações semelhantes a verrugas em forma de framboesa. Nariz, língua e boca e garganta são áreas bastante susceptíveis às lesões. Pode causar deformidades e deixar muitas seqüelas psicológicas.

Segundo o Ministério da Saúde, de 1985 a 1999, foram registrados no país 388.155 casos de leishmaniose tegumentar americana. O coeficiente aumentou de 10,45 para cada 100 mil habitantes para 18,63 para cada 100 mil habitantes, em 2055

municípios afetados. No Brasil a doença se apresenta por meio de surtos epidêmicos associados à derrubada de matas com transmissão feita por animais selvagens ou por meio de locais urbanizados há tempo mas na periferia de centros urbanos ou resultado de ocupação de encostas. Nesse caso os agentes transmissores são cães, roedores e eqüinos. Em São Paulo apenas casos esporádicos na Serra da Cantareira.

Pode ser encontrada em mamíferos independentemente da espécie. Tem alto índice de incidência no Brasil, onde ocorre do forma endêmico-epidêmica, dependendo da região. É de difícil cura e pode deixar seqüelas como deformidades. Manifesta-se freqüentemente nas fronteiras agrícolas e em regiões silvestres quanto da penetração do homem. Os sintomas são pápulas na pele acompanhadas por coceira, inchaço e inflamação dos gânglios com saída de pus. Pode se manifestar também por meio de verrugas que se assemelham a uma amora e são mais difíceis de diagnosticar. Nesses casos as lesões podem ser irreversíveis como a perda de parte do nariz e da epiderme do rosto. A leishmaniose cutânea também é conhecida popularmente como leishmaniose benigna, pois praticamente só acomete a pele, manifestando-se por feridas que não cicatrizam. A partir da suspeita causada pelas manifestações na pele, a doença é detectada por meio de biópsia. Em sua forma mais leve, não implica em febre, mal-estar e nem deixa o

doente de cama. Além das feridas nesses casos é possível observar descascamento e sangramento do nariz e colabamento com odor fétido.

As lesões na pele podem ser localizadas ou até uma única, como costuma ocorrer ou podem, em grande quantidade se espalhar por todo o corpo. Elas aparece principalmente no nariz, regiões malares, lábio superior, pavilhão auricular, braços, pernas, mãos e pés e raramente podem mostrar aparência semelhante a de um tumor.

Na forma mucosa, ela pode aparecer meses até anos após a solução das lesões na pele desde que a doença não seja eficientemente tratada. O se manifestar isoladamente. Costumam aparecer na cavidade nasal e na garganta, aparecendo na forma de infecções, rouquidão e tosse. A doença é detectada por meio de exame clínico.

O tratamento é feito por meio de medicamentos de baixa toxidade e efeitos colaterais leves. Para lesões cutâneas ele leva 20 dias e para mucosas 30. A manifestação mucosa responde mais lentamente ao tratamento clínico que a manifestação cutânea. O tratamento não pode ser aplicado em gestantes. Em casos mais graves admite-se o tratamento a partir do sexto mês de gestação procurando evitar prejuízos ao feto. Pacientes com mais de 50 idade, com problemas cardíacos, entre outras restrições ao tratamento bem como portadores de doença de Chagas.

O paciente deve ser acompanhado mensalmente após três meses do término do tratamento e esporadicamente nos 12 meses seguintes. Quanto aos cães e gatos, o Ministério da Saúde recomenda isolá-los ao se perceber suspeitas de lesões.

Leishmaniose visceral: ausente em animais silvestres, é freqüente encontrada em animais domésticos, principalmente em cães, cavalos, mulas e roedores. Em São Paulo o principal hospedeiro é o cão. Alguns estudos mostram a possibilidade de transmissão de um cão para o outro ou até para o homem por meio da ingestão acidental de carrapatos contaminados, mordedura, cópula, ingestão de vísceras contaminadas e outros modos de transmissão, mas as pesquisas ainda são poucas. Sabe-se que de pessoa para pessoa, sem a presença do mosquito a transmissão não é possível.

De alta letalidade principalmente em crianças e pessoas desnutridas, o período de incubação no homem se dá de dez dias a dois anos, mas o mais comum são os sintomas aparecerem após um mês. Vale ressaltar que apenas uma pequena parte das pessoas infectadas desenvolve os sintomas da doença, o que a torna de difícil detecção a não ser por exames que pesquisem imunidade celular o humoral, exames que não são comuns ou feitos periodicamente, o que pode levar a óbito por não se saber da presença da doença no indivíduo. Nos cães, vai de três meses a vários anos com a maior concentração no período entre três e sete meses.

Nos cães a incidência do aparecimento de sintomas é maior, representa entre 40% e 60% dos animais infectados. Há infecções nas vísceras que pode ser espalhada através da derme, a camada interna da pele. Há lesões na pele, principalmente nas orelhas, focinho, articulações e cauda, crescimento exagerado das unhas. O pêlo perde o brilho. Dermatites, conjuntivite, úlceras na pele, coriza, apatia, hemorragia intestinal, diarréia, edemas nas patas e vômito aparecem em fase mais adiantada da doença. A doença neles se desenvolve de forma aguda ou crônica. A evolução aguda pode levar o animal à morte em algumas semanas. Em casos raros a doença pode permanecer por um longo período e levar à cura espontânea.

O quadro clínico dos cães é bastante variável, vai da omissão total dos sintomas até um complicado estágio final, mostrado nas fotos neste capítulo. A evolução da doença também vai depender da resposta imunológica do animal infectado. Os cães portadores da leishmaniose são divididos em três grupos: assintomáticos – ausência de sinais evidenciando a doença; oligossintomáticos – apresentam adenopatia linfóide, pequena perda de peso e pêlo opaco e sintomáticos com emagrecimento acentuado, lesões cutâneas, conjuntivite e comprometimento motor dos membros inferiores entre outros sintomas. Em locais de baixo poder aquisitivo as dermatoses e desnutrição podem ser confundidas com características das condições de vida do animal.

É bem mais difícil de diagnosticar que a leishmaniose cutânea, pois além de nem sempre os sintomas aparecerem, as lesões são internas, principalmente no baço e fígado que aumentam muito de volume deixando toda a região abdominal aparentemente inchada. Os sintomas são febre e dores abdominais. Com o avanço da doença a febre inicial aumenta e instala-se um quadro geral de desnutrição acrescido de hemorragias e icterícia. Quando não tratada a doença, a morte do paciente se dá por hemorragia ou infecções diversas. A versão visceral compromete órgãos como fígado e baço, há febre, mal-estar, emagrecimento e aumento do tamanho do baço. A evolução é lenta.

A detecção se dá por meio de exames parasitológicos ou sorológicos porque, principalmente nos cães os sintomas quando aparecem podem ser confundidos com os de outras doenças.

No Brasil, segundo relatório do Ministério da Saúde, cerca de 77% dos casos se localizam na Região Nordeste. No país todo são 19 estados e 1.600 municípios atingidos (dados de 2003). Nos últimos dez anos a urbanização da doença vem crescendo. O Ministério da Saúde tem um programa, chamado Programa de Controle da Leishmaniose Visceral (PCLV) com o objetivo de integrar políticas localizadas de controle e prevenção da doença e mapear os focos. Na Região Sul não há registros de casos atualmente. É tradicionalmente uma doença rural mas que invadiu as áreas urbanas pelo crescimento não planejado e o avanço da

urbanização em áreas silvestres. Os dados quanto à doença começaram ser contabilizados em 1985 e o cenário no Brasil se apresenta de acordo com o quadro abaixo extraído do Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral publicado pelo Ministério da Saúde em 2003.

Recomenda-se uma política preventiva de combate aos mosquitos (que costuma ser aplicada em locais considerados de risco), diminuição de atividades em área e horários de risco e isolamento dos hospedeiros quanto infectados e dos pacientes para tratamento. As estratégias de controle estão prioritariamente hoje voltadas para os cães (em áreas urbanas) e para o controle do mosquito.

A doença pode ser diagnosticada por um teste de laboratório chamado reação de Montenegro semelhante a testes voltados para reações alérgicas. O tratamento é feito por meio de medicamentos quimioterápicos aplicados em forma de injeção intramuscular ou endovenosa no prazo de 20 a 40 dias, com possíveis reações colaterais de alta gravidade, como arritmias, o que dificulta sua aplicação, optando-se pelas ações preventivas sempre que possível. O paciente em tratamento após 20 dias deve passar semanalmente por eletrocardiograma mesmo que não esteja aparentemente sofrendo efeitos colaterais. Detectada a arritmia o tratamento deve ser suspenso e substituído por drogas alternativas. Artralgias, adinamias, anorexia, dor no local da aplicação e aumento da diurese com perda de controle do fluxo de urina também são efeitos possíveis do tratamento bem como

insuficiência renal, elevação de enzimas hepáticas e pancreatite. Abaixo, algumas fotos de animais com leishmaniose extraídas do Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral publicado pelo Ministério da Saúde em 2003.

Segundo o manual divulgado pelo Ministério da Saúde, há tratamento para os cães, mas o mesmo não é recomendável. A argumentação se baseia na baixa eficácia que o mesmo tem apresentado, com possível desaparecimento apenas temporário dos sintomas e a possibilidade de tornar os agentes causadores mais resistentes. Essa medida, em termos humanitários, parece ir totalmente contra os princípios gerais da medicina, pois é de conhecimento público que essas ocorrências – fortalecimento dos agentes e baixa eficácia nos tratamentos em desenvolvimento - são triviais em doenças ainda estudadas e fazem parte de sua evolução. O tratamento hoje eficiente no homem já passou por fases semelhantes e não foi abandonado, mas aprimorado. O Ministério da Saúde recomenda também o recolhimento de cães errantes em áreas urbanas como medida para diminuir o número de possíveis transmissores, sem cogitar uma medida preventiva como a diminuição do abandono de cães. Não deixa claro o destino a ser dado aos cães nem sobre a realização de testes com animais recolhidos. Fala sobre o sacrifício de cães sororeagentes independentemente da domiciliação ou não do animal. Como medida preventiva recomenda o exame sorológico no caso de doação de cães.

Segundo o Ministério da Saúde existe uma vacina contra a leishmaniose visceral canina registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas que não há avaliações sobre a relação custo-benefício da mesma no uso em programas de saúde pública, mantendo-se como prática o recolhimento e eliminação de cães errantes, doentes ou não. Percebe-se pelo material divulgado pouca ou nenhuma ênfase no estímulo a uma política para instituição da vacina ou seu aprimoramento caso necessário. Recomenda a não permanência de animais dentro das casas e a colocação de telas finas nos canis para impedir a entrada do mosquito. Quanto a cães domiciliados, o MS coloca como possível medida preventiva o uso nos cães de coleiras impregnadas com Deltametrina (inseticida para o mosquito), mas alerta para a inexistência de pesquisas sobre o tema quanto à sua eficácia em programas de saúde pública.

LEPTOSPIROSE

Doença infecciosa aguda causada pela bactéria do gênero *Leptospira* presente na urina dos ratos. Estes são os maiores disseminadores da doença, mas outros animais como os cães também podem, em casos raros, transmiti-la para outros animais e para o homem. É considerada de alta incidência de casos humanos, principalmente durante a ocorrência de enchentes nas áreas urbanas.

A transmissão se dá por meio do contato da pele, principalmente com ferimentos, e mucosas, com água, lama, vegetação contaminada principalmente com urina de

roedores infectados. Durante os períodos de enchentes a situação se agrava. Os cães geralmente contraem a doença pela ingestão de alimentos contaminados pela urina de roedores.

A transmissão de outros animais para o homem é muito rara e os cães devem ser vacinados a cada seis meses contra leptospirose e seus comedouros devem ser guardados logo após o uso e a água trocada várias vezes ao dia. Há vacinas para humanos também. Em áreas com incidência de ratos recomenda-se processo periódico de desratização.

Os sintomas aparecem em até um mês após a infecção, sendo dez dias o período mais comum. Os principais sintomas são febre alta, sensação de mal estar, dor de cabeça constante e acentuada, dor muscular intensa, cansaço e calafrios estão entre as manifestações da doença. Também são freqüentes dores abdominais, náuseas, vômitos e diarréia, desidratação, olhos amarelados ou vermelhos e manifestações hemorrágicas. Tosse e faringite também podem aparecer, inclusive em períodos de aparente melhora, bem como manchas avermelhadas na pele. Icterícia e meningite podem ser conseqüências do quadro adquirido com a leptospirose. As estimativas apontam morte de até 10% dos pacientes com manifestações mais graves da doença.

Os principais sintomas nos animais são anorexia, apatia, vômitos, febre, anemia, icterícia, diarréia, urina com presença de sangue e erosões na boca e língua. O

período de incubação é entre uma e duas semanas se a morte pode se dar em três ou quatro dias. Em humanos, o tempo de incubação é de entre cinco dias e três semanas e os principais sintomas são: febre, cefaléia, mal-estar e prostração, dores difusas, principalmente nas panturrilhas, conjuntivas congestas, às vezes difusões hemorrágicas.

A hidratação é a principal medida do tratamento em humanos que dispensam medicamentos que contenham ácido acetil-salicílico o princípio ativo da aspirina e de outros analgésicos devido ao risco de sangramento provocado por esse princípio ativo em pacientes nessas condições. O tratamento é feito com antibióticos e os antiinflamatórios também não são usados. Quem apresentar quadro de icterícia ou meningite necessita de internação.

Nos cães, a leptospirose é uma doença aguda que se manifesta nos intestinos, fígado e rins. Atinge poucos gatos, que são menos sensíveis ao contágio que os cães. O animal apresenta diarreia, febre muito alta nos primeiros dias, vômitos, apatia e perda de apetite. Alguns podem manifestar dores intensas na região do abdome, fazendo inclusive, que o animal altere sua forma de andar. Nos animais a bactéria pode ficar alojada nos rins e ser transmitida pela urina mesmo que o espécime não apresente sintomas. Mesmo assim ele transmite a outros animais e ao ser humano que tiver contato com a genitália ou a urina dos animais. O índice de morte nos animais é de 75% principalmente porque o tratamento é ministrado

muito tarde. Por esse motivo é necessário fazer o tratamento preventivo por meio de vacina, encontrada nos complexos V8 e V10 para cães e tríplice para gatos. Mesmo animais vacinados podem contrair a doença de forma mais leve pois a vacina não cobra a contaminação de todos sorotipos da leptospirose existentes. A fase aguda e mais perigosa dura 15 dias quando há o maior perigo de morte. São até 30 dias de convalescença.

Para evitar o aparecimento das doenças, o CCZ de São Paulo faz as seguintes recomendações:

- ❖ vacinação periódica de animais domésticos
- ❖ limpeza de terrenos e drenagem de água;
tratamento com cloro da água a ser utilizada
- ❖ recolhimento e armazenamento adequado de lixo seja ele qual for;
- ❖ fechamento de buracos e rachaduras
- ❖ controle de roedores e da presença de animais silvestres em áreas de presença do homem;
- ❖ Isolamento dos animais doentes e incineração de todo material usado no tratamento.
- ❖ Higiene rigorosa para aqueles que vão ter contato com doentes.
- ❖ Evitar contato com águas de enchente. Se for extremamente necessário utilizar roupas protetoras adequadas

- ❖ Evitar contato com águas suspeitas de contaminação
- ❖ Proteger alimentos e água para consumo
- ❖ Não utilizar água de poço inundado
- ❖ Limpeza periódica e vedação da caixa d'água.

O tratamento curativo se dá por meio de antibióticos. A doença se manifesta com certa frequência em pessoas que tem atividades profissionais ligadas a animais como abatedouros, fazendas, curtumes e até clínicas veterinárias, bem como aquelas que atuam na área operacional da limpeza pública, tratamento de água e esgoto. A Leptospirose se manifesta diferentemente em cada espécie animal. Dentre as aqui estudadas, ela aparece nos cães em caráter agudo. Cães transmitem para outros cães pelo hábito de cheirarem os órgãos sexuais uns dos outros, ficando assim susceptíveis ao contato com a urina de animais infectados. Os agentes transmissores permanecem na urina durante um período mesmo depois de os animais estarem curados.

TOXOPLASMOSE

A toxoplasmose é uma infecção que pode ocorrer no homem após o contato com dejetos de animais contaminados e pela ingestão de carne mal cozida dos mesmos, entre outras formas de contaminação. Foi descoberta em 1908 na África. No Brasil manifestou-se primeiramente no coelho e hoje atinge mais de 80 espécies de animais domésticos e silvestres, inclusive aves. No homem foi detectada em 1914

na Europa e considerada muito perigosa principalmente para crianças até as ainda em gestação.

O agente responsável é um protozoário do gênero *Toxoplasma* que se aloja no sangue e nas fezes. Os felinos são os únicos animais que abrigam o protozoário até sua fase adulta. Por esse motivo os gatos domésticos e outros felinos são o principal agente transmissor e não os pombos como muitos leigos acreditam. Eles adquirem a doença ao ingerir carne crua de outros animais que tenham caçado (como ratos) ou lhes tenha sido oferecida. Outros animais de estimação ou de criação comercial – cães, cavalos, aves, bois etc – abrigam o protozoário até sua fase intermediária de crescimento. É comum na criação de suínos sem higiene adequada. O protozoário pode ser destruído em situações de temperaturas extremas, como congelamento por 24 horas a menos de 12° C negativos ou cozimento por mais de dez minutos a temperaturas maiores que 58° C.

A toxoplasmose se manifesta em diversos níveis de gravidade. Os grupos de maior risco são mulheres grávidas, crianças e pessoas com baixa resistência como portadores do vírus HIV, anêmicos, doentes de câncer etc. Nas grávidas a doença pode levar ao aborto, má formação ou morte do feto. Em geral pode comprometer músculos, cérebro, retina e pulmões. As medidas de prevenção da toxoplasmose são a higiene pessoal, a higiene ambiental, o uso de vestimentas protetoras em atividades de jardinagem ou de cultivo de plantas, e a orientação e o tratamento

específico por médico veterinário de gatos e de outros animais doentes ou portadores.

A reprodução por meio dos ovos permanece ativa entre três e cinco dias após exposição no ambiente. Contaminação pode se dar até um ano e meio depois. No ambiente a possibilidade de contaminação pode se dar até um ano e meio depois, dependendo das condições. Os gatos que ingerem carne contaminada começam a desenvolver o parasita entre três e dez dias depois e o eliminam em suas fezes durante aproximadamente duas semanas.

O parasita pode se alojar em qualquer animal considerado de “sangue quente” e se multiplica de forma assexuada ou sexuada, este último caso principalmente quando se aloja no gato. Localiza-se no interior das células principalmente do sistema nervoso central e músculos, inclusive o coração. Microscópico, ele se movimenta de célula par célula contaminando várias partes do corpo.

Quanto há transmissão da mãe para o feto a doença se manifesta na criança ao nascer por meio de conjuntivite, microftalmia, passando por uma irite, uveíte, hemorragias retinianas, opacificação dos meios líquidos do olho, retinocoroidite, etc.

Nos cães os sintomas são semelhantes aos da Cinomose. Há transtornos gástricos, alterações cerebrais e nos pulmões. Os animais com menos de dois anos de idade são mais susceptíveis à forma aguda da doença, sendo os mais velhos à forma

crônica. Em ambos os casos apresentam febre vômitos, inapetência, diarreia, emagrecimento, lassidão, decaimento, conjuntivite e tumores nos gânglios linfáticos do baço e do fígado. Há inclusive casos de espasmos e paralisia além de bronco-pneumonia . Nos gatos, febre, tosse, tumores nos glânglios, úlcera nos intestinos, necroses e nódulos nos pulmões. O gato é considerado um importante reservatório de toxoplasmose em área urbana. O cão é considerado um sentinela da situação epidemiológica.

Devido à sua gravidade as pesquisas sobre o efeito da doença no ser humano vem concentrando-se principalmente nas mulheres grávidas contaminadas. Ao ser contaminada já grávida se não for tratada em tempo há possibilidade de a doença ser transmitida ao feto, acreditam alguns cientistas. No caso da contaminação ter ocorrido antes da gravidez, em estado crônico, essa possibilidade se resume ao contato com a placenta, o que é negado por alguns cientistas. Recomenda-se testes antes e por três vezes durante a gravidez.

Não há vacina preventiva, recomendando-se medidas de higiene em relação ao trato com os animais possíveis transmissores.

DIROFILARIOSE

Zoonose considerada emergente no país e cujo principal agente transmissor é o cão. Para o animal é debilitante e em muitos casos fatal. O gato raramente é infectado.

Também conhecida como verme do coração, é transmitida pelos *filariídeos dipetalonema reconditum* e *dirofilaria immiti*. Carnívoros silvestres também são vítimas. Os hospedeiros não sofrem grandes danos. A transmissão se dá por meio de picadas de mosquitos que se alimentam do sangue de mamíferos infectados. Os microfilarídeos se transformam em larvas após um período de 10 a 21 dias de incubação no mosquito. As larvas adultas com até 15 cm de comprimento se desenvolvem no animal picado e podem se alojar no coração ou nas artérias. Isso acontece em um período de dois a seis meses após a contaminação. Há casos de o animal conviver durante anos com os vermes até que a doença se manifeste já em grau avançado. Pode haver reprodução sexuada dentro de um animal doente. Ao picá-lo o mosquito recomeça o processo de transmissão. A doença para os cães é fatal.

Para o homem pode implicar em cirurgia para a retirada dos vermes. Os sintomas aparecem nos cães em estágio bastante avançado da doença. Os sintomas são falta de resistência a exercícios, cansaço, tosse crônica, apatia, respiração ofegante, perda de peso e morte. A doença não evolui no homem, mas o parasita pode ficar alojado em diversos órgãos, principalmente nos pulmões, e provocar o aparecimento de nódulos. Não há sintomas clínicos ou tratamento.

Animais que vivem em regiões litorâneas ou próximos a matas estão mais sujeitos à doença. A manifestação varia conforme o estado geral de saúde de cada animal.

Pode causar inflamação nas artérias do pulmão, obstruir vasos o que desencadeia todo um processo de circulação irregular do sangue, levando a uma cadeia de conseqüências como a alteração dos batimentos cardíacos e a dilatação do coração pela dificuldade de trabalhar. Os principais sintomas são tosse crônica (seca, a princípio) dificuldade para respirar, apatia, fadiga, emagrecimento e distensão do abdome por acúmulo de líquido.

A doença costuma se notada apenas quando está em estágio muito avançado praticamente impossível de ser tratada por isso é considerada fatal para os cães. Antes de os sintomas aparecerem a doença pode ser detectada por meio de exames de sangue. Mesmo com tratamento a doença pode deixar seqüelas principalmente no coração do animal. Animais que vivem ou freqüentam áreas de risco devem ser tratados preventivamente por medicamento dado mensalmente via oral a partir de recomendação veterinária.

BRUCELOSE

Causada por bactérias do gênero *Brucella*, acomete homem, animais domésticos e silvestres. A transmissão se dá por meio do contato direto com os animais ou por ingestão de produtos contaminados. Nos animais a transmissão ocorre apenas pelo contato com fezes e secreções. Brucelose é o nome dado a um conjunto de doenças transmitidas pelas bactérias *Brucella*, todas com sintomas e características bastante semelhantes. Entre elas as que podem ser transmitidas por cães e gatos são:

Doença de Bang – transmitida, principalmente, por bovinos e eqüinos tem também cães como agentes de contaminação. Instala-se no útero das fêmeas e no testículo dos machos levando à morte do feto em gestação e esterilidade das fêmeas. São contaminados principalmente cães que vivem em fazendas e tiveram contato com – até ingerido - fetos abortados pelas vacas. Ainda não há tratamento adequado para os cães, nem vacina preventiva como há para o gado bovino. A indicação é que eles sejam afastados do convívio com outros cães para evitar a transmissão.

Há uma bactéria do mesmo gênero que transmite a doença de Bang que ataca principalmente os cães. É chamada de "Brucella bronchiseptica ". Ela causa complicações bronco-pulmonares quando os cães estão com outras doenças como a cinomose.

XIX.1.2 – Os animais abandonados e a questão do trânsito:

O trabalho de observação durante três anos do problema dos animais abandonados, levou-nos a cogitar se o crescente número de cães e gatos nas ruas poderiam interferir no tráfego de veículos. Muitos ainda filhotes e outros deixados nas ruas após anos de convivência doméstica demonstravam, como pudemos observar, pouca intimidade com as ruas e pareciam atônitos na hora de atravessar principalmente estradas e grandes avenidas. Por meio do contato com as ONGs soubemos da possibilidade de as saídas do município serem focos de abandono.

Por meio de observação durante os anos de 2003 e 2004 constatamos uma quantidade relevante de cães perambulando pelas rodovias Raposo Tavares e Régis Bittencourt – BR 116, caminhos que percorremos cerca de uma vez por mês. Pelos motivos expostos procuramos investigar as ocorrências de trânsito nas ruas e saídas rodoviárias do município de São Paulo.

Procuramos os seguintes órgãos e empresas em busca de dados: CET – Companhia de Engenharia de Tráfego, DER – Departamento de Estradas de Rodagem, DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A., Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, Denit – Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes e as concessionárias privadas Nova Dutra, Ecovias, Autoban e Viaoeste.

Percebemos durante as entrevistas que o tema é de pouca relevância para os órgãos públicos e para as concessionárias particulares, exceto para a ViaOeste. A

prefeitura, por meio da CET informou-nos que não há qualquer banco de dados quanto a acidentes ou ocorrências de trânsito envolvendo animais. A Polícia Rodoviária Federal alegou não ter estatísticas sobre o tema, cuja responsabilidade de recolhimento e compilação de dados seria do Denit. Esse órgão ao ser procurado remeteu-nos novamente à Polícia Rodoviária Federal que, por sua vez, novamente encaminhou-nos ao Denit.

A Polícia Rodoviária Estadual informou-nos sobre 17 acidentes de automóveis envolvendo cães e gatos que vagavam pelas rodovias paulistas nos trechos dentro

do limite do Município de São Paulo no ano de 2003 e 21 acidentes nas mesmas condições em 2004, sem definição das rodovias ou da km exata. Procuramos ter acesso a maiores detalhes dos acidentes em busca de detectar se haveria algum local de maior incidência ou época do ano mas não foi permitida pesquisa mais detalhada por os relatos dos acidentes mostrarem dados pessoais das pessoas envolvidas nos mesmos. Com os poucos dados disponíveis, a única conclusão possível foi determinar que os registros de acidentes com cães e gatos em rodovias dentro dos limites do município de São Paulo indicam nos últimos dois anos a média de um acidente a cada 19,5 dias envolvendo animais domésticos, ou seja 1,6 acidentes mês. Levando em conta que temos nove saídas rodoviárias (Presidente Dutra, Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Bandeirantes, Anchieta, Anhanguera, Imigrantes, Castelo Branco e Fernão Dias) teríamos 0,17 acidente envolvendo animais por rodovia/mês. Tal dado, que na primeira observação parece irrelevante, precisa ser analisando levando-se em conta que os dados fornecidos pela Polícia Rodoviária Estadual são apenas de acidentes registrados onde houve prejuízos materiais ou outros danos para as pessoas que estavam nos carros envolvidos e tais acidentes são relacionados a animais em geral, podendo ser silvestres ou também domésticos de grande porte como cavalos e vacas.

Levando em conta o porte dos animais que perambulam nas ruas – cujo perfil foi descrito no capítulo 6 – esses registros podem ser muito menores do que o número

real de acidentes pois um choque entre um veículo de 1 tonelada (peso médio dos veículos de passeio) contra um animal de 14 kg (peso médio dos animais de rua obtido pela análise de amostragem) indica grande possibilidade de nenhum prejuízo para o veículo e seus ocupantes levando a crer que um considerável contingente de acidentes não deve ser registrado.

Já a Dersa tem dados gerais do Estado sem determinar animais, rodovia ou município em que ocorreram os acidentes. Em 2003 foram registrados – com as mesmas ressalvas feitas quanto aos dados da Polícia Rodoviária Estadual - 2430 atropelamentos de animais nas estradas paulistas e, em 2003 e 2448 em 2004. Não é possível estabelecer comparações ou tecer parâmetros a partir dos dados da Dersa porque eles envolvem todas as rodovias do Estado e acidentes com todos os tipos de animais silvestres e domésticos, lembrando que em regiões mais ermas e áreas

rurais animais silvestres ou vacas e cavalos atravessando a estrada são acontecimentos comuns, inviabilizando a utilização dos dados fornecidos.

Os dados mais precisos foram fornecidos pela concessionária ViaOeste, responsável pelas rodovias Castello Branco e Raposo Tavares. Das quatro concessionárias procuradas é a única que dá importância ao tema. A Autoban e a Nova Dutra ignoraram nossas solicitações de informações e a Ecovias demonstrou explícito descaso e desdém quanto à solicitação.

Pelos dados apresentados pela ViaOeste (que controla as Rodovias Raposo Tavares e Castelo Branco) , entre março de 2002 e março de 2005 foram registrados seis atropelamentos de cães nos trechos das rodovias sob sua gestão que se encontram no município de São Paulo e seu entorno. Todos foram na Rodovia Castelo Branco, cinco deles nas pistas marginais. São, em média, dois acidentes por ano, na rodovia Castelo Branco, o que dá 0,16 atropelamento/mês. É difícil comparar esses dados aos da Polícia Rodoviária pelo fato de os dados da Polícia Rodoviária serem de animais em geral e acidentes com registro de ocorrência. Os dados da ViaOeste são embasados no número de carcaças recolhidas e, neste caso, especificamente de cães. É importante lembrar que há registros em que o corpo do animal ficou mutilado a ponto de não se reconhecer a espécie. Os números apresentados, apesar de regionalizados ou superficiais podem levar ao entendimento de a existência de animais domésticos perambulando na beira das estradas ser irrelevante ou não influenciar no tráfego. Mas ao se analisar com maior profundidade percebe-se que não há dados suficientes para qualquer conclusão quanto a animais abandonados na beira das estradas e sua influência no trânsito das rodovias. Quanto ao tráfego urbano não há registro. O que chama a atenção para uma possível relevância do problema é a existência de um projeto mantido pela ViaOeste intitulado *Cowboys do Asfalto* com profissionais especializados e cujo objetivo é resgatar animais que perambulam pelas rodovias

sob sua concessão (Raposo Tavares e Castelo Branco). Em cinco anos de trabalho o projeto recolheu 2.400 animais (média de 480 por ano, 1,3 por dia em toda a extensão das duas rodovias) encaminhados para entidades de proteção dos animais e desenvolveu um manual de orientação para proprietários para que sejam evitadas fugas de animais domiciliados em propriedades à beira do rodovia. Não há registros específicos de cães e gatos recolhidos. A própria existência do projeto dá indícios de que se tem uma situação de anormalidade à beira das rodovias.

XIX.3. – Interferência na fauna silvestre: Abandono em parques, praças e áreas de proteção

A domesticação e as transformações biológicas de cães e gatos nos milhares de anos de convivência com o homem retiraram esses animais da cadeia alimentar da vida silvestre. Eles dependem hoje exclusivamente do homem para sobreviver e, pela quantidade de cães e gatos existente atualmente, seria muito difícil reintroduzi-los na natureza sem causar um grande desequilíbrio.

A formação desse “grupo à parte” das cadeias alimentares e dos ecossistemas naturais é um dos motivos que preocupa o poder público e os ambientalistas quanto à existência de cães e gatos soltos em parques, praças e áreas de proteção ambiental e seu entorno. O foco das preocupações está na transmissão de doenças desconhecidas para a fauna silvestre, mas comuns em animais domésticos como

cinomose e parvovirose, entre outras e no desequilíbrio da fauna silvestre pela existência de novos predadores.

Quanto a perigo aos seres humanos, as áreas mais ermas propiciariam a formação de matilhas e a volta ao estado comportamental primitivo e potencialmente agressivo, o chamado estado feral de cães e gatos. Muitos são constantemente enxotados e atacados pelo homem enquanto vagam pelas ruas e a formação de matilhas é uma forma de se protegerem, que acaba causando perigo ao homem.

O abandono de animais em parques praças e áreas de proteção é constatado como um problema para a cidade tanto pelo poder público quanto pelas ONGs, mas novamente não se têm números. Além de focos de abandono, os parques, praças e áreas de proteção são áreas atrativas para os animais errantes que se sentem abrigados pela vegetação e onde quase sempre há oferta de água nos rios e lagos existentes nesses locais e comida, seja por restos de piquenique ou churrascos, seja por grupos de proteção animal que se deslocam para alimentar os animais ali abrigados.

O caso mais emblemático de problemas trazidos pela concentração de cães e gatos abandonados em áreas protegidas aconteceu fora de São Paulo, no Parque Nacional de Brasília - PNB, e vem sendo documentado pela imprensa desde 1999.

Em artigo escrito pelo biólogo Flávio Henrique G. Rodrigues, do departamento de Biologia da Universidade Federal de Minas Gerais, um dos maiores problemas

causados pelos cães errantes no PNB foi o desequilíbrio da população de lobos-guará, além da predação de outras espécies, principalmente aves. Rodrigues descreve o cão como *“praga cosmopolita” que leva doenças aos animais silvestres, preda-os e compete com eles por comida e espaço*. No caso dos lobos-guará podem ser animais de porte semelhante e possuem ancestral comum. A predação dos lobos se daria por meio das matilhas de cães e não de um indivíduo único. Além dos animais errantes, Rodrigues destaca em Brasília animais semi-domiciliados com cuidados precários

quanto à saúde, por serem de propriedade da população de baixa renda e que vivem no entorno do parque. Destaca também que os lobos estão se escondendo nas áreas mais profundas do parques para evitar o contato com cães.

A bióloga Ana Cristyna Reis Lacerda, da coordenação geral de Fauna do Ibama de Brasília, declarou ao jornal O Estado de S. Paulo na edição de 01 de janeiro de 2005, que, além dos lobos-guará, antas e tamanduás também são vítimas das matilhas de cães mesmo aqueles que não estão com fome. Demonstram apenas seu instinto predador, segundo Lacerda.

Em São Paulo jornais noticiaram, nos últimos anos principalmente, problemas em parques como da Luz e na Praça de República. O histórico do abandono em parques, praça e áreas de proteção não difere muito do que se vê quanto ao

abandono nas ruas. Para o animal abandonado, há uma drástica mudança em seu ambiente, o que lhe traz sofrimento, além de prejuízos físicos e emocionais. Para o município, esse fenômeno pode produzir impactos sobre o ecossistema local principalmente quanto à fauna, pois cães e gatos tentam se introduzir em uma cadeia alimentar já estabelecida e trazem doenças às quais os animais nativos não são imunes, podendo causar de duas formas desequilíbrio ao ambiente. Alguns grupos de proteção animal ou pessoas que se sensibilizam com a situação de abandono alimentam esses animais, nem sempre de forma adequada ou cuidadosa, podendo gerar um problema adicional que é o lixo e a deterioração de restos de comida. Há quem leve comida em vez de ração para esses animais e ambas, tanto comida quanto ração, quando não aproveitadas apodrecerem e se transformam em lixo. Um dos fatores que pode levar a essa sobra de comida ou ração é o fato de mais de uma pessoa ou entidade se sensibilizar pela situação daquele animal ou grupo de animais, sem comunicação entre elas. E também transeuntes que eventualmente passam no local, também sensibilizados, acabam dividindo o que estão comendo com o animal e quando quem o alimenta regularmente deixa a comida ou a ração ela não é aproveitada.

No município de São Paulo essa questão envolve de um lado o Depave – Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, cujo objetivo é retirar cães e gatos de parques e áreas de proteção

buscando para isso auxílio do Centro de Controle de Zoonoses - que por sua vez retira e mata os cães e gatos - e, de outro, as entidades de proteção animal e os chamados protetores independentes que visam o bem-estar dos cães e gatos por meio da manutenção, pelo menos temporária, desses animais nos parques e praças.

Ainda há muita dificuldade de diálogo entre as duas partes, por um lado pela pouca preocupação com o bem-estar dos animais domésticos por parte do Depave, cujo objetivo é apenas manter o equilíbrio ambiental, e por outro pela pouca cientificidade e preocupação ambiental de alguns protetores, gerando assim um impasse difícil de resolver.

Um estudo realizado nos Estados Unidos em 2004 pela *American Bird Conservancy* (Conservação Americana de Aves), mostrou que aproximadamente quatro milhões e aves são vítimas de gatos domésticos por dia naquele país, o que, por ano, significa por volta de um bilhão de espécimes. Os maiores índices de abate estão entre as aves que se alimentam no chão como rolinhas e sabiás, bem como os filhotes que caem dos ninhos ou que ainda têm dificuldades para voar. Não é possível afirmar a quantidade de abates feitas por gatos abandonados, pois, aproximadamente 65% dos gatos domiciliados naquele país têm liberdade para andar pelas ruas (aproximadamente 40 milhões de animais). A mesma entidade usa como estimativa de gatos abandonados nos Estados Unidos entre 60 e 100

milhões, mas não especifica sua fonte de pesquisa nem a metodologia de coleta de dados, impedindo que se saiba a cientificidade desse número apresentado.

A entidade de proteção às aves usa como argumentação contra gatos soltos nas ruas sua capacidade maior de abate do que a dos predadores naturais dessas aves, que seriam corujas ou raposas. Usa como argumentação também a pequena quantidade dos predadores naturais nas cidades, a grande densidade populacional dos gatos e o fato de muitos deles serem domiciliados o que teoricamente os coloca como animais plenamente saudáveis e com grande capacidade física de predação, já que, segundo essa mesma entidade, a predação de aves se dá por instinto que não está diretamente ligada à fome. A entidade ressalta ainda que mesmo entre as

aves que conseguem sobreviver ao ataque, a grande maioria (cerca de 80%), morre pouco depois devido a ferimentos e às doenças transmitidas pelo contato com a boca do gato. Contabiliza também as mortes indiretas, como as de filhotes que tiveram suas mães predadas pelos gatos e ficaram desassistidos.

Para levantar a situação do abandono de cães e gatos em parques, praças e áreas de proteção no município de São Paulo foram feitos contatos com o Depave, ONGs de proteção dos animais e o Centro de Controle de Zoonoses. Devido à especificidade do tema, buscamos instituições que trabalhassem especificamente com proteção de animais abandonados em parques e áreas de proteção em vez de atermo-nos

apenas a entidades que tratam de animais abandonados em geral e, eventualmente, fazem alguma ação em parques e praças.

A busca pela especialidade se deu pelas especificidades e complexidade desses ambientes. Busquei ONGs especializadas em abandono em parques, praças e áreas de proteção por meio de pesquisa e anúncio em cinco listas de discussão na Internet cujo tema central são animais abandonados. Tais listas envolvem, aproximadamente, duas mil pessoas entre os chamados protetores independentes e pessoas ligadas a entidades do gênero.

Foi encontrado apenas um projeto voltado exclusivamente para abandono em parques. É o *Projeto Bicho no Parque* criado e desenvolvido pela arquiteta Andrea Podowski e voltado para abandono de gatos no Parque do Ibirapuera. Com três anos de atuação, o *Bicho no Parque* conseguiu identificar nove colônias de gatos no parque Ibirapuera, num total aproximado de 100 animais, mas, até julho de 2005 quando foi feita a entrevista, ainda não havia iniciado um mapeamento formal.

Freqüentadora do Parque Ibirapuera, Andréa iniciou sem trabalho por meio de observação de iniciativas individuais de alimentação de gatos que moravam nas árvores do Ibirapuera. Ao notar a quantidade de animais e que muitos estavam feridos começou informalmente a reunir dados sobre eles bem como sobre as pessoas que os alimentavam, além de buscar pessoas que pudessem adotar os

animais. Em três anos foram retirados do Parque Ibirapuera 25 gatos e enviados para os chamados lares temporários (pessoas que cuidam dos animais enquanto as ONGs procuram um novo dono para eles) para encaminhá-los para adoção definitiva.

Andréa defende a manutenção dos gatos no parque enquanto não se encontra lares definitivos para eles. Sua argumentação baseia-se em um projeto português que conheceu pela Internet cujo nome não se recorda. Tal praça objeto do projeto português, segundo a arquiteta, teria sido infestada por ratos após a retirada dos gatos que, quanto aos ratos seriam considerados agentes de zoonoses.

O trabalho do *Bicho no Parque* tem como objetivo contar e mapear os gatos, providenciar castração e adoção para os mesmos, bem como uma proposta de capacitação para os chamados “alimentadores”, pessoas físicas que, sensibilizadas levam alimento para os animais. Essas pessoas seriam orientadas quanto à manutenção adequada dos gatos e como agentes de educação para posse responsável para que atuem em campanhas de prevenção ao abandono dentro do próprio parque.

Segundo Andréa, o abandono de gatos é mais preocupante nos parques porque é mais difícil de os animais serem detectados. Ao contrário dos cães que perambulam pelo chão, os gatos ficam nas árvores, tornando sua visualização mais difícil. O abandono de um cão logo é percebido e providências são tomadas, sejam

elas de encaminhamento para adoção ou de retirada e sacrifício pelo Centro de Controle de Zoonoses. Já os gatos por ficarem escondidos em árvores são pouco percebidos ou quando já se transformaram em colônias e elegeram o parque como seu lar . Outro problema detectado e que faz parte do projeto do *Bicho no Parque* é quanto a alimentação dos animais. Não há controle. Pessoas por conta própria, penalizadas deixam algumas ração e outras resto de comida. As colônias mais visíveis chegam a ser alimentadas várias vezes ao dia, ao contrário de outras que pouco alimento recebem. Esse descontrole provoca o apodrecimento e a deterioração do alimento no parque, além dos problemas adicionais trazidos pelos restos de comida e já citados. O objetivo do projeto é que essa alimentação seja sistematizada paralelamente ao trabalho de castração e adoção e que as colônias tenham seus “gerentes” ou “padrinhos”, que seriam esses alimentadores devidamente treinados. Eles seriam responsáveis por acompanhar o processo de alimentação, o deslocamento, e a saúde de cada animal da colônia sob sua responsabilidade enquanto a mesma for mantida no parque. Seriam também treinados para conscientizar os freqüentadores do parque quanto ao problema do abandono. Vale lembrar que restos de comida e lixo também são deixados por freqüentadores do parque que não alimentam animais. A idéia é que essa tecnologia social seja replicada em todos os parques da cidade. Andréa pretende que cada animal tenha

uma ficha comportamental e de saúde com foto e que a mesma possa ser atualizada *on line* e esteja à disposição na Internet para os interessados em adotar os animais. Em abril de 2005 após a percepção inicial das colônias no Ibirapuera, Andréa iniciou conversações com o Depave até agosto de 2005 sem resultados concretos.

Quanto à permanência dos animais no parque, a argumentação do *Bicho no Parque* e do Depave diferem quanto aos aspectos ambientais. Enquanto o projeto defende os gatos como agentes de zoonoses quanto à inibição da existência de ratos por serem seus predadores naturais, alega que os mesmos não prejudicam a fauna silvestre mesmo sendo predadores de aves, graças ao trabalho de alimentação dos animais feito pelos protetores.

O argumento de que os gatos ajudam a controlar os ratos é considerado frágil pelo Departamento de Parques e Praças do Município de São Paulo - Depave, pois embora os gatos de fato capturem ratos, o controle dos roedores deve ser feito

principalmente pela destinação adequada do lixo. Muitas pessoas colocam alimentos para os gatos em áreas públicas, o que acaba favorecendo os ratos e baratas. Em áreas suburbanas, rurais ou mesmo em Unidades de Conservação os gatos podem matar ratos silvestres, importantes na cadeia alimentar de muitos animais silvestres. Por outro lado, o ataque a ratos pelos gatos ser mais freqüente

do que a aves é justificado cientificamente pelos ratos serem mais fáceis de ser capturados que as aves, pelo simples fato que estas últimas voam.

A equipe de médicos veterinários e biólogos da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Biologia da Fauna (DEPAVE-3) comandada na época da entrevista

(julho/2005) pela médica veterinária Maria Eugênia Laurito Summam indica problemas com abandono de animais ou animais errantes instalando-se em 95% dos parques da cidade.

Alegam que eles atacam principalmente a avifauna local e transmitem doenças pelas fezes deixadas nos parques, principalmente nos areais. Segundo estudo do instituto Pasteur todos os areais dos parques de SP tem alto índice de contaminação de coliformes fecais.

Apesar de a constatação de ataque à fauna silvestre ser apresentada em pesquisas do Ibama e de universidades em parques e praças de outras regiões do Brasil, o Depave de São Paulo não tem números nem estudos para quantificar essa interferência e a sua relevância. O próprio estudo do Pasteur quanto aos areais não tem como identificar a origem das fezes

contaminadas, já que boa parte dos parques de São Paulo permite a entrada de pessoas acompanhadas por seus cães domiciliados. Sabe-se então do alto nível de contaminação, mas é difícil determinar quanto dessa contaminação é proveniente de animais errantes que vivem ou passam pelos parques e quanto é proveniente de animais domiciliados que foram levados legalmente por seus donos para passear.

A Praça Buenos Aires, no Bairro de Higienópolis, por exemplo, não é considerado ponto problemático de abandono, mas um dos mais problemáticos quanto a fezes deixadas por animais que vão passear com seus donos que não as recolhem.

A argumentação dos técnicos do Depave, embasada pelas pesquisas do Ibama em outras regiões do Brasil defende que, independentemente de estarem alimentados ou não, esses animais atacam principalmente aves, pois estão no topo da cadeia alimentar e gatos são predadores naturais desse tipo de animal. O Depave não tem registros sobre o número de animais mortos por ataques de cães e gatos. Não há constatação nas autópsias, que nem sempre são feitas, nem registros específicos de cada animal morto. Baseiam sua argumentação em lembranças e registros eventuais de algum caso e por acharem penas soltas no chão principalmente na primavera. Não cogitam a troca natural de penas das aves nesses casos, apenas a possibilidade de penas no chão serem provenientes de ataques de cães ou gatos. Sustentam que a caça se dá mais na primavera pela grande quantidade de filhotes que estão aprendendo a voar nessa época e pelas penas. O único registro citado, mas não mostrado durante a entrevista, foram de oito pavões mortos em dois anos no Parque do Piqueri, na Zona Leste. Os animais que vivem nos parques não são anilhados, então não há controle de migração nem estudo específico da dinâmica de cada espécie. A equipe do Depave alega ser impossível fazer levantamento

quantitativo das aves pela migração. Segundo o Depave, os parques municipais mais problemáticos quanto ao abandono de cães e gatos são:

- ❖ Luz – Gato
- ❖ Aclimação – Gato
- ❖ Santo Dias – Cão
- ❖ Anhanguera – cão
- ❖ Ibirapuera – Gato
- ❖ Carmo – cão
- ❖ Trianon – Gato
- ❖ Raul Seixas – filhotes de cão – ninhadas
- ❖ Piqueri – Cão – registro da morte de oito pavões em dois anos
- ❖ Asa Branca - Cão

A hierarquia da problemática desses parques é dada por estimativa, pois não foi apresentada nenhuma planilha ou ao menos os pedidos de recolhimento de animais abandonados ao CCZ, que é o procedimento padrão, previsto por lei, nos parques ao se encontrar cães e gatos abandonados. Há parques em que não se pode entrar com animais, o que o Depave considera uma forma de diminuir o abandono. Quando encontra animais abandonados no parque Depave se restringe a chamar o CCZ, sem qualquer iniciativa multidisciplinar para a solução real do

problema do problema pois veremos mais adiante que a matança de animais abandonados não é considerada solução efetiva.

Restos de comida e lixo são grandes atrativos para fixação desses animais como já citamos.

Área de churrasqueiras do Parque do Carmo, é um exemplo dado. No Parque da Luz, por observação visual das organizações protetoras e do Depave, foi

notada diminuição de animais mesmo se mantendo ainda como um parque problemático.

Essa diminuição se deu com a melhoria nas condições de limpeza, segurança e mudança de perfil dos usuários. O entorno – prédios ou casas – ajuda a definir o perfil de abandono de cães ou gatos. Em parques rodeados por prédios a tendência da presença de gatos abandonados é maior.

Nos parques Toronto e Santo Dias nota-se algumas formações de matilhas de cães voltando ao estado feral, segundo relato dos técnicos do Depave. Quanto menos contato com as pessoas, maior a probabilidade de voltarem para o estado feral.

Parques são ilhas de mata na cidade que atraem normalmente os animais mesmo que não abandonados lá, pois oferecem abrigo, água, sossego e possível comida. Cães semi-domiciliados são outro grande problema já que são confundidos com abandonados. Para o Depave, ONGs estimulam o abandono nos parques ao

colocar alimentos para os animais que ali foram deixados ou se instalaram. As pessoas se sentem menos culpadas em deixar os animais lá, pois acreditam que

alguém vai cuidar. Alimentos deixados nos parques também são atrativos para animais sinantrópicos como ratos e baratas.

Quanto a medidas para solução do problema, as parcerias intersetoriais que se mostram como o caminho mais eficiente para minimizar os mais diversos problemas sociais na atualidade se mostram pouco possíveis no caso dos animais abandonados em parques e praças do município de São Paulo.

Iniciam-se negociações entre a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e o projeto *Bicho no Parque* para um trabalho experimental no Ibirapuera de mapeamento e identificação dos parques durante um ano, acompanhados por campanhas de conscientização tanto das alimentadoras quanto a alimentação saudável e de forma organizada , bem como quanto à diminuição do abandono. Na época desta pesquisa tudo ainda estava na fase inicial de negociações Atualmente a alimentação desses animais por parte dos chamados protetores ainda é desorganizada. Alguns levam ração, outros restos de comida e muitas vezes os trabalhos se sobrepõem, levando à existência de muitas sobras que não são recolhidas. O projeto Bicho no Parque ainda não estabeleceu uma metodologia de trabalho e até julho de 2005 não havia qualquer acordo oficial para a realização da pesquisa no Ibirapuera.

No Depave, órgão que pertence à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, há explícita rejeição ao estudo proposto pelo projeto *Bicho no Parque*.

Essa não é a primeira tentativa das organizações protetoras dos animais em trabalhar no Ibirapuera. Em meados da década de 1990 houve uma parceria para a retirada de ninhadas deixadas no Ibirapuera por organizações de proteção animal. Parceria que foi encerrada pela mudança de direção do parque. A alegação do Depave contra o projeto *Bicho no Parque* é que durante esse ano de estudo que vem sendo pleiteado, a fauna silvestre sofrerá ataques. Não há qualquer pré-disposição para parcerias com as ONGs por parte do Depave, pelo que foi dito e percebido durante a entrevista. Segundo o Depave as parcerias não são possíveis pelos seguintes motivos:

- ❖ - Diferenças de interesses. Enquanto o Depave se preocupa com o equilíbrio ambiental a proteção animal se preocupa com o sofrimento individual de cada espécime.
- ❖ - A proteção animal preocupa-se apenas com os animais domésticos sem qualquer planejamento para a preservação da fauna silvestre dos parques.
- ❖ - As organizações não têm cientificidade suficiente para o estabelecimento de parcerias.

Por outro lado, as ONGs reclamam da falta de disponibilidade do Depave e do descaso com a questão do abandono de cães e gatos, fato comprovado durante a pesquisa. Para que se comece efetivamente uma parceria ainda será necessário muita negociação e flexibilidade dos dois lados.

X – O controle populacional

As normas técnicas sugeridas para uma política de controle populacional de cães e gatos errantes no município de São Paulo foram publicada pelo Instituto Pasteur que, quanto ao controle de zoonoses, tem ações conjuntas com o CCZ de São Paulo. Tais normas levam em conta única e exclusivamente os cães e gatos como agentes transmissores de doença, pouco considerando sua relação afetiva com o homem e o próprio animal como um ser vivo sujeito a sofrimentos físicos e emocionais. Mesmo encontrando-se nos manuais declarações que os métodos considerados cruéis foram abolidos das práticas paulistanas, as descrições que veremos adiante deixam claro que a questão do animal é pouco ou não é levada em conta no planejamento de controle populacional divulgado pelo Pasteur e parte dele usado pelo CCZ. Que as orientações de conduta humanitária indicadas pela OMS em seu guia de controle populacional e manejo feito em conjunto a Sociedade Mundial de Proteção Animal (*WSPA*) pouco são levadas em conta. Algumas iniciativas vêm sendo tomadas nos últimos anos, como veremos adiante, mas são ainda muito tímidas.

À super população de animais está atrelada principalmente a hábitos inadequados, descontrole na reprodução e a deteriorização da qualidade de vida de alguns segmentos da população, o que os levaria a abandonar seus animais. Esse é um

assunto complexo e controverso. Ligar diretamente empobrecimento da população com abandono de animais retira do objeto de análise qualquer vínculo

afetivo, o que consideramos um dado a ser levado em conta com cautela, ao associar a renda familiar com a afeição de uma família por seu animal.

O grande número de animais segundo o Pasteur, passou nas últimas décadas a trazer transtornos para a população humana. Quanto à transmissão de zoonoses essa é uma preocupação da OMS principalmente em grandes centros urbanos de países em desenvolvimento, como São Paulo. Os motivos levantados para preocupação com a super população são agravos nas pessoas, aspectos estéticos ambientais e pela presença de grupos de animais abandonados, mas sem maiores detalhes. Como temos visto no decorrer deste trabalho que, principalmente no que se refere aos animais abandonados, as questões ambientais são mais profundas e variadas que apenas aspectos estéticos e a presença de animais errantes tem influência até mesmo no trânsito da cidade.

O controle populacional é alvo de estudos de profissionais de saúde há muitos anos tanto em relação à saúde humana quanto ao bem estar animal, pois cães e gatos, retirados de seu habitat e transformado durante séculos só conseguem viver em total dependência do homem. Essa relação direta com o homem fez com que esses animais perderam sua capacidade de se integrar novamente à natureza e sem ela não conseguem sobreviver nem no ambiente natural nem na sociedade urbana.

Foram acostumados a receber alimentos, água e terem suas necessidades supridas sem ir em busca desse suprimento. Por esse motivo quando abandonados seja em ambientes naturais ou em ambiente urbano tem muitas dificuldades para sobreviver.

O aumento desenfreado da população é considerado como uma das principais causas do grande número de animais abandonados nas ruas principalmente das grandes cidades. Como consequência da superpopulação e do o abandono, o relatório do Pasteur indica, quanto aos cães, transmissão de doenças, danos ao patrimônio público e privado, poluição sonora e ambiental e relações conflituosas com seres humanos e outros animais como consequência do grande número de animais nas ruas. Nesse momento, observa-se a intervenção do estado enfatizando a retirada desses animais na rua, com tímidas e recentes iniciativas de prevenção quanto ao problema.

Sem lar, esses animais se alojam em imóveis desocupados ou em construção, depósitos diversos, inclusive de lixo, vielas, becos e áreas semelhantes. Acumulam-se também em locais com grande concentração de lixo ou água e esgoto a céu aberto em busca de alimento. Forma-se então um círculo vicioso entre a produção de lixo pelo homem e pelos animais. Os animais se acumulam em locais em que o homem deixa o lixo acondicionado de forma inadequada propiciando a acomodação dos animais nesses locais, que multiplicam a quantidade de lixo

acumulada inadequadamente por violarem as embalagens e espalharem o lixo e também por produzirem fezes etc. O levantamento do instituto critica também a alimento deixado por pessoas que se sensibilizam com a situação dos animais errantes como contribuições para o aumento de lixo e para a manutenção da população errante de cães.

O desenvolvimento de métodos e estratégias de controle populacional e manejo de cães e gatos deve variar conforme o ambiente e as características biológicas

dos animais. Apesar das particularidades de cada processo, eles devem obedecer a metodologias e índices para o dimensionamento de populações e problemas para se possa planejar soluções a partir do resultado obtido. O que se vê hoje são critérios para o dimensionamento da população canina domiciliada, mas nenhum estudo ou método para dimensionar o número de animais errantes.

O que se observa são particularidades sobre a quantidade e condições de animais errantes variando de região para região. O documento do Pasteur coloca condições sócio-econômicas de cada região, mas nenhum documento ou base de dados referente a essa afirmativa. Pelo trabalho de observação, participação em eventos e contato com as ONGs questionamos a afirmativa apresentada. Questionamos a afirmativa levando em conta que o abandono não se dá obrigatoriamente nas áreas em que o animal vivia. Para embasar esse raciocínio acrescentamos elementos comportamentais dos cães como a facilidade de reencontrar o caminho de volta ao

seu local de domiciliação. Se abandonado nas proximidades de seu local de domiciliação ele pode retornar facilmente à sua casa processo dificultado quando o abandono acontece em áreas mais distantes do local da domiciliação. Quanto aos principais locais de abandono, veremos mais adiante o mapa de recolhimento do CCZ.

É reconhecida ao mesmo tempo a falta de estudo nesse sentido no Brasil e a dificuldade de se trabalhar por amostragens, pois todo método de controle necessita de dados qualitativos e quantitativos.

Como métodos de controle populacional o estudo do Instituto Pasteur coloca esterilização, registro, recolhimento de animais, difusão de conhecimentos para prática de Posse Responsável. Têm-se então um impasse, pois para o planejamento de qualquer ação são necessários dados que não estão disponíveis por falta de pesquisas na área em São Paulo. Por parte da divisão de saúde do governo, as pesquisas são inviabilizadas pela falta de verba e pelas necessidades emergenciais quanto à manutenção do sistema de saúde do município. Por parte das ONGs contatadas o que se percebe ainda é a falta de percepção da necessidade de montagens de bancos de dados e de como os mesmos podem ser usados; falta de pessoal especializado na área de pesquisa e o envolvimento muito grande com situações emergenciais – os abandonos se multiplicam a cada dia - deixando a maioria das ações caracterizadas como pontuais e de reparação do problema.

Apenas quatro iniciativas de montagem de banco de dados foram encontradas durante esta pesquisa. A proposta de mapeamento dos gatos no Ibirapuera, do *Projeto Bicho no Parque*, o registro dos telefonemas do serviço de informações SATVVA do *Instituto Nina Rosa*, um projeto de contagem populacional no extremo sul da cidade, por parte de uma diretora do Instituto Nina Rosa e o banco de dados, tanto de animais (detalhado) quanto da administração financeira do projeto disponibilizado no site do programa *Adote um Gatinho*.

Enfim, sabe-se da superpopulação, mas não há uma real dimensão dela. Não há parâmetros desse universo. Por parte das ONGs durante alguns anos falou-se de 600 mil a dois milhões de animais abandonados no município de São Paulo até constatar-se que este dado nunca foi comprovado e nunca teve origem científica. Atualmente esse número é pouco citado pela sua falta de constatação, mas também não se vê iniciativas técnicas de medição desse universo dificultando e até inviabilizando ações integradas e planejadas de controle populacional. O que se vê é uma soma de ações pontuais de programas de esterilização e alguns poucos de educação preventiva cujo impacto direto e indireto não é medido coletivamente e nem individualmente. Algumas iniciativas começam a mostrar maior planejamento como um programa lançado em agosto de 2005 de castrações pelas subprefeituras em favelas em parceria com as ONGs. Mesmo assim não foram

levantados indicadores para real medição de impacto. Alguns projetos sabem apenas o número de animais que foram esterilizados, apenas isso, o que não leva a indicadores de medição de impacto qualitativo e quantitativo nas comunidades.

Percebe-se então, pela falta de indicadores do tamanho do universo trabalhado e do seu crescimento, a dificuldade de se implementar políticas públicas e privadas em rede com impacto desdobrado e medido. Na situação atual é impossível mensurar em termos financeiros o que cada ação significa no ambiente urbano e nem ao menos o quanto ela representa na diminuição do universo reprodutivo, de ataques a pessoas, no trânsito, no ambiente natural entre outros.

Conclui-se então a urgência de um levantamento quantitativo - mesmo que por amostragem - do número real de animais errantes e de sua flutuabilidade, bem como de sua localização espacial e a origem do abandono, pois sabe-se que não há relação direta entre o local em que se encontra ou que foi deixado o animal errante e sua origem domiciliada ou de seus antecessores. Essa localização de origem é fundamental para se programar políticas preventivas, em sua ausência elas terão de ser pulverizadas igualmente em todo o município. Há métodos científicos que possibilitam montar uma estimativa, mas percebemos durante a pesquisa que, por parte do poder público não há vontade política para tal ação e por parte das ONGs notamos desconhecimento da necessidade e da função desse banco de dados, bem como dos métodos científicos para fazê-lo, pois quanto a custos, há alternativas de

se fazer esse trabalho despendendo pouca verba. Métodos esses, inclusive citados no manual que deu suporte técnico ao desenvolvimento deste capítulo.

Agentes do controle populacional

Quanto aos métodos de controle populacional, o Instituto Pasteur cita como agentes principais:

- ▶ Os proprietários de animais de estimação
- ▶ O governo

Segundo o instituto, **é de responsabilidade do proprietário do animal** se informar sobre todas as implicações de se ter um animal de estimação antes de adquiri-lo ou adotá-lo. Aqui, cabe como observação nossa que também cabe a quem vende ou quem doa fornecer essas informações antes da efetivação do processo já que, por ignorância, a procura por informações de quem deseja um animal pode ser insuficiente. A capacitação e a ação constante do quem vende ou quem doa um animal é fundamental como prevenção para futuros abandonos como veremos no capítulo sobre posse responsável.

Também a seu cargo fica o controle reprodutivo do animal, seja por meio de cirurgias definitivas, medicamentos ou contenção dos animais. Em caso de reprodução planejada também é de responsabilidade do proprietário a destinação humanitária dos filhotes e a manutenção de seu bem-estar no tempo em que

necessitarem dos cuidados da mãe. Tal responsabilidade pode ou não ser assistida por programas governamentais ou de ONGs, mas não pode ser transferida para essas organizações. As ONGS não nasceram para substituir o papel ou a responsabilidade individual de cada cidadão quanto a seu animal ou outro problema qualquer. Elas não podem ser vistas como local para transferência de responsabilidades e de problemas mas como suporte para sua solução.

Quanto **ao papel do governo no controle populacional**, o estudo do Pasteur atribui como responsabilidades do poder público a legislação sobre o comércio, controle e proteção. Com legislação e fiscalização do comércio de animais e de seu trato pelo novo dono é possível inibir a reprodução indiscriminada.

O registro dos animais e a concessão de licença aos proprietários também são de responsabilidade do poder público, no caso de São Paulo, poder público municipal.

Em 2002 houve uma tentativa da Secretaria Municipal de Saúde por meio da lei 13.131, que criou o Registro Geral do Animal (RGA) e limitou a dez animais por proprietário, instituir a montagem de um banco de dados e do mapeamento dos animais domiciliados. Dessa forma, poder-se-ia planejar um conjunto de políticas públicas pelo menos quanto aos domiciliados. Três anos depois de instalada a obrigatoriedade do registro, dos 1,5 milhões de animais domiciliados estimados no município cerca de 1/3 tinha o registro.

O fracasso da campanha deve-se principalmente às falhas no trabalho de divulgação. Por não demonstrar de forma eficiente a necessidade da formação de um banco de dados para a implantação de políticas públicas, a ação da prefeitura foi encarada pela maior parte da mídia como uma forma de se arrecadar dinheiro, já que o RGA prevê uma taxa de R\$ 3,00 por animal ao se efetuar o registro. A falta de planejamento e a superficialidade do conteúdo da divulgação dificultaram que se tivesse em São Paulo o instrumento básico para implantação de qualquer política pública: um grande banco de dados analisado

Outra responsabilidade do governo é o controle de cães errantes pela sua apreensão ou suspensão de licença, bem como pelo seu alojamento e manutenção. O que se vê em São Paulo hoje é a manutenção de animais por três dias e depois o encaminhamento para o sacrifício sejam de animais sadios ou doentes.

A recolocação de animais sadios em áreas de raiva controlada, outra responsabilidade do Estado praticamente inexistente por parte da prefeitura de São Paulo. O que se pode contar é praticamente com um trabalho praticamente passivo de permitir a adoção de animais que estão no CCZ acompanhado por um tímido programa de posse responsável.. Há algumas parcerias com ONGs mas percebe-se que quem adota um animal no CCZ é porque conhece o problema. Não há incentivo significativo para adoção no CCZ.

Eutanásia com métodos cientificamente comprovados indolores, sem sofrimento ou angústia também seria responsabilidade do Governo. Aqui o próprio termo eutanásia já é discutível em função de sua definição, que seria de morte por piedade. Como tratar como eutanásia e não como sacrifício a morte de animais plenamente sadios que acontecem no CCZ? O CCZ de São Paulo, apesar de ser considerado referência na América Latina, até o ano 2000 sacrificava animais por métodos condenáveis e muito doloridos, como a câmara de descompressão em que diversos animais eram colocados em latões nos quais o ar era retirado e esses animais morriam quando suas vísceras estouravam. Foi uma prática oficial desde quando começou o recolhimento. Hoje o usam-se injeções letais, após muitos anos de luta do movimento de proteção dos animais contra a câmara de descompressão. O guia do instituto Pasteur detalha a necessidade de regulação muito precisa desse equipamento para que a morte seja rápida e deve ser associada à aplicação de tranqüilizantes devido à angústia sofrida pelo animal enquanto é colocado na câmara e o processo realizado.

Destinação adequada da carcaça também é papel do Estado, seja por incineração ou outro método controlado.

Educação em saúde para o desenvolvimento de posse responsável - pouco se vê nesse sentido apesar de já existir avanços nos últimos anos. A ação

multidisciplinar em parceria com a Secretaria de Educação ainda é tímida como veremos mais adiante o capítulo dedicado à educação

No mais, a prefeitura de São Paulo age na ponta do iceberg, recolhendo animais de rua, uma política ineficaz por não se coibir a desova e nem diminuir efetivamente a explosão populacional.

Segundo a *WSPA* cerca de 50% dos sacrifícios no Brasil são em São Paulo (município). A entidade considera o método pouco efetivo e de alto custo indicando como alternativa: controle de reprodução, controle do habitat, registro e identificação (perspectiva de população, mapeamento e projeção de políticas públicas , ajudaria a diferenciar os abandonados) e consciência dos proprietários

O Programa de Saúde Animal da prefeitura que conheceremos em detalhes mais adiante foi montado nos seguintes pilares: registro e identificação, educação, legislação e planejamento de natalidade.

Segundo o guia da *OMS/WSPA* a castração em massa e programas educativos são medidas mais eficientes, éticas e menos custosas nos países desenvolvidos. No Brasil, a justificativa para a eliminação de errantes é a falta de viabilidade para o encaminhamento para novos lares. Para a *OMS* o sacrifício em grande escala tem sido usado somente pela falta de conhecimento suficiente sobre composição e dinâmica da população canina. Processos modernos de manejo mostram sacrifício como mais caro e menos efetivo que controle populacional, mas que, por outro

lado, não pode ser totalmente evitado. Toda e qualquer medida deve envolver educação, legislação e controle populacional como castração em massa.

A remoção de cães, pode reduzir, no máximo de 3 a 5% da população no ano, o que é considerado insignificante e muito provavelmente é repostado no período posterior. Promoção de posse responsável é mais indicada inclusive para o controle da raiva e promoção da saúde humana. Eliminação, além de custosa, abre espaço para reposição pela população com outros animais, principalmente jovens.

Métodos de controle reprodutivo de cães e gatos –

Fontes: Instituto Pasteur e ONG Arca Brasil

O cio em cadelas e gatas

Ciclo estral é o período reprodutivo na vida de cadelas e gatas que se manifesta em diversas fases. A mais conhecida e perceptível é o cio, que corresponde ao período de fertilidade e quando ocorrem os acasalamentos e conseqüentemente a fertilização dos ovos e a reprodução dos animais. Nas cadelas a fase é facilmente perceptível pelo aumento do volume da vulva (parte externa do aparelho reprodutivo) e sangramento semelhante ao ocorrido nas mulheres durante o período menstrual. Normalmente, ele ocorre pela primeira vez a partir dos seis

meses de idade e se repete duas vezes por ano. A duração média é de 15 dias e o período fértil vai do oitavo ou 14º dia.

Segundo Paranhos, o cio em gatas acontece a cada 3 meses e a duração é indeterminada, pode ultrapassar um mês e elas ficam férteis durante todo o período. Nas cadelas surge a cada seis meses e o período de fertilidade é entre o nono e o 12º dias.

Nas gatas há a manifestação de sons característicos para atrair os machos, principalmente no período noturno o que tira o sono de muitas pessoas. O cio ocorre em intervalos bem mais curtos - a cada 21 dias e com duração de cinco dias. A ovulação acontece no momento do acasalamento e no inverno a fertilidade desses animais diminui.

Tanto cadelas quanto gatas podem ser fertilizadas por diferentes machos durante o período de acasalamento gerando ninhadas bastante heterogêneas. A capacidade reprodutiva desses animais perdura por toda a vida. A gestação em cadelas é de aproximadamente 60 dias e nas gatas cerca de dois dias a mais. Nem sempre o primeiro cio possibilita cria, já que as fêmeas são consideradas aptas a reproduzir após a formação completa de seu corpo, que se dá entre um e dois anos de idade.

O primeiro cio se dá nas duas espécies a partir dos seis meses de idade, quando se inicia a idade fértil do animal. O cio nas gatas ocorre a cada 21 dias no verão e com espaçamento maior no inverno e outono. Em cadelas ocorre duas vezes por ano.

Gatas podem ter até quatro ninhadas ao ano e cadelas duas, com seis filhotes em média para as cadelas e quatro para as gatas. A esterilização antes do primeiro cio reduz em 90% a possibilidade de câncer de mama.

Atualmente há várias opções para o controle populacional de cães e gatos. O avanço da ciência permitiu a descoberta de vários métodos de controle reprodutivo. O problema é que esses métodos normalmente são aplicados em cães domiciliados, enquanto os animais que vivem nas ruas se reproduzem indiscriminadamente. E justamente são esses os animais que mais interferem no ambiente urbano e os que mais sofrem tanto para tentar sobreviver quanto para cuidar das crias, pois lhes falta alimento e segurança (filhotes estão mais expostos à doenças, atropelamento, ataques de outros animais bem como de atrocidades por parte dos humanos etc).

O Município de São Paulo não tem uma política pública planejada e estabelecida de controle populacional de cães e gatos. Alguns passos vem sendo dados quanto a campanhas de castração promovidas por ONGs e parcialmente patrocinadas pela prefeitura e programas de adoção. Essas campanhas geralmente atingem mais animais que vivem em abrigos ou são encaminhados para adoção em campanhas e feiras e agora uma campanha de esterilização de animais nas favelas organizadas pelas subprefeituras com as ONGs.

Algumas grandes cidades no exterior que também enfrentam grande número de animais abandonados nas ruas estão trocando a política de recolher os animais e encaminhá-los ao sacrifício pela esterilização e soltura daqueles que estão nas ruas para evitar a proliferação pelo menos por meio de cruzamento. O exemplo mais recente é Atenas, na Grécia que intensificou a ação de castração no período que antecedeu as Olimpíadas e a experiência na Índia, que neste trabalho é tema de um capítulo à parte.

Em termos gerais um animal pode ser submetido a um método cirúrgico visando controle populacional a partir de oito semanas de vida. Alguns métodos aplicados em animais tão jovens podem comprometer algumas características comportamentais na vida adulta e seu crescimento, conforme mostrado nas descrições abaixo. Por isso é necessário levar em conta a idade do animal antes de escolher a cirurgia mais adequada. Filhotes costumam ser castrados bem jovens quando são encaminhados para adoção pelo CCZ ou por ONGs como medida preventiva quanto à reprodução indiscriminada e possíveis novos abandonos. Cadelas e gatas prenhes e podem ser operadas, o que implicará no aborto dos filhotes. As que tiveram filhotes precisam esperar 30 dias antes de serem submetidas a alguma das cirurgias.

A nas fêmeas reduz em 90% as possibilidades de câncer de mama. Quanto ao comportamento dos animais, os machos param de urinar em todos os cantos;

diminui o odor da urina; param de fugir atrás de fêmeas no cio; de brigar com outros animais; de miar durante a noite no caso dos gatos; já os cães param de latir excessivamente e uivar. A fêmea não tem mais cio; a esterilização previne o câncer de mama; previne as doenças do aparelho reprodutivo, além disso, aumenta o período de vida do animal. Em ambos a agressividade e possibilidade de ataques diminuem.

Métodos clínicos de controle populacional de cães e gatos

No caso de cães domiciliados a escolha do método e a melhor época para sua aplicação depende do dono do animal, devidamente orientado por um profissional de medicina veterinária. Para populações maiores e sob guarda temporária o método escolhido – quanto aplicado – tem sido a castração. Sabe-se que em abrigos coletivos seja por falta de profissionais, de verba ou outro motivo qualquer nem todos os animais são esterilizados como vimos no perfil traçado nesta pesquisa. Para machos, sejam cães ou gatos os métodos de escolha recaem em domiciliação – impedimento de contato com fêmeas no cio – e em métodos cirúrgicos, não sendo utilizados os métodos químicos ou hormonais. Para as fêmeas, além da domiciliação e castração também são utilizados métodos químicos de controle. Abaixo se encontram descritos os principais métodos de controle populacional a partir de dados publicados pelo CCZ de São Paulo.

Métodos disponíveis

Domiciliação/ contenção

A domiciliação é um método contenção do trânsito do animal seja pelas ruas ou ambientes em que haja a presença de outros da mesma espécie, mas do sexo oposto. Dessa forma o controle reprodutivo se dá pela falta de contato entre os animais. É possível de ser aplicada apenas em animais domiciliados ou recolhidos em abrigos ou instituições semelhantes. Não há com aplicá-la a animais de rua que transitam livremente. No caso dos cães, é possível incluir na domiciliação o trânsito responsável com o animal preso por guia e coleira. Nesse caso é preciso apontar os riscos existentes principalmente para fêmeas o cio que podem ser rodeadas por matilhas, dificultando a ação do dono no impedimento do acasalamento. Tais guias e coleiras devem ser adequadas ao porte do animal, bem como quem o conduz deve ter plenas condições de segurá-lo em caso de possibilidade de contato com animais do sexo oposto.

Em geral, os proprietários de machos não se preocupam com a reprodução descontrolada de seus animais, pois não terão de conviver com filhotes indesejados e esquecem dos demais riscos desta prática inadequada. Essa prática precisa ser mudada com urgência por campanhas educativas e de conscientização, já que o descontrole populacional é prejudicial a toda sociedade bem como para os próprios animais.

Por meio de produtos químicos

Resume-se à administração de medicamentos hormonais que interfiram no ciclo reprodutivo, tornando, em geral, as fêmeas inférteis no período de ingestão dos medicamentos. É um processo semelhante à ingestão de pílulas anticoncepcionais pela mulher. Possível também apenas em animais domiciliados e em locais com poucos espécimes, já que a administração é individual e precisa ser feita em horário aproximado e nas datas corretas. Além de depender de um rígido controle em sua administração os métodos químicos, segundo o instituto Pasteur podem acarretar, em médio e longo prazo o aparecimento de tumores, distúrbios hormonais e dificultar partos futuros no caso de acasalamento programado ou não.

Administração oral ou injetável de hormônios. Favorece quando administrados em longo prazo, quadros de tumores e piometra, obesidade, aumento de glândulas mamárias e diabetes, mudança de comportamento e abortos ou inibição de parto se aplicadas em animal prenhe.

Cirúrgicos

Método definitivo em que por de intervenção cirúrgica são retirados os órgãos reprodutivos tanto de machos quanto de fêmeas. .Por implicar em intervenção cirúrgica nem sempre os donos de animais domiciliados estão dispostos a submeter seus animais a esses métodos. Ele é amplamente usado em animais de abrigos ou de outras procedências que serão encaminhados para adoção. Funciona

como uma garantia que esse animal doado não será gerador de vários outros futuramente abandonados. Há diferentes métodos de intervenções cirúrgicas. A escolha vai depender das características do animal e do profissional médico veterinário. Conheça abaixo alguns exemplos demonstrados em seminários da ONG Arca Brasil:

Intervenções cirúrgicas em cães machos

1 - CASTRAÇÃO DO MACHO (ORQUIECTOMIA) - Por meio de intervenção cirúrgica ocorre a retirada dos testículos. Como consequência é interrompida definitivamente a produção de espermatozóides deixando esse macho sem possibilidade de reprodução.

2 - LIGADURA OU RESSECÇÃO DO CANAL DEFERENTE - Nos dois casos, a intervenção se dá no canal que liga os testículos ao restante do aparelho sexual do animal. A ligadura implica no fechamento desse canal para os espermatozóides e a segunda implica na retirada de parte desse canal. Os espermatozóides continuam a ser formados, bem como toda a carga hormonal é mantida, mas não conseguem ser levados para fora do corpo do animal mesmo quando em contato sexual com uma fêmea.

3 - ESMAGAMENTO DO CANAL DEFERENTE - técnica desenvolvida na Itália em que não há necessidade de corte na pele. O canal deferente é por compressão ou esmagamento, impedindo a passagem do espermatozóide. Causa atrofia dos

testículos, pois impede sua irrigação sanguínea. Não é aplicada com anestesia. É mais utilizada em bois.

4 - DESVIO DO PÊNIS – é mais utilizada em bois. Consiste no desvio lateral do pênis, o que impede de o animal concretizar o ato sexual. A produção de espermatozóides bem como sua ejaculação são mantidas bem como toda a carga hormonal.

Intervenções e fêmeas

1 - OVARIOECTOMIA TOTAL (CASTRAÇÃO) - retirada cirúrgica dos ovários, impedindo assim a concepção e a gestação. Normalmente é acompanhada pela retirada das trompas e do útero que perdem a função sem a presença dos ovários. Pode diminuir a vivacidade e aumentar o apetite. Nesses casos a falta de controle da alimentação pode levar à obesidade.

2. OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA - remoção completa do aparelho reprodutivo.

3. OVARIECTOMIA - remoção apenas dos ovários. Cessa o sangramento e aproximação dos machos e vocalização específica chamativa por parte das gatas. Método definitivo

4. LAPAROSCOPIA – eletrocoagulação ou oclusão por cliques dos cornos uterinos e na ligação útero-tubárica. Prática pouco utilizada no Brasil. Ciclos estrais

permanecem bem como as manifestações comportamentais típicas de períodos reprodutivos

5 - LIGADURA DE TROMPAS - ligação entre as trompas de falópio, canais que levam os óvulos até o útero. Dessa forma os óvulos não podem ser fecundados. Técnica que não implica em alterações hormonais, apenas impede que os óvulos sigam seu caminho dentro do corpo do animal.

6 - RESSECÇÃO DE TROMPAS - retirada de parte desses canais, impedindo a comunicação entre ovários e útero, impossibilitando o transporte dos óvulos de um órgão para o outro. Técnica que não implica em alterações hormonais, apenas impede que os óvulos sigam seu caminho dentro do corpo do animal

Veja a seguir a reprodução de um quadro divulgado pelo Instituto Pasteur de São Paulo sobre as vantagens e desvantagens de cada método

Vantagens e desvantagens dos métodos de controle reprodutivo

* fonte: Instituto Pasteur de São Paulo

Método	Vantagens	Desvantagens
Domiciliação	Seguro, simples, baixo custo. Preserva as características do animal.	Indicado apenas para animais mantidos sob controle.
Químicos	Inibição do cio, ausência de comportamentos de atração de machos e de reprodução. Reversível.	Custo frequente, administração periódica e freqüente de dose adequada. Possíveis efeitos colaterais indesejados
Cirúrgicos	Supressão definitiva da capacidade reprodutiva, de processos infecciosos e, nas fêmeas, de hemorragias uterinas. Favorece a diminuição da incidência de tumores de mama ou de próstata.	Custo mais alto, cuidados pré e pós-operatórios, possibilidade de alterações de características corpóreas e de comportamento. Irreversível.

O controle populacional é colocado mundialmente como uma das saídas mais eficazes para minimizar a transmissão de zoonoses e também para reduzir o número de animais perambulando pelas ruas. É recomendado não apenas por entidades e institutos de proteção dos animais bem como pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que aponta o número excessivo de cães e gatos abandonados como um problema de saúde pública. Além da transmissão de doenças o número excessivo de cães e gatos nas ruas está relacionado a possíveis maus-tratos que esses animais venham a sofrer, agressões a seres humanos, aumento do lixo nas ruas, acidentes de trânsito interferência da vida animal e parques e áreas de proteção ambiental, assuntos que são objeto desta pesquisa. É importante reforçar também que a questão dos animais abandonados está diretamente ligada à cidadania, à preservação e o respeito à vida de outros seres sejam eles ou não da mesma espécie. Não pode ser encarado como um problema individual, do dono do cão ou gato, mas um problema de toda a sociedade pois reflete um comportamento coletivo que pode ser aplicado em outros aspectos da vida. É, inclusive, crime previsto em lei, como veremos mais adiante.

O controle de natalidade de cães e gatos ainda enfrente problemas relacionados a hábitos e valores da sociedade. A cirurgia pode ser feita em fêmeas antes mesmo do primeiro cio e em machos ainda filhotes. Tal postura pode ir de encontro a valores religiosos e morais de muitas sociedades, levantando desde questões como

o direito das fêmeas de serem mães até valores da sociedade humana espelhados nos animais como a relação entre a virilidade de um cão macho e de seu dono homem. Há até crendices pseudocientíficas com de a fêmea ter sua saúde comprometida se for castrada antes de ter a primeira cria.

X.1– Manejo e controle populacional recomendados pela OMS

Preocupada com a superpopulação principalmente canina e sua influência nas grandes cidades, a OMS editou, em 1990, uma publicação chamada Guia para o manejo de população canina (*Guide for Dog Population Management*) com orientações inspiradas, principalmente, nas realidades da América Latina, Ásia e outros locais pobres ou em desenvolvimento. Foi um trabalho uma parceria com a WSPA – *World Society of Protection of Animals* (Sociedade Mundial de Proteção dos Animais) ong de origem inglesa que atua hoje em 155 países (inclusive no Brasil) por meio ou de escritórios próprios ou de quase 500 afiliadas. A WSPA é consultora da ONU para assuntos que envolvam animais com estudos e soluções a partir de tratamento humanitário aos animais. O objetivo do guia foi pensar na saúde humana sem ferir os preceitos do bem-estar dos animais. Em tal guia, cujas principais diretrizes estão abaixo relatadas é referência mundial em manejo de população canina e, é possível perceber, que muitas de suas diretrizes vão de encontro ao que é praticado no Brasil em termos de políticas públicas, mostrando claramente que a linha de trabalho praticada aqui, baseada na captura e sacrifício,

ainda está longe da considerada ideal. Vamos ver neste capítulo os principais conceitos e orientações contidos no guia em comparação com a política pública aplicada em São Paulo e, posteriormente, um caso de sucesso na Índia baseado nas diretrizes do Guia.

Apesar da aproximação crescente entre as duas espécies, sinais de degradação da relação entre animal e homem com o passar do tempo criaram certos perigos para o bem-estar de ambos, fazendo com que cães se tornassem um risco à saúde humana. A maioria das autoridades para minimizar esse risco usa políticas de extermínio em massa que comprovadamente pelo guia da OMS/WSPA se mostram soluções paliativas e de curto prazo pela velocidade da reposição populacional, seja por reprodução nas ruas ou por novos abandonos. Começa a surgir aos poucos – em São Paulo principalmente a partir de 2001 – uma nova visão de políticas públicas quando ao problema.

Notou-se durante elaboração do Guia, grande similaridade em diversas partes do mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento na relação entre homem e animais. E muitos lugares, como no Nepal, por exemplo, cães ficam contidos durante o dia e soltos durante a noite. Cães raramente conseguem sobreviver sem nenhum tipo de interferência humana.

A densidade populacional canina varia conforme diversos componentes humanos: cultura, estratificação social, urbanização e diferentes condições epidemiológicas.

Há poucos dados confiáveis no mundo sobre populações caninas. A relação na Europa e nos Estados Unidos varia entre 1:10 e 1:6, sendo que em quase todos os estudos apenas os animais que têm dono são incluídos nas estatísticas.

Se levarmos em conta na população mundial canina a relação de um macho para cada fêmea, que sua capacidade reprodutiva se dá a partir dos dez meses e estabelecermos uma média de 4 filhotes por cadela por ano, e expectativa de vida de seis anos, a população canina quase triplicaria anualmente no mundo. Se não houvesse nenhum fator interrompendo essa cadeia a curva de reprodução seria incontrolável. Para seres que vivem na natureza há fatores diversos que equilibram essa população, mas os cães foram tirados de seu habitat natural ainda sob sua forma original de lobos, o que os afastou de qualquer regulação por parte da natureza.

Pela sua diversidade de tipos de vida e diversidade biológica, ao contrário de outros animais, a contagem populacional de cães deve levar muito em conta as diferenças entre os grupos na hora de se determinar amostragens. Numa população de animais supervisionados a taxa de reprodução é relativamente baixa e a idade média dos cães nos EUA é de 4,5 anos. Os cães de família ou de vizinhança tem saúde mais precária, se alimentam quase sempre de forma inadequada, se reproduzem livremente,

mas com alta taxa de mortalidade e são considerados potenciais transmissores de zoonoses. Mais de uma centena de zoonoses podem ser transmitidas ao homem.

As obrigações do proprietário de um cão variam de região para região, ou de país para país. Em alguns se restringe a alimentação e restrição de movimento enquanto em outros implica em bem, estar, atentado a patrimônio ou outras pessoas, sujeira nas ruas etc.

A metodologia de contagem de animais publicada pela WSPA em parceria com a OMS pode ser aplicada para contagem e controle de populações de animais quem andam nas ruas, para controle reprodutivo, avaliação do habitat, controle de raiva e outras zoonoses.

A quantificação e localização são fundamentais para o planejamento e acompanhamento de qualquer política pública ou privada e a escassez desses dados é notória em São Paulo.

Para as duas organizações que montaram o Guia, a melhor política de controle populacional ou de aplicação de qualquer outra política pública ou ação privada tem sua escolha e eficácia intrinsecamente ligada à quantificação e o conhecimento da dinâmica da população a ser manejada. Sem esses dados qualquer ação é um tiro no escuro.

Para controle de zoonoses, por exemplo, se a maioria da população observada tem dono e são animais supervisionados a maior parte do tempo leis duras quanto a

posse responsável podem ser ações eficientes. Se esses animais são pouco supervisionados, as campanhas educativas e de conscientização entram como ações adicionais necessárias ao programa. Vejamos alguns exemplos de soluções diferentes para o mesmo problema e que só podem ser detectadas depois da contagem e diagnóstico da população a ser atendida.

Quanto à redução da quantidade de animais de rua, se boa parte deles tem dono mas não é supervisionada, recolher os animais não é uma forma efetiva de controle mas pode funcionar como um instrumento educativo para que seus donos tenham mais cuidados com os animais. Nesse caso, parcerias com ONGs são importantes para o trabalho de conscientização das pessoas que deixam seus animais soltos. Se os animais forem abandonados ou estiverem perdidos a política toma outro rumo que é do recolhimento e encaminhamento para adoção. Quando são constados animais em estado feral longe da convivência humana a política aconselhada é de aplicação de alguma medida apenas quando esses animais ameaçam espécies silvestres. Práticas quanto ao controle populacional e mudanças no ambiente também vão levar em conta quantidade, características e dinâmica populacional.

São sugeridos para locais como São Paulo também sistemas de registro e licenciamento dos animais, inclusive para sua devolução no caso de animais perdidos, experiência que foi mal aplicada em São Paulo e não trouxe os resultados esperados.

O Conselho Europeu, do qual a WSPA é consultora, admitiu, em 1979, que o excesso populacional de cães e gatos, principalmente nas ruas, se transformou em um problema ambiental com ênfase na questão da transmissão de doenças, principalmente raiva. O diagnóstico da causa do problema foi a ignorância humana quanto ao tratamento e manejo desses animais. Como linhas de solução, o conselho indica métodos humanitários de diminuição do problema fundamentado em ações educativas e campanhas em mídia baseados nas seguintes premissas: as necessidades dos animais, as obrigações do homem para com eles e os riscos de transmissão de doenças.

Como proposta para o controle populacional as duas entidades propõem registro da população, campanhas populares de esterilização e sacrifício apenas quando por razões de saúde pública e com métodos humanitários, sem dor ou sofrimento durante e antes do processo. O dinheiro arrecadado com o registro dos animais deve ser usado para os programas de manejo de animais.

Os três dias entre captura e sacrifício, usados em São Paulo, são baseados em padrões europeus e dos Estados Unidos em que a realidade é bem diferente da nossa, o que torna esse prazo muito curto para São Paulo. Nos países ricos, o sistema de informação e transporte é muito mais eficiente. Na periferia de São Paulo, cujo costume é de os cães transitarem livremente pelo menos parte do dia, três dias é um prazo curto para que um proprietário perceba que seu cão foi

recolhido, consiga faltar ao trabalho e arrumar um transporte para buscar o animal confinado em um único local, na Zona Norte da cidade. Um exemplo hipotético de uma apreensão no Bairro de Parelheiros, por exemplo, faria com que o dono – possivelmente pobre e sem condução própria – tivesse de se deslocar mais de 50 km para buscar seu animal. A situação grava-se aqui com o fracasso da campanha do RGA.

Quanto ao destino das carcaças, o recomendado é incineração em equipamentos especiais, mas que se torna muito caro se não for usado constantemente. A segunda possibilidade é enterra-las em local propriamente destinado para isso e em condições ideais de proteção e higiene. Em alguns países, comerciantes fazem uso da carcaça para alimento ou produção de objetos, o que pode ser uma opção bastante perigosa em termos de saúde pública.

Para qualquer plano de manejo é fundamental saber o tamanho do universo. Neste caso, além do tamanho das populações caninas e humanas, é preciso conhecer sua dinâmica.

Para contagem e estudo as equipes precisam ser multidisciplinares, mas rigorosamente usar metodologia científica única. É fundamental constar no levantamento:

- informações sobre o ambiente para localizar focos propícios ao abandono.

- informações sobre infra-estrutura local para se planejar o manejo (clínicas veterinárias, entidades de proteção, comércio de produtos animais, características gerais de ocupação da região)

Após o conhecimento do universo é preciso levar em conta no planejamento de manejo o nível de informação da população, a verba disponível, os recursos humanos e materiais disponíveis entre outros. Indicado combinar plano de manejo com outros planos para melhor aceitação da população e aproveitamento dos recursos. Várias contagens regionais com a mesma metodologia levam ao conhecimento de universo maior até nacional se for o caso.

A estratégia de recolhimento e sacrifício é utilizada ainda pelo pouco reconhecimento por parte de governos quanto à eficácia de outras alternativas. No passado essa estratégia foi largamente adotada pelo pouco conhecimento e pouca evolução dos outros métodos de controle populacional. Com o avanço da ciência, o sacrifício em boa parte dos casos é o método de menor relação custo-benefício. Ele pode ser aplicado desde que combinado com outros métodos e como último recurso ou em casos especiais.

Um plano de manejo estruturado, segundo o guia, levaria aproximadamente cinco anos para alcançar seus objetivos. No Brasil, entre outros entraves a mudança de governo a cada quatro anos possivelmente inviabilizaria tal trabalho, que antes de aplicado ainda precisa ser montado e depois de aplicado avaliado.

Um plano de manejo é de interesse de toda a sociedade e não apenas daqueles que se relacionam com cães. Como problemas que eles podem trazer para o ambiente urbano destacam-se: mordidas, acidentes de carro, doenças, barulho, mau-cheiro e sujeira sejam pelas fezes nas ruas seja pelo lixo. Minha análise acrescenta em São Paulo a questão dos ataques à fauna silvestres em parques, praças e áreas de proteção. É preciso lembrar também que todas essas situações implicam em grande sofrimento dos animais.

Como medidas de manejo para controle populacional, o guia coloca como fundamental a participação dos donos em relação à posse responsável tão importante quanto o controle feio biologicamente junto ao animal. Entre as medidas propostas e o cuidados a serem tomados estão:

- ▶ limitação da quantidade de animais por dono (em São Paulo são dez)
- ▶ campanhas educativas junto a donos de animais programados por classe social e idade para controle populacional. Principais barreiras encontradas: as pessoas querem que seus animais se reproduzam em nome do instinto natural, mas não querem arcar com a responsabilidade dos filhotes. Abandonam sem ter consciência dos problemas que trazem para a sociedade e para os próprios animais e acreditam que com a existência das ONGs as pessoas deixam de ter obrigações individuais quanto à cidadania.

▶

- ▶ priorizar campanhas de esterilização junto a grupos de pessoas que costumam ter muitos animais, como fazendeiros.
- ▶ conscientização dos donos das alterações comportamentais ou não a partir de cada tipo de cirurgia e que podem ser de conveniência para o homem.
- ▶ métodos não permanentes como medicamentos e contenção dos animais dependem do dono para funcionar, devem ser usados repetidas vezes, tem efeito temporário e não são 100% eficazes. Recomendáveis enquanto não há possibilidade de se fazer cirurgia ou em casos especiais.
- ▶ Necessidade de orientação detalhada para os donos quanto à cirurgia
- ▶ animais abandonados só devem ser entregues a adoção depois da cirurgia ou da conscientização e comprometimento efetivo de seus donos, no caso de filhotes muito pequenos, de realizá-la quando chegar o tempo certo.
- ▶ em casos extremos em que não há possibilidade de domiciliação (animais muito velhos, doentes sem perspectiva ou de comportamento muito agressivo ou aqueles que já voltaram para o estado feral recomenda-se sacrifício humanitário.
- ▶ para animais semi-domiciliados recomenda-se programas de esterilização subsidiados gratuitos ou de baixo custo

em alguns locais e situações especiais gatos em estado feral são tolerados para auxiliar no controle de ratos, como nos arredores de hotéis e hospitais de longa

permanência. Nestes casos recomenda-se esterilização, marcação, alimentação e abrigo adequados e praticamente nenhum contato com o homem devido a seu estado feral.

- ▶ veterinários podem apresentar resistência pensando em se diminuir o número de animais ele terá menos ganhos financeiros. Necessidade de conscientização desses veterinários que o dono de dá rentabilidade ao veterinário não é o que tem muitos animais mas o dono consciente, pois esse vacina, faz consultas periódicas etc. E o dono consciente faz controle populacional.
- ▶ registro dos animais
- ▶ programas de educação para os donos
- ▶ leis rigorosas e com punição aplicada
- ▶ áreas livres de raiva devem ter controle rígido para entrada de animais provenientes de outras localidades.

Quanto a condições de moradia:

Os animais são atraídos por lugares em que há comida e abrigo. Diminuição ou eliminação dessas condições são recomendáveis para não atrair os animais.

Participação do governo: coleta de lixo; estrutura sanitária; recolhimento de entulho e outros tipos de descarte; vigilância sanitária eficiente; educação da população quanto a diminuição e acondicionamento de lixo e resíduos.

Quando ao controle do movimento de animais:

É necessário para:

- ▶ determinar áreas com presença de doenças
- ▶ proporcionar segurança aos animais que tem dono, mas que andam soltos pelas ruas

Quanto à remoção:

Principais itens a se considerar:

- ▶ diferenciação de casos em que os custos do sacrifício do animal devem ficar a cargo do proprietário ou do poder público.
- ▶ no caso de filhotes que o sacrifício seja feito o mais cedo possível.
- ▶ recomendação de controle para no máximo dois ou três animais por domicílio (em São Paulo são dez)
- ▶ remoção e sacrifício são processos caros. É considerado necessário – desde que feito de forma humanitária – como ultima opção em casos de doença,

possibilidade eminente de agressividade, ou outros casos especiais. Por outro lado, a remoção indiscriminada pode funcionar ou não até como incentivo às pessoas cuidarem mais de seus animais principalmente os semi-domiciliados quanto ao risco de serem pegos. Em São Paulo, segundo Paranhos, 68% da população não sabe que o CCZ mata, pensa que encaminha para novos donos.

Mesmo considerando todos esses itens, até nos programas de controle de raiva a relação custo-benefício da prática de captura e sacrifício não se mostra positiva. Mostra-se mais efetiva a captura, vacinação, identificação e devolução para as ruas como veremos na experiência na Índia descrita a seguir. Essa técnica tem como vantagem manter estável a população local de animais de rua com animais conhecidos, impedindo a migração de animais de outras áreas, desconhecidos quanto a doenças e comportamento. Manejo para o sacrifício é caro, requer estrutura e pessoal altamente qualificado para o manejo humanitário e para esclarecimento da população que se revolta com a postura.

Quando ao sacrifício

- ▶ aplicação de barbitúricos principalmente por via intravenosa é um dos métodos mais indicados pelo menor sofrimento
- ▶ clorofórmio é altamente estressante para animais adultos; apenas filhotes muito pequenos de gatos podem ser mortos dessa forma
- ▶ monóxido de carbono foi desenvolvido para ser aplicado por pessoas não especializadas e para sacrifício em grandes quantidades como última alternativa. Alto índice de perigo para os operadores e de explosão.
- ▶ tiro na cabeça em situações de emergência em cães e não em gatos.
- ▶ Envenenamento e outros métodos são considerados desumanos

Até 2001 em São Paulo usava-se a câmara de descompressão, um método considerado totalmente desumano em que mais de uma dúzia de animais é jogada dentro de um latão, que é fechado, e o ar retirado totalmente. Os animais morrem ou por asfixia ou pela explosão de órgãos e vísceras. A substituição em 2001 pela injeção letal foi considerado um progresso tanto para minimizar o sofrimento dos animais quanto para tentar iniciar uma relação mais humana entre os funcionários do CCZ que passaram a aplicar a injeção individualmente em cada animal mantendo, inclusive, contato físico individual e direto com eles, para a aplicação do método.

XII.2 – Experiência internacional bem sucedida

Entre diversas políticas públicas implementadas no cenário internacional para o combate de superpopulação de animais de rua, a que consideramos mais interessante para mostrar como exemplo foi o programa *Animal birth control (ABC) – Help in suffering* praticado na Índia a partir de instruções e metodologia do *Guide of Dog Management* da OMS/WSPA. Apesar de aplicado em sete grandes cidades indianas, inclusive na capital Nova Delhi, apenas a experiência de Jaipur foi analisada porque foi a única em que foram computados dados conforme metodologia estipulada e, conseqüentemente, puderam ser aferidos os resultados.

A Índia, na época em que o programa teve início, 1994, era o segundo país em número de casos de raiva, tendo seu maior vetor o cão de rua ou errante. Segundo a OMS morriam na Índia naquela ocasião entre 20 mil e 30 mil pessoas de raiva e Jaipur era um dos principais focos. Em um ano de aplicação do programa a população de cães errantes estabilizou e com seis anos de políticas públicas

baseadas no ABC houve redução real em Jaipur de 28% da população canina errante, mesmo com reposição constante de animais abandonados e nos últimos dois anos de avaliação do programa nenhum caso de raiva humana foi registrado em Jaipur. A política implantada no Brasil, de recolhimento e sacrifício, diminui entre 3 e 5% a população a cada ano, mas que no ano seguinte volta a seu patamar anterior ou, na maioria das vezes, até cresce devido ao número de novos abandonos e a reprodução nas ruas superarem as mortes cujos números variam entre 50 e 100 animais por dia.

Jaipur, um ponto turístico bastante procurado naquele país, fica no centro-norte da Índia. É capital do estado do Rajastão. É um movimentado centro urbano da Índia com aproximadamente 2,4 milhões de habitantes.

A implantação do programa tinha como objetivo estabilizar a quantidade de animais de rua no município e modificar a política pública aplicada até então, considerada desumana, pois consistia em envenenar ou matar por eletrochoque os animais que viviam nas ruas nas principais cidades indianas.

ABC – Helping in suffering consistia em esterilizar as cadelas e depois soltá-las novamente nas ruas e vacinar todos os animais de rua anualmente. O número de cadelas castradas chegou a 293 por mês.

Até o início do programa, Jaipur bem como as outras cidades indianas viviam a mesma realidade do Brasil quanto a dados sobre o número de animais nas ruas.

Não havia qualquer pesquisa ou estatística para que se pudesse montar um quadro da amplitude do programa.

Primeiramente foi implementado um programa piloto de 12 meses nas áreas mais problemáticas do município, cujo resultado foi a estabilização da população e que levou o governo local a expandir o programa para toda Jaipur. Foi a primeira vez na Índia em que foram coletados dados relacionados à dinâmica da população de cães errantes e aspectos ambientais de sua presença.

A tentativa de se implantar programas de controle populacional que substituíssem o sacrifício na Índia datam dos anos 1970, antes mesmo do Guia da OMS/WSPA ter sido formatado.

Nos anos 1990 programas de controle populacional baseados no guia OMS/WSPA foram implementados em Bombaim, Nova Déli, Calcutá, Madras, Bangalore, Hiderabad e Jaipur. O objetivo era mostrar que o programa promove uma redução lenta mas efetiva da população de animais de rua e por métodos humanitários e considerados saudáveis para os animais. A falta de atenção devida

quanto a coleta de dados fez com que apenas Jaipur conseguisse comprovar eficácia. Nas outras cidades não houve levantamento de dados nem análise da dinâmica populacional. Havia grande pressão sobre o governo, de um lado por setores da sociedade preocupados com os casos de raiva e, de outro, pessoas descontentes com o tipo de tratamento dado aos animais. Além da pressão havia toda uma infra-estrutura estabelecida voltada para o sacrifício dos animais e não para cirurgias de esterilização. Além disso, havia forte suspeita das entidades de proteção animal da existência de um mercado ilegal que tinha a política de sacrifício dos cães como sustentáculo. Esse comércio englobaria venda de peles e de animais para vivisseção.

O programa implementado foi fundamentado na esterilização apenas de cadelas baseando-se no princípio que uma cadela poderia dar no máximo 20 filhotes por ano e se alguma escapasse do programa de controle populacional sua capacidade de gerar outros cães não desequilibraria o controle populacional. Já se a opção fosse a esterilização dos machos e mesmo que apenas um escapasse do programa ele podia fertilizar várias fêmeas por dia durante todos os dias do ano, o que teria efeito muito maior nos resultados de controle populacional.

A opção por cadelas deu-se também porque quanto menor o número de cadelas no cio menor será a disputa e entre os machos, que costuma ser agressiva. Machos não

castrados podem proteger melhor o grupo da invasão de animais estranhos. Por não engravidarem, fêmeas castradas têm mais condições de sobreviver com pouca comida.

Fêmeas reagem com menos irritabilidade à fase pós-operatória.

Dificuldades encontradas:

- ▶ Receber por escrito o comprometimento que a captura e as mortes parariam durante a implantação do projeto
- ▶ Lidar com a burocracia governamental que está frequentemente mudando e não há comunicação entre os departamentos governamentais
- ▶ Falta de informações sobre a população de animais de rua e sua dinâmica
- ▶ Amplitude térmica muito grande durante o ano (45° a 5°C)
- ▶ Grande presença de moscas e outros insetos vetores de doenças
- ▶ Falta de equipamento cirúrgico
- ▶ Falta de pessoal treinado
- ▶ Necessidade de encontrar formas humanitárias de captura, mas que evitassem o contato muito estreito entre homem/animal
- ▶ Falta de informações sobre novas técnicas cirúrgicas
- ▶ Gerenciamento das equipes para compreensão da metodologia de coleta de dados
- ▶ Desconhecimento do estado de saúde dos animais
- ▶ Necessidade de ajustes de procedimento durante o processo

- ▶ Definições de detalhes sobre o bem-estar durante o procedimento
- ▶ Necessidade de esclarecimentos para a sociedade e governo em geral sobre a concentração do trabalho em fêmeas
- ▶ Adaptação de métodos testados e bem-sucedidos à realidade local
- ▶ Dificuldade em encontrar veterinários especializados nas técnicas cirúrgicas aplicadas pelo programa

O programa iniciou com 20 cirurgias por semana. Após a fase piloto esse número subiu para 50 o que implicou na necessidade da construção de 21 canis adicionais no começo de 1996. Paralelamente havia uma grande pré-disposição das autoridades locais, por interesses políticos ou falta de compreensão do programa de reiniciar a política de sacrifícios. Durante toda a implantação do programa houve lutas judiciais paralelas para impedir que a matança recomeçasse.

Havia sempre ameaças rondando o programa. Corrupção, conchavos políticos, preconceito contra animais tentavam acabar com seis anos de programa com notáveis ganhos na Índia em relação ao controle humanitário da população de cães errantes.

Havia problemas inclusive dentro do grupo de trabalho. Algumas ONGs por total incompreensão da amplitude e da necessidade de exatidão do trabalho outras por puro interesse financeiro falsificaram dados dizendo que esterilizavam mais do que faziam na verdade. Algumas achavam que ao aumentarem os dados

valorizariam seu trabalho sem perceber que havia uma relação matemática entre o número de cirurgias e a redução populacional. Ao registrar mais cirurgias do que efetivamente haviam feito essas entidades que acreditavam melhorar a imagem de seu trabalho estavam na realidade fazendo o contrário quando se comparava o número de cirurgias registradas e o decréscimo da população de rua. Foi necessário que a coordenação do programa fizesse um trabalho educativo mostrando que alteração dos dados tinha resultado negativo e falso.

No total foram 47 canis destinados aos cães que seriam operados. A esterilização em filhotes se dava em ambos os sexos. A média era de 12 cirurgias por dia 7 dias por semana. A captura se dava pela manhã quando os animais são mais visíveis e naquela localidade havia menor pressão humana. Cada animal foi devidamente registrado em um banco de dados e marcado com um número tatuado em sua orelha para que pudesse ser posteriormente acompanhado. Após o período pós-operatório eram deixados nos mesmos lugares em que foram apanhados para que houvesse a menor interferência possível em suas vidas. Apenas os doentes em fase terminal, os muito agressivos ou que oferecessem riscos às pessoas eram sacrificados de forma humanitária.

Para verificar a eficácia do programa foram instaurados dois tipos de monitoramento: individual e coletivo tanto para aferir resultados quanto para

esclarecer a população sobre a necessidade e a eficácia de programas como esse já que foram usados recursos públicos. Paralelamente ao trabalho de recolhimento, as equipes monitoravam os animais já castrados, reconhecendo-os pelo número tatuado na orelha. Eram anotados dados gerais do estado do animal e sua localização e examinados animais encontrados mortos e que haviam sido incluídos no programa de castração e vacinação. A cidade foi dividida em 9 grandes áreas que por sua vez foram subdivididas e os dados eram cruzados. Havia também uma contagem geral da população por meio de uma metodologia criada pela WSPA/OMS. No total foram 23 mil esterilizações, aproximadamente 3.100 por ano. A média de deslocamento de cada animal foi de 2,9 km sendo o máximo registrado de 9,9 km e o mínimo de 0 km. No processo de monitoramento o animal reencontrado em menor período foi de um dia e o reencontrado em maior período foi 2.902 dias ou seja 7,9 anos. 21% dos animais deslocavam-se numa distância de aproximadamente 0,5 km e 15,2% sobreviveram 1.000 dias ou mais. Em seis anos de programa a população havia caído 28% e a população de fêmeas esterilizadas era de 68% ou seja, mesmo com a reprodução continuando mas em menor escala a população diminuiu. Estima-se inclusive que a população de animais de rua hoje em Jaipur esteja em melhores condições gerais que nas outras cidades e que os animais incluídos no programa estejam também em melhores condições que os que não foram incluídos.

XI – Posse responsável de cães e gatos

Segundo a publicação *Criando um amigo – manual de prevenção contra agressões por cães e gatos*- do Centro de Controle de Zoonoses do Município de São Paulo, a falta de conhecimento sobre o comportamento e as necessidades físicas e mentais dos cães e gatos é o principal motivo tanto de ataques dos animais a seres humanos quanto do abandono de cães e gatos nas ruas. Dados que mostram a gravidade desses dois problemas pudemos ver nos capítulos sobre Zoonoses e sobre superpopulação.

Segundo a publicação, traços desse comportamento podem ser indesejáveis levando à quebra do vínculo afetivo entre homem e animal, mesmo sendo espécimes de raça definida adquiridos em lojas especializadas. Cabe ao ser humano buscar estudar e compreender o comportamento e as necessidades de cada animal ou de cada raça para otimizar essa convivência e torná-la cada vez mais previsível. O comportamento de cães e gatos é uma mistura entre suas características naturais e as adquiridas pela convivência com o homem, pelo processo de domesticação e pelo processo biológico de formação das raças como vimos no capítulo sobre comportamento dos animais.

Diante do descontrole populacional e do crescimento do abandono em progressão geométrica na cidade, o governo por meio da Secretaria Municipal de Saúde, do

Instituto Pasteur e das entidades de proteção dos animais começaram na década de 1990 a disseminar um conjunto de conceitos sobre o relacionamento entre o homem e os animais de estimação mais comuns – cães e gatos – que ganhou o nome de Posse Responsável. Tal disseminação veio acompanhar um novo conceito de educação que ganhava corpo no mundo, a chamada *Educação Humanitária* que aborda as relações do homem com os outros serem do planeta.

Segundo Paranhos, no município de SP 70,59% das pessoas procuram cães para companhia, 8,82% para guarda e 16,99% para ambas as funções. Quanto aos gatos, 100% são para companhia. Aproximadamente 95% dos donos consideram seus cães amigos e brincam com eles. Em relação aos gatos esse percentual cai para 75%

Cerca de 55% dos cães e 34% dos gatos são dados de presente, o que pode ser um alavancador de abandono de animais. Entre cães e gatos, respectivamente, 11,27 e 25,81% são crias próprias, 12,42% e menos de 1% são de compras em *pet shops* e criadouros oficializados, e 5,39% e menos de 1% são de compras de locais não oficiais ou de origem desconhecida, sendo 13,73% e 35,48% achados nas ruas e 0,65% e 3,23% adorados em feirinhas, instituições entre outros e 1,14% e 1,08% de origem desconhecida.

Estudo publicado pela revista do CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária) no bairro Jardim Paraná, periferia de São Paulo, mostra que na periferia há uma alta taxa de renovação da população, a longevidade é

comprometida pelas condições econômicas, sanitárias e sociais da população local e há necessidade de projetos de educação continuados para posse responsável

Segundo Tanji, no Capão Redondo, cerca de 41,5% dos animais não têm dono e do total apenas 4% são totalmente restritos. Muitos cães são soltos para fazer as necessidades nas ruas ou guardar a casa à noite. Famílias pobres favorecem a saída de cães às ruas pela falta de espaço e por disporem de menos condições financeiras, então esperam que o cão pode se alimentar na rua.

Por parte do futuro proprietário

De acordo com o *Guia de Controle de Populações de animais de estimação* do Instituto Pasteur , a posse responsável é considerada uma eficiente alternativa preventiva quanto ao abandono de cães e gatos seja nas ruas, em parques, terrenos baldios, beira de estradas, abrigos e até mesmo em casas abandonadas como costuma acontecer. Esse conceito abrange um conjunto mínimo de medidas que qualquer pessoa que queira um animal de estimação deve tomar.

Para que seja efetivamente colocada em prática as informações sobre posse responsável devem estar ao alcance daquele que deseja um animal antes de fazer adoção ou efetivar a compra. Descrita detalhadamente em manuais de instituições ligadas à saúde pública como o CCZ da Secretaria Municipal de Saúde e o Instituto Pasteur, a posse responsável ainda é alvo de políticas ainda tímidas e pontuais por parte do governo e também dá passos lentos em boa parte das ONGs, seja por falta

de verba para a realização de campanhas, seja porque o efetivo humano está todo voltado para o atendimento emergencial de animais deixados na rua, alguns correndo risco de morrer ou em más condições de saúde, seja por falta de capacitação técnica de seus membros, seja por falta de ações integradas em rede como veremos mais tarde.

Quanto às políticas públicas notou-se alguns passos promissores em 2000/2001 com a criação do Programa de Saúde do Animal, no CCZ, um projeto em parceria com as ONGs para estimular a posse responsável por meio de campanhas de conscientização em diversas frentes, inclusive em escolas de ensino fundamental. A iniciativa ainda dá passos lentos seja pela falta de verba seja pela falta de pessoal, e no caso das campanhas de conscientização nas escolas, pela adesão das escolas ao programa ser voluntária. As mudanças efetivamente iniciaram quando a Secretaria de Saúde estava sob o comando de Eduardo Jorge, atual Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Durante sua gestão foi criado um programa de adoção mais efetivo – mesmo assim ainda muito tímido e insuficiente – dentro do Centro de Controle de Zoonoses, de alguns animais recolhidos pela carrocinha, principalmente filhotes. Desde o princípio o programa contou muito mais com a boa vontade de alguns funcionários do CCZ e de ONGs de proteção dos animais do que com empenho e verba oficiais.

Com a saída de Eduardo Jorge da Secretaria, em 2003, o projeto perdeu força, já que o ex-secretário de saúde tinha envolvimento pessoal com a causa dos animais abandonados. Com a mudança de secretário, mesmo dentro da mesma administração, o projeto só sobreviveu pela ação de alguns funcionários do CCZ e das ONGs, pois uma das primeiras medidas do secretário que substituiu Eduardo Jorge foi apoiar um projeto de lei que os animais recolhidos pela carrocinha seriam enviados para estudos acadêmicos, o que gerou inclusive manifestações contrárias em passeatas pelas ruas da cidade. Uma medida considerada retrógrada tanto no que concerne à saúde - pois pouco se sabia da origem e do estado de saúde desses animais - quando do ponto de vista humanitário, já que a prática acadêmica com animais vivos vem sendo gradativamente abolida no meio universitário e nos ensinos médio e fundamental.

Uma das alternativas de maior sucesso para tentar aumentar o número de adoções de animais recolhidos pela carrocinha foi a formação de uma parceria entre o CCZ, a ONG *Instituto Nina Rosa* e uma grande loja de produtos para animais chamada Cobasi. A loja cedeu espaço para exposição dos animais, a ONG cuidou da intermediação das doações ficando a cargo do CCZ apenas escolher animais saudáveis. Entre 2002, quando começou o projeto, e setembro de 2005 foram doados aproximadamente quatro mil animais. É importante lembrar que o município de São Paulo não tem nenhum órgão governamental voltado para

direitos ou bem-estar dos animais, como no município do Rio de Janeiro onde foi criada uma secretaria de Defesa dos Animais, cuja atuação não faz parte desta análise. A função primeira do CCZ é controlar doenças transmitidas por animais, o que lhe rendeu a imagem de um grande vilão, pois os animais não doados são mortos após três dias de captura. Filhotes costumam ser separados pois têm mais chance de adoção.

Essa parceria bem como as dezenas de trabalhos de ONGs e de pessoas sem qualquer vínculo com entidades sociais para procurar lares para animais abandonados costuma trazer bons resultados, mas efetivamente como uma ação isolada não mexem na raiz do problema, como veremos mais tarde. Isso porque o número de adoções é ínfimo perante as estimativas de abandono como analisaremos mais tarde.

No manual já citado do Instituto Pasteur, o termo Posse Responsável é definido *como “a tradução do exercício consciente e edificante da cidadania, a educação e os hábitos culturais diferenciados de uma sociedade”*, quanto ao manejo e trato de cães e gatos.

Antes de detalharmos o que o termo engloba, é interessante repetir aqui alguns termos encontrados no glossário desta pesquisa, que correspondem à transcrição da classificação dos cães, divulgadas pelo Instituto Pasteur em concordância com a Secretaria de Saúde. As mesmas valem também para os gatos

Cães com dono, supervisionados ou controlados - Esses animais são absolutamente domiciliados, ou seja, dependem de seu dono para obter abrigo, alimentação, vacinas, higiene e lazer, saindo às ruas sempre com coleira e guia, acompanhado por pessoa com força suficiente para conduzi-los. No Brasil, são classificados como cães domiciliados.

Cães comunitários ou de vizinhança - São animais que a comunidade “adota” mas ninguém se responsabiliza por eles. Recebem restos de comida e são objeto de pena. Abrigam-se em qualquer lugar e não recebem atenção quanto a vacinação de espécie alguma. É freqüente observar a presença de gatos em árvores, em cemitérios e em praças, esperando que pessoas da comunidade lhes levem alimentos. Se esta fosse a única necessidade a atender, estariam isentos de doenças, em boas condições gerais de saúde, apresentariam condições físicas para se locomoverem sem dificuldade e as taxas de mortalidade seriam mínimas, determinadas por causas relativas à idade avançada. São os denominados cães errantes.

Cães de família - Esses animais dependem do dono para sua alimentação e seu abrigo, mas não apresentam restrições quanto a sua movimentação, ou seja, têm livre acesso às ruas. No Brasil, são os cães semi-domiciliados. A maioria dos proprietários não os registra e apenas os vacinam contra a raiva, por ocasião de campanhas desenvolvidas por órgãos públicos.

Cães errantes, selvagens ou ferais- São independentes e sem controle. Em geral, são estes extratos da população canina e da felina, os responsáveis pela disseminação de agentes de zoonoses que podem infectar os demais extratos e os seres humanos. Eventualmente, cães errantes podem ser animais que tenham fugido ou se perdido, ou gatos errantes podem ter sido colocados em liberdade incontrolada a fim de que procurassem seus grupos. Muitas vezes, podem ser observados cães e gatos sem controle que se adaptam à vida em áreas remanescentes de florestas, sendo denominados animais feras ou selvagens. Determinam desequilíbrios ecológicos, por destruírem ninhos para se alimentar dos ovos e competem com animais silvestres. Como exemplo, podem ser referidos gambás, ouriços, tatus, cachorros-do-mato e aves, como o mutum, alguns dos quais estão ameaçados de extinção. Deve-se considerar que cães e gatos vivendo nestas condições propiciam a disseminação de zoonoses e diversas outras doenças infecto-contagiosas entre os animais silvestres, asseverando a gravidade de sua permanência no ambiente. Existem comprovações que referem ser o comportamento agressivo dos cães selvagens mais intenso do que o comportamento de qualquer outro animal, mesmo os das espécies silvestres. Os cães e os gatos de família, os comunitários e os errantes são os que apresentam maior importância do ponto de vista epidemiológico, pela manutenção de ciclos de zoonoses e como transmissores de doenças às pessoas que venham a ter contato

com eles. Os animais com dono são os únicos animais passíveis de um estrito controle em relação a procriação, vacinação, domiciliação, não mantendo contato com animais sem controle ou doentes que, por sua vez, não dispõem de quaisquer formas de controle e de identificação, tais como registro, tatuagem ou outra forma de licença. A maioria das pessoas considera o gato como um ser livre, que não precisa ser mantido sob constante controle. Esse é um erro e o controle de gatos é tão importante como é o dos cães, no sentido de garantir seu próprio bem-estar e o daqueles que com ele convivam.

Cães de trabalho – utilizados em atividades diversas como pastoreio, guarda, policiamento, guias de deficiente visuais, em shows e auxiliares em terapias diversas.

Cães de esporte – utilizados em competições esportivas

Cães de exposição – utilizados como companhia, em feiras, exposições e para aprimoramento das raças

Cães de companhia – utilizados para companhia e costumam ser os mais estimados pelo homem.

Posse responsável

Dentro do conceito de “posse responsável” descrito nos primeiros parágrafos deste capítulo são abordados diversos itens sobre o relacionamento e a convivência entre um homem e um animal. Veja aqui uma síntese de seu conteúdo:

Considerações sobre a opção de ter um animal de estimação

- Trata-se de um ser vivo com padrões de comportamento próprio que podem resultar relacionamentos positivos ou gerar problemas de difícil solução
- Vivem em média 12 anos
- Dependem a vida toda do dono para: alimentação, higiene, saúde, vacinações, lazer, abrigo e afeto.
- Aprendizado para crianças sobre valorização da vida e responsabilidade sobre outro ser vivo.
- Adestramento e adequação de comportamento leva tempo
- Conhecimento prévio de características e comportamento individual, dos pais ou da raça.
- Ampliação dos conhecimentos na área afetiva
- Falta de aptidão para lidar com o animal pode gerar conflitos com o próprio e dentro da casa ou com a vizinhança
- O dono deve ter força física suficiente para lidar com o animal em caso de necessidade.
- A presença de um animal deve ser compatível com os hábitos dos moradores da casa e com o próprio ambiente

- Devem ser definidas previamente as responsabilidades e tempo dedicados à alimentação, higiene, saúde e lazer do animal.

A escolha de um animal de estimação deve considerar:

- Concordância de todos os familiares
- Sociabilidade de outros animais da residência
- Controle do ser humano sobre o animal levando em conta sua personalidade e vontade própria
- Espaço físico disponível
- Espécie, raça e tamanho adequados
- Finalidade do animal
- Tempo a ser dedicado ao animal
- Necessidade de exercícios físicos do animal
- Idade do animal: adulto ou filhote
- Adestramento ou treinamento de obediência
- Sexo
- Pelagem

Por parte da autoridade sanitária

Para evitar a transmissão de doenças e outros problemas relacionados à saúde causados pelo manejo inadequado de cães, gatos e outros animais de estimação, a prefeitura do município de São Paulo possui um serviço de vistoria zoosanitária.

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde esse serviço visa também evitar que os animais sejam submetidos a abusos ou condições inadequadas de vida. Há casos registrados na prefeitura e que também saíram na imprensa de pessoas que por piedade ou algum tipo de problema emocional recolhem cães e gatos muito além do espaço físico que têm à disposição e de suas condições financeiras trazendo sofrimento a esses animais pelas privações que sofrem e problemas com os vizinhos em função de barulho e mau-cheiro. Há casos de dezenas de cães ou gatos num mesmo quintal ou dentro de uma casa ou até apartamento. Pesquisas recentes desenvolvidas nos Estados Unidos vêm apontando casos como esses como sintomas de uma patologia ainda pouco pesquisada, mas popularmente chamada de “síndrome de colecionador”, em que a pessoa perde o controle sobre quantos animais recolhe e não se preocupa individualmente com cada um nem com o bem-estar coletivo.

Atualmente, cerca de 85% das solicitações de vistorias zoosanitárias referem-se à criação de cães e gatos e em sua maioria dizem respeito ao manejo inadequado, principalmente, quanto à falta de higiene na criação, alojamento impróprio,

excesso de animais e animais não domiciliados, levando a maus tratos e risco à saúde pública . As chamadas costumam ser feitas por vizinhos. A partir de 1996 foi criada uma equipe multiprofissional (Assistente Social, Psicólogo e Médico Veterinário) para atuar de forma complementar no encaminhamento dos problemas acima referidos, uma vez que este serviço reconhece que o homem é o responsável na relação que ele mesmo estabelece com o animal de estimação ou doméstico.

O grande problema é que nesses casos os animais são recolhidos e encaminhados para o CCZ onde se não foram adotados serão sacrificados num prazo de três dias.

Segundo Paranhos, entre os cães domiciliados no município de São Paulo, 13,73% foram retirados das ruas (sendo 6,7% com até seis meses de idade) sendo apenas 0,65% adotados de instituições, feiras etc. Entre os gatos 35,48% foram achados nas ruas e apenas 3,23% foram adotados de instituições, feiras etc. Dos cães em SP, 54,26% não tem raça definida, bem como 80,53% dos gatos domiciliados. Cerca de 39,72% dos domicílios de SP têm cães e 6,36% têm gatos, sendo que 90,32 e 86% chegaram com até seis meses mostrando nítida preferência por filhotes.

Segundo artigo do CRMV - Jardim Paraná - os proprietários de gatos tem mais consciência quanto ao controle de natalidade por a fêmea dessa espécie procriar mais vezes e ficar mais nas ruas.

O processo de doação

Ao analisar o conceito de posse responsável divulgado pelas ONGs e pela prefeitura, notamos a falta de um elemento nessa relação: o doador ou intermediário da doação. Há uma série de recomendações para quem adota ou compra, mas não encontramos em parte alguma, orientações para quem doa sobre como selecionar o adotante ou como acompanhar essa adoção.

Diante disso resolvemos analisar alguns processos de doação e adoção, pois cogitamos que um processo de abandono poder começar por falta de habilidade do doador e não apenas por culpa do proprietário do animal. Instigou-nos saber até que ponto um abandono pode ser contido a partir de critérios na hora de efetuar uma doação. Será que quem busca um animal de estimação tem consciência de todas as implicações de seu ato para os seres humanos e para os animais? Será que a falta de orientação para o novo proprietário por parte de quem faz a doação pode implicar em uma relação conflituosa entre o homem e o animal e gerar abandono porque esse novo proprietário nunca havia sido informado sobre todo o contexto de se ter um animal em casa?

Para efetuar essa pesquisa procuramos exclusivamente processos institucionalizados de doação e doações feitas nos últimos cinco anos (de 2001 para cá) . Como institucionalizados consideramos o programa do Centro de Controle de

Zoonoses, feirinhas de adoção organizadas por instituições, sites especializados, abrigos de animais abandonados e projetos de parceria entre ONGs e *pet shops*.

Desse universo foram excluídos os chamados “protetores independentes” que são pessoas que por conta própria recolhem animais das ruas e encontram novos lares para eles. Mesmo consciente da quantidade de animais doados pelos protetores independentes, eles ficaram fora dessa pesquisa pelo nosso objetivo ser trabalhar políticas públicas e privadas, analisar processos institucionalizados. Propostas individuais são propensas à dispersão e mais difíceis de serem replicadas e mensuradas que processos institucionalizados.

Optamos pelo que chamamos de entrevista dupla que incluiu um questionário aplicado em quem adotou um animal para saber como ele foi atendido pelo doador e um questionário para o doador para verificar suas preocupações no momento da adoção. Procuramos instituições por meio de pesquisas na Internet e também por meio de cinco listas de discussão sobre proteção dos animais. Nossa idéia inicial era uma amostragem de 50 pessoas. Isso não foi possível por limitações nossas e também porque recebemos respostas de poucas instituições. Sendo assim, o universo é de 26 processos de adoção. Algumas entidades procuradas colocaram cadastros inteiros à nossa disposição, mas optamos por contatar, no máximo três pessoas de cada cadastro para que a amostragem pudesse abranger o maior número possível de projetos. Outras não responderam às

tentativas de contato, enquanto algumas se mostraram solícitas a princípio mas não forneceram os contatos.

Doação responsável

A amostragem analisada indicou adoção de 50% de gatos e 50% de cães, o que neste momento não é considerado dado significativo. A escolha da amostragem quanto a esse quesito foi aleatória e também levou em conta que há muitos locais que fazem doação de ambas as espécies.

Quarenta e seis por cento dos animais adotados são animais com um ano ou mais e 54% são filhotes indicando preferência pelos mesmos. Tal indicador que há preferência por filhotes e não que estes estão em maior número à disposição foi constatado também por meio de observação das listas de animais para adoção disponibilizada pela Internet em sites especializados e ONGs e projetos. Vinte e três por cento são machos e 77% fêmeas, dado irrelevante nesta análise específica.

Quanto às fontes de adoção, 46% foram em sites especializados em intermediação de adoções, 7,8% diretamente de ONGs e abrigos e o mesmo percentual em parcerias entre entidades e *pet shops*. De feiras de adoção são provenientes 15,4% e do Centro de Controle de Zoonoses 23%. Dessas adoções 61% foram de iniciativa do adotante que partiu a procura de locais de adoção e 39% o adotante teve algum tipo de incentivo como notícia em rádio ou TV, indicação de amigos ou adesivo sobre adoção visto em carros.

Em 100% dos casos durante o processo de adoção foi pedido ao adotante que se identificasse por meio de nome, endereço e telefone. Números de documentos pessoais foram pedidos em 53% dos casos e a confirmação dos dados fornecidos por meio de documentos foi pedida também em 53% dos casos, mostrando uma considerável despreocupação ou excesso de credibilidade por parte dos doadores da veracidade dos dados fornecidos pelo adotante.

Quanto à documentação exigida os locais mais rígidos foram o CCZ e o projeto de adoção desenvolvido pela *pet shop* Cobasi em parceria com o *Instituto Nina Rosa* e com o próprio CCZ. Percebe-se aqui a maior preocupação com documentos e confirmação de dados partem de um órgão do governo e de um projeto sediado em uma empresa, apesar de a mesma apenas ceder o espaço e não interferir no trabalho lá realizado.

Cerca de 61% dos processos de adoção exigiu a assinatura de um termo de responsabilidade sobre o animal por parte do adotante e 39% esse compromisso por escrito não foi solicitado. Também em 61% dos casos houve uma entrevista prévia para seleção do adotante por parte do doador. Em 39% dos casos não houve qualquer processo de seleção. Apenas a solicitação de um animal foi suficiente para efetivação do processo.

Em 100% dos casos o animal estava castrado, em 84% vacinado com todas as vacinas necessárias e em 69% vermifugado. Neste último item, 8% dos

entrevistados não lembravam se o animal estava ou não vermifugado. Cerca de 93% dos animais adotados estavam plenamente saudáveis. Os outros 7%, todos originários do CCZ apresentavam tosse dos canis ou sarna. A doença não originou devolução dos animais por parte do adotante. Os adotantes arcaram com a responsabilidade e as despesas do tratamento dos animais que hoje estão plenamente saudáveis.

Apenas 15% dos adotantes não receberam qualquer instrução sobre o animal por parte do doador. Dos 85% restantes, 100% receberam orientações verbais sobre posse responsável e 53% receberam informações adicionais por escrito, seja por meio de folhetos ou pela Internet. Apenas 7% das adoções foi feita antes da lei do Registro Geral do Animal (RGA). Das adoções feitas a posteriori, apenas 41% dos animais foi entregue com o registro e 18% foram providenciados depois por iniciativa do novos donos.

Quando ao acompanhamento da adaptação do animal ao novo lar e os procedimentos do novo dono junto ao animal em apenas 7% dos casos o doador foi visitar o animal. Em 46% dos casos o doador fez contatos telefônicos para saber sobre o estado do animal. A média estabeleceu-se em três contatos posteriores no prazo de entre três e seis meses após a adoção. Em 23% dos casos os contatos foram pela Internet, com media de 1,4 contatos por adoção. Não houve casos de uso dos dois meios de comunicação para saber do animal. Optou-se ou pelo

telefone ou pela Internet. É importante lembrar que das duas formas o doador dependeu única e exclusivamente de acreditar nas informações dadas pela pessoa que adotou o animal.

Cerca de 38% das pessoas que adotaram precisaram de orientações posteriores sobre cuidados com os animais e procuraram os doadores. Em todos os casos consideram que foram bem atendidos e tiveram suas dúvidas esclarecidas.

Sobre o papel do doador durante o processo de adoção, 70% dos novos donos considerou que foi uma doação feita com responsabilidade por parte de quem forneceu o animal. Dos outros 30%, metade considerou a doação parcialmente responsável e a outra metade considerou que não houve responsabilidade do doador quanto ao animal durante o processo. Metade dos casos de doação considerada parcialmente responsável por parte dos adotantes veio do CCZ, bem como 100% das doações consideradas sem responsabilidade por parte do doador também tiveram essa origem. Foram considerados pelos adotantes como principais elementos negativos no processo de doação a falta de contato por parte do doador para saber sobre o animal depois de entregue e a doação de animais doentes. Percebemos em visita ao programa de adoção do CCZ que esse perfil tem mudado nos últimos tempos. O Programa de Saúde Animal vem conseguindo fazer alterações no processo de doação dos animais do CCZ corrigindo os erros aqui citados.

A documentação de doações é extremamente necessária para a formação de um mapa do processo e o acompanhamento de sua evolução de extrema importância o cruzamento de dados quantitativos e qualitativos. Essa avaliação e medição de crescimento não pode ser limitada a dados quantitativos, a dizer que num ano foram doados X animais e no ano seguinte X+Y. Medir apenas quantitativamente os processos de doação pode mascarar uma realidade cruel de desova de animais. Na ânsia de querer doar cada vez mais devido ao aumento da demanda, corre-se o risco de ser ter processos de desova em massa que podem gerar novos abandonos até em curto prazo.

XII – PROGRAMAS EDUCACIONAIS E O INÍCIO DE UMA NOVA POLÍTICA EM PARCERIA

XII.1 – Programa de Saúde do Animal

Fundado em 2001 a partir do início da aproximação entre ONGs e o CCZ em busca de uma solução para o problema da superpopulação de cães e gatos, o PSA - Programa de Saúde Animal é um trabalho feito pelo CCZ sob supervisão da Unesco e com discussão em parceria com as ONGs.

Esse programa, junto com um trabalho educacional que veremos a seguir, busca divulgar os conceitos de posse responsável de cães e gatos, diminuir a superpopulação utilizando métodos considerados mais humanitários como esterilização (castração) dos animais, campanhas educativas e de adoção. É um programa novo e que ainda ocupa muito pouco espaço dentro do CCZ. São apenas duas pessoas cuidando dele.

A partir de sua implantação que os animais passaram a ser doados castrados e passou-se a se ter critérios mais rigorosos de seleção do animal e do adotante, além de um acompanhamento mais efetivo da quantidade de adoção.

Sempre foi possível adotar animais no CCZ, mas não havia qualquer incentivo, projeto ou controle das mesmas nem o animal era castrado antes de ser doado. Não

foram fornecidos registros precisos, mas a coordenação do programa estima que depois de sua implantação o número de adoções dobrou, mas ainda é um programa muito tímido, pois muita gente não sabe que pode adotar um animal no CCZ, lembrando que 68% da população paulistana que possui animais de estimação não sabe nem ao menos o que faz o CCZ.

Com a implantação do PSA, ao buscar um animal para adoção no CCZ o candidato passa por uma entrevista onde é analisado seu perfil, suas necessidades quando ao animal e o que ele pode oferecer para o animal em termo de saúde, moradia, conforto e bem-estar. Só é possível levar um animal por vez, ele sai devidamente registrado e pode ser devolvido caso não haja adaptação entre animal e novo dono.

Paralelamente à adoção o PSA – Programa de Saúde do Animal tem ações voltadas para castração em parceria com as ONGs. Cinco ONGs recebem R\$ 15 mil por mês para serem gastos em castrações e cerca de 10% desse valor é repassado para programas educativos de ONGs ou do CCZ. Essas castrações – quanto ao valor – devem obedecer uma tabela estipulada pelo CCZ que é de R\$ 42 por cadela, R\$ 30 por cão macho, R\$ 23 por gata e R\$ 22 por gato macho. Esses valores geram, em média por ONG, 450 castrações por mês. Até o final do primeiro semestre deste ano a seleção das cirurgias ficava livremente a cargo das ONGs, mas atualmente parte das cirurgias é feita junto a um programa das subprefeituras de castração de

animais nas favelas ou pertencentes a moradores de rua, entre outros, por meio de mutirões realizados em escolas.

Nos mutirões usa-se um espaço público durante um fim-de-semana, uma escola por exemplo, em que são montadas salas de cirurgia e dezenas de animais são operados, desde que previamente cadastrados. A média de operações por mutirão é de 160.

Pelos cálculos da prefeitura, o investimento em uma castração por meio desse tipo de programa custa no máximo 1/4 do valor de uma ação de captura e morte, calculada em R\$ 170,00 por animal. Esse cálculo baseia-se em desde os procedimentos de sacrifício, alimentação durante os dias de contenção, gasto com funcionários, manutenção dos carros, depredação patrimonial e desova da carcaça. É importante lembrar que nesse cálculos não estão incluídos o número de filhotes que o animal deixa de ter, pois se levarmos em conta a possibilidade de reprodução de um animal e que todos esses filhotes e filhotes dos filhotes passariam pelo processo de captura e sacrifício essa equação se torna ainda mais vantajosa para o trabalho de esterilização dos animais.

As ONGs têm de apresentar relatórios com fichas individuais de cada animal, além de relatórios mensais que são comparados com as fichas individuais.

Uma amostragem de 5% das cirurgias é checada com o proprietário do animal tanto quando à qualidade do procedimento cirúrgico quanto à gratuidade do

mesmo. Já houve, inclusive, substituição de parceiros porque uma das ONGs cobrava do proprietário a castração que recebia da prefeitura, ou seja recebia a cirurgia duas vezes. O CCZ também faz visitas surpresa aos mutirões para verificar os procedimentos.

Paralelamente ao convênio, a prefeitura tem 120 clínicas cadastradas que fazem castrações a preços populares, algumas um determinado número por mês outras em um determinado dia da semana, fica a cargo do estabelecimento. Elas não recebem subsídios da prefeitura ou qualquer outro, fazem em troca de divulgação de seus nomes e endereços nas campanhas, uma forma de atrair novos clientes.

XIII.2 – Programa educativo do CCZ

Paralelamente ao trabalho sanitário de combate às zoonoses, o CCZ sempre publicou materiais informativos quanto à transmissão das doenças, sejam as zoonoses transmitidas por cães e gatos, sejam aquelas por animais sinantrópicos como morcegos, baratas, ratos etc, sempre com enfoque na questão da doença e mostrando o animal como um vetor, um perigo.

Desde a fundação do CCZ, em 1973, alguns educadores da secretaria municipal de saúde e outros funcionários do CCZ tentavam mudar a linguagem do material educativo oferecido, percebendo a relação afetiva do homem com os cães e os gatos, vistos na época apenas como vetores de

doenças. Essa mudança começou a acontecer gradativamente no final dos anos 1990 consolidando-se a partir de 2001. O primeiro folheto com o termo posse responsável foi publicado em 1989. Além da nova gestão na SMS, a própria mudança das diretrizes da educação no mundo ajudaram a implantar essa nova fase. O resultados internacionais quanto a aplicação da chamada educação humanitária, em que o homem passa a olhar de forma mais igualitária todas as formas de vida, foram fundamentais para a mudança do material educativo do CCZ.

Desde 2002 a prefeitura trabalha com um programa educativo chamado *Para viver de bem com os bichos* em escolas municipais e aberto a escolas particulares também e estabelecimentos de ensino até de outros municípios, sempre por meio de adesões voluntárias. Comandado por uma biomédica o programa, que sofreu muita resistência no início e ainda sofre alguma além de grandes restrições financeiras. Ele é aplicado em parceria com a Secretaria da Educação e com algumas ONGs, com destaque para o trabalho do Instituto Nina Rosa, especializado em materiais educativos. O INR produziu diversos vídeos pedagógicos sobre a relação entre o homem e os animais, material largamente utilizado tanto no programa educativo da prefeitura quanto em projetos isolados ou programas de outras organizações.

O investimento nas escolas é baseado na maior facilidade de aprendizado e absorção de novos conceitos por parte das crianças e por sua capacidade de replicação do aprendizado. *Para viver de bem com os bichos* implica em um treinamento de 20 horas junto a professores quanto a posse responsável e temas correlatos e a sua aplicação nas escolas por meio da exibição de vídeos, palestras e atividades apoiadas por material pedagógico fornecido pela prefeitura junto aos alunos.

Os professores têm depois de fazer relatórios das atividades feitas nas escolas e apresentar os trabalhos dos alunos. Esse é um dos programas ao qual as ONGs que têm convênio com a prefeitura podem dedicar o percentual educativo de suas verbas.

Ainda é um programa muito tímido tanto quanto a verbas quanto a pessoal disponível - oito funcionários do CCZ. Até julho de 2005 havia sido implantado em 1.100 escolas, Os professores da rede pública que aderem recebem certificado de capacitação e pontos em seu currículo de servidos público, medidas para atrair mais professores ao projeto que é prioritariamente voltado a escolas de ensino infantil e fundamental. A adesão é voluntária e tem de partir do professor ou da escola, o que pode limitar a participação pela falta de divulgação do mesmo.

XIII – A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Durante a execução desta pesquisa, conforme detalhes apresentados na metodologia, foram envolvidas diretamente por meio de entrevistas doze organizações voltadas para a proteção e bem-estar de cães e gatos seja na forma de abrigo, de campanhas educativas, programas de controle populacional entre outras ações. A busca de informações se deu também pela leitura de material impresso ou *on line* proveniente de 20 organizações/grupos que atuam no município, da participação de cinco listas virtuais de discussão sobre o tema e do acompanhamento de oito comunidades virtuais de todo o Brasil hospedadas no site de relacionamentos Orkut durante seis meses.

Não foi possível dimensionar o número de voluntários e organizações de proteção dos animais que atuam em São Paulo. Na Internet, foram encontradas mais de duas dúzias de organizações/grupos formalizados no município, além de centenas dos chamados “protetores independentes”. Protetores independentes são pessoas que por conta própria ou em um grupo não formalizado fazem trabalhos em prol dos animais abandonados, principalmente de busca de novos lares para cães e gatos. Eles se comunicam principalmente pela Internet e, bem como algumas organizações formais, promovem eventos de doação e adoção de animais, as chamadas feiras de adoção. Tais eventos acontecem em parques, estacionamentos de supermercados e outros espaços semelhantes.

Há um grande e muito empenhado exército de voluntários em busca de resolver o problema da super população e do abandono de cães e gatos em São Paulo. As mudanças ocorridas no Centro de Controle de Zoonoses quanto à forma de sacrifício, a criação do programa de saúde animal e o fortalecimento das campanhas de educação deve-se também às organizações protetoras. Todas dependem basicamente de trabalho voluntário nem sempre profissional e têm pouca disponibilidade financeira. A maioria dos trabalhos se dá no âmbito da adoção e da castração, bem como na luta por novas leis e percebe-se uma forte questão emocional por trás de todos eles.

São diversos trabalhos pontuais, apesar de existir uma associação que reúna essas ONGs em todo o Brasil chamada Fórum Nacional de Proteção Animal, mas que conta com a participação efetiva de poucas delas. Apesar dos resultados conseguidos, percebemos durante o período de observação e entrevistas problemas quanto à falta de informação e cientificidade de diversos trabalhos, bem como grande ausência de levantamento de dados.

A falta de preocupação com levantamento de dados estatísticos é característico do terceiro setor em geral e não só da proteção animal, bem como a resistência em usar ferramentas empresariais adaptadas ao terceiro setor para gerenciamento das organizações. Não pretendemos entrar com maior profundidade na questão de gerenciamento de organizações do terceiro setor pois fugiria ao tema principal da

pesquisa. Pretendemos apenas deixar o registro por ser um fator relevante no estudo de qualquer causa e que influencia no resultado geral.

Nenhum dos abrigos visitados tinha registro individual de cada animal e nem ao menos uma contagem precisa da quantidade de animais existentes. Um deles alegava ter 2.500 animais e durante a contagem feita no trabalho de campo desta pesquisa encontraram-se apenas 625.

A falta de dados influencia muito até na própria administração das organizações e não tem como causa a falta de dinheiro, pois medidas simples como contagem e fichamento dos animais não implicam em investimentos financeiros.

Percebemos falta de conhecimento quanto à importância e a necessidade de registros minuciosos e levantamentos precisos de dados tanto para administração e funcionamento operacional das organizações quanto para campanhas e movimentos de maior amplitude junto a governos, empresas e sociedade.

Essa constatação não tem qualquer relação com a honestidade das organizações – em momento algum a seriedade e a honestidade das organizações são colocadas em dúvida neste trabalho.

Percebemos apenas que não há conscientização e nem conhecimento metodológico para se fazer de forma simples o levantamento desses dados, como foi feito por nós na contagem e análise da amostragem citada no capítulo VII, que gerou o perfil do animal abandonado no município.

A transparência e apresentação pública de todos os dados das organizações – desde relatórios financeiros detalhados até informações, de cada animal e de seu histórico na organização – são fortes ferramentas tanto para campanhas quanto para levantamentos de fundos. Financiadores são cada vez mais exigentes quanto a transparência e detalhamento das organizações. Ressaltamos aqui como exceções o *Instituto Nina Rosa* e o projeto *Adote um Gatinho* que mostram dar passos importantes quanto à profissionalização da gestão de seus programas. Entenda-se por profissionalização trabalho técnico, o que não significa trabalho remunerado. Devem haver outras em situação semelhante, mas como descrevemos na metodologia, trabalhamos por amostragem.

Quando ao número de adoções feitas, aos e os tipos de solicitação recebidos só foram encontrados registros precisos e compilados em duas organizações. Duas outras alegaram ter os registros de doação e esterilização, mas que os mesmos nunca foram organizados. Uma delas, inclusive, o *Projeto Cel – Casa, Esperança e Liberdade* chegou a mostrar esses registros individuais ainda não compilados. Quanto ao recebimento de telefonemas, organização e classificação dos mesmos, apenas uma ONG mostrou registros organizados e dados.

Até mesmo quanto ao número de animais abandonados em São Paulo, nas entrevistas feitas durante a pesquisa ouvimos números que variaram de 600 mil a 2 milhões e quanto aos locais de abandono também foram dadas respostas das

mais variadas. Quanto a todos os números citados pedimos durante as entrevistas fontes e confirmações, mas apenas duas das organizações os tinham quanto a doações e uma quanto a telefonemas. Os números de abandono eram creditados – quando eram – ao CCZ à OMS que não os possuem, ou seja, as informações dadas como concretas e com fontes não procediam.

Quanto ao percentual de adoções nas feiras, nos abrigos e nos sites ouvimos que os percentuais variam de 20% dos animais oferecidos a 100%, sendo que apenas os dados relativos a entre 20% e 30% dos animais oferecidos nas feiras e nos sites foi comprovado numericamente com registros.

Quanto aos problemas que os cães e gatos podem trazer para a sociedade a maioria das organizações falou de zoonoses, uma falou que não havia qualquer problema e apenas uma delas levantou a questão ambiental quanto à fauna silvestre.

Notou-se uma grande dedicação por parte de dirigentes e voluntários das organizações quanto à causa e relativo ao número de horas trabalhados em função da mesma, mas pouca especificidade técnica nas funções, desde administrativas até científicas. Algumas organizações nem veterinários ou biólogos têm, algumas contam com apenas um e poucas com mais de dois – quase sempre funcionários remunerados. As áreas administrativa e de comunicação, entre outras, dificilmente são exercidas por profissionais com respectiva capacitação técnica, prejudicando o resultado final.

Quanto ao treinamento dos voluntários, apenas duas organizações alegaram ter iniciado programas recentemente junto ao CCZ para conhecimentos técnicos. Quanto à capacitação para o voluntariado em si, que implica em especificidades administrativas, organizacionais e legais, nenhuma das entidades disse encaminhar seus voluntários para cursos de voluntariado ou seus líderes para cursos de gerenciamento de voluntários, mesmo aqueles gratuitos e abertos a qualquer interessado.

Percebeu-se pouca ou nenhuma importância efetiva dada a ferramentas de planejamento e avaliação de ações, daí a falta de dados para mensuração dos problemas e soluções. Notamos, inclusive, uma grande falta de conscientização quanto a necessidade de números, suas formas de levantamento e, em alguns casos, até uma certa aversão a eles, tidos como não necessários, como sem utilidade, bem como uma tendência à superestimação de dados.

As ações são muito focadas em problemas emergenciais, que aumentam dia-a-dia principalmente quanto a socorro de animais em situação de risco e a adoções. A todo momento chegam pedidos de socorro dos mais variados o que exige muito das organizações que não tem condições de atender a tantos pedidos de recolhimento e socorro de animais em risco. A castração ou esterilização é postura unânime das organizações junto aos animais encaminhado para adoção, mas nem sempre quanto aos animais que convivem nos abrigos.

As ações voltadas para educação e prevenção são em menor escala, talvez pela grande quantidade de casos emergenciais e também por demandar um trabalho mais técnico e elaborado. O enfoque é quase todo na adoção e esterilização, ou seja na questão emergencial e na reparação do problema. Vê-se um número menor de trabalhos para tratar das causas e prevenção do abandono. Muitas organizações tem até focos múltiplos mas o trabalho de prevenção acaba sendo sobreposto pelo emergencial.

Esse grande enfoque na adoção pode ser preocupante em relação a resultados em larga escala. Isso porque a pesquisa de Paranhos mostra que apenas 0,67% dos animais domiciliados foram adotados de ONGs ou feirinhas. Que dos quase 15% do total de animais domiciliados no município - cuja origem é adoção - cerca de 95% deles foram recolhidos diretamente das ruas e não vieram de feirinhas ou abrigos. O procedimento mais comum de adoção é as pessoas encontrarem o animal na rua vagando e o recolherem. Dos que possuem animais adotados apenas 5% procuraram o mesmo em feirinhas, sites ou organizações de proteção, o que pode levar a questionamentos quanto o custo/benefício no resultado geral diminuição do problema de um investimento tão forte em adoções em detrimento do trabalho preventivo. Por outro lado é preciso levar em conta que se lida com vidas, dor, sofrimento e diversas situações emergenciais.

Notou-se ainda pouco foco e falta de regionalização nas ações. Há organizações em todas as regiões da cidade, mas percebe-se que há poucas ações integradas e a grande maioria busca trabalhar o problema como um todo, tanto geograficamente quanto tematicamente em vez de ter um foco específico de acordo com o tamanho, localização e possibilidades da organização. Talvez isso aconteça, voltamos a dizer, pela grande quantidade de situações emergenciais.

A mesma organização é encontrada em ações nos mais diversos bairros da cidade, em um momento com campanha de castração, em outro abrigando cães e gatos, em outro fazendo feiras de adoção, em outro buscando mudança na legislação, em outro trabalhando com denúncias de maus-tratos e ainda com ações pontuais de educação, postura que nos leva a crer que dificulte o trabalho como um todo.

Os mais recentes estudos sobre gestão do terceiro setor indicam que a especialização e as ações conjuntas planejadas são o caminho mais efetivo para soluções em larga escala.

Percebemos também um certo isolamento quanto à integração da proteção animal com outras causas sociais. Avanços estratégicos como os conseguidos na luta ambiental após associar seu discurso ao bem-estar do ser humano e se juntar a causas sociais como luta conjunta ainda parecem engatinhar no trabalho junto a cães e gatos no município.

Quanto a parcerias com o governo percebemos avanço significativo nos últimos anos, conforme foi citado. Dos protestos na porta do CCZ vistos nas décadas de 1980 e 1990 vê-se hoje as ONGs transitando dentro desse órgão público – algumas – e as mudanças quanto à forma de sacrifício bem como o início de programas voltados para o bem-estar animal. Há muita resistência ainda de ambos os lados mesmo no CCZ em que as parcerias já avançam. Mas a situação pior é junto à Secretaria do Meio Ambiente, mais especificamente no Depave como já foi descrito aqui.

XIV. Os mapas e as estatísticas do recolhimento de cães e gatos abandonados no Município de São Paulo

Análise do mapa de recolhimentos de cães e gatos feitos pelo CCZ

Os dados referentes ao recolhimento de cães e gatos pelo Centro de Controle de Zoonoses, aqui apresentados - referentes à soma dos anos de 2004 e 2005 - não podem ser interpretados como um ranking da existência de animais abandonados no município, já que não há uma contagem oficial dos que estão nas ruas e estes dados são referentes apenas aos recolhimentos. Eles indicam os chamados da população para recolhimentos de animais encontrados nas ruas, estejam eles mortos ou doentes ou de alguma forma, mesmo que saudáveis, incomodando quem vive no local. Enfim, variam para mais ou para menos não apenas pela existência dos animais, mas pela relação existente com o homem. É possível que haja locais em que a incidência seja muito maior do que a aqui apresentada mas que por relações de afeto com moradores esses animais transitem livremente pelas ruas. Esse é um caso comum em áreas de favelas, onde se sabe da existência de muitos animais sem dono transitando livremente pelas vielas e que, quando o Centro de Controle de Zoonoses aparece, o caminhão chega a ser apedrejado pela população que não quer a matança dos cães e gatos.

Por outro lado, ao unir o número de chamados com algumas outras características apresentadas neste trabalho como proximidade de estradas e áreas periféricas é possível ter indícios que tais regiões sejam ou não grandes focos de abandono.

Isso não significa que sejam as regiões originárias desses animais, pois sabe-se que muitos abandonos são feitos longe do local de moradia dos mesmos para que os eles não encontrem o caminho de casa, bem como qu áreas com maior concentração de lixo ou próximas e regiões de natureza preservada são mais atrativas para animais errantes, formando um conjunto de características propícias para sua aglomeração.

No ranking de recolhimentos do CCZ a subprefeitura – como estão divididas as áreas de captura – de Pirituba é a que mostra o maior número de capturas, com 1922 animais no período medido. É uma área periférica, nas proximidades de duas rodovias e rodeada dois grandes espaços verdes e de preservação, um é o Pico do Jaraguá o que pode indicar ser um dos grandes focos de abandono de animais no município.

Itaquera, a segunda colocada em capturas, com 1860, também pode ter interpretação semelhante à de Pirituba, levando em conta as proximidades do parque do Carmo e muitas de suas vilas serem cheias de favelas e com pouca limpeza urbana. Na outra ponta dessa medição, indicados como locais de menor índice de recolhimento, estão as subprefeituras de Pinheiros e Perus, áreas de características muito diferentes entre si.

Pinheiros, por englobar alguns bairros de alto poder aquisitivo e ter uma área de intenso movimento de comércio nas ruas pode indicar um local de pouca concentração de animais abandonados e de menos

capturas, mesmo ficando próximo a um dos pontos bastante problemáticos do município quanto ao abandono de animais: o campus da Universidade de São Paulo e tendo em sua jurisdição um parque de extensão considerável, o Villa-Lobos. As regiões urbanizadas de alto poder aquisitivo costumam ser muito limpas, não deixando condições de abrigo e alimento para os animais errantes. O intenso comércio encontrado dentro dos limites de atuação da subprefeitura de Pinheiros também pode afastar os animais pelo excesso de movimento, fato esse que pode compensar no cálculo de recolhimentos, alguns outros trechos sob o comando da subprefeitura de Pinheiros que poderiam atrair cães e gatos. Pinheiros apresentou, no período medido, 190 capturas.

Com o menor número de capturas registrado no município de São Paulo, a subprefeitura de Parelheiros se mostra bastante diferente do que a segunda colocada quanto ao menor número de recolhimentos que é Pinheiros, como acabamos de ver. Parelheiros teve, no período medido, 120 ocorrências. A suprefeitura de Parelheiros concentra uma grande extensão, mas com pequena população, o que já pode influenciar diretamente no menor número de chamadas. Suas características físicas e urbanas – fica no extremo sul da do município, a área mais afastada do centro urbano; acomoda grandes espaços verdes protegidos e diversos vazios urbanos bem como uma expressiva quantidade de casas com

quintal e capacidade de abrigar os animais – podem ao mesmo tempo ser um atrativo para o abandono e um indicador do baixo número de chamadas.

Por ter poucos habitantes, há menos gente para ligar para o CCZ. Por apresentar grandes vazios e áreas de proteção, esses animais não disputam espaço com as pessoas, o que pode incomodá-las menos. Por se caracterizar como uma região de casas com quintal, muitas pessoas podem recolher esses animais por dispor de espaço para eles. As áreas de preservação, convidativas para esses animais, também podem lhes servir de esconderijo deixando-os menos visíveis à população. Isso mostra que o número de chamados em Parelheiros e Pinheiros não pode ser usado como único referencial para indicar que nessas regiões há menos ou mais cães e gatos abandonados ou que tenham características semelhantes. Mesmo assim, pela análise geral em Pinheiros é possível que o número de chamadas seja um indício mais próximo da incidência de abandonados dentro da jurisdição daquela subprefeitura do que em Parelheiros.

Análise do mapa de chamadas recebidas pelo serviço SATVVA quanto a pessoas querendo se desfazer de animais, pedidos de recolhimento de abandonados por local e época do ano e comparação com as capturas do CCZ

O SATVVA - Serviço de Atendimento Telefônico da Valorização da Vida Animal registra cerca de 1/3 dos chamados que recebe como voltados para pessoas que desejam se desfazer de algum animal, enquanto apenas 3,6% de pessoas que ligam estão interessadas em adotar um deles. Os dados foram medidos entre 2003 e 2005, pela equipe do Instituto Nina Rosa, que administra o serviço.

A partir da verificação dos registros de cada dos atendimentos telefônicos voltados exclusivamente para quem quer se desfazer do animal ou pede resgate para errantes, desenvolvemos dois tipos de análise: temporal e espacial. Quanto à temporal dividimos mês a mês os 1739 chamados identificados em três anos como de pessoas que querem se desfazer de seus animais e pedido de recolhimento de errantes, entre as aproximadamente cinco mil fichas de chamados telefônicos analisadas individualmente.

Quanto á questão espacial, foram usadas como referências as subprefeituras, a divisão oficial utilizada pelo CCZ para sua contabilização de capturas. Nas fichas de registro dos atendimentos, as voluntárias e funcionárias do Instituto Nina Rosa pedem a identificação do bairro para quem liga. A partir dos bairros é que refizemos a espacialização por subprefeituras.

Inicialmente identificamos que 270 das chamadas referentes a pedido de resgate de cães e gatos abandonados ou motivadas pelo desejo de se desfazer do animal (cerca de 15% do universo analisado) não tinham identificação de qual bairro procediam, o que impediria de locá-las dentro de alguma subprefeitura. Tal percentual pode ser decisivo no ranking das chamadas, o que pode alterar o resultado final significativamente, até mesmo porque esse percentual corresponde a praticamente o dobro do número de atendimentos provenientes da área coberta pela subprefeitura em que houve mais ocorrências entre as localizadas, que foi a Mooca, com aproximadamente 8% delas. A falta de localização dessas chamadas não pode ser considerada uma falha de captação de dados do SATTVA, já que fica a cargo de quem procura o serviço querer ou não dar informações pessoais. Levando então apenas em conta as fichas com locais identificados, percebemos no período medido – 2003 a 2005 – a área da subprefeitura da Mooca como campeã de chamados com 140, seguida pela Lapa com 126, Pirituba com 108 e Butantã com 96.

Percebe-se aqui apenas Pirituba em classificação próxima ao ranking de chamados recebidos pelo CCZ, sendo que a subprefeitura da Mooca na classificação dos recolhimentos do CCZ aparece em 23º lugar entre as 31 subprefeituras e Lapa em 27º. Pinheiros, que aparece em 10º no número de ligações recebidas pelo Sattva, no ranking de recolhimentos do CCZ é a penúltima colocada, ocupando o 30º lugar. Quais seriam os motivos dessa diferença? Os principais indícios para essa reflexão são:

- ❖ O SATTVA existe desde 2003 enquanto o CCZ desde 1973, o que torna o segundo conhecido há mais tempo da população
- ❖ Por ter sido desenvolvido por uma organização da sociedade civil de pequeno porte, o SATTVA conta com menor estrutura física e menos possibilidades de realizar campanhas maciças de divulgação de seus serviços. A divulgação do SATTVA quase sempre é feita por meio de campanhas pontuais e localizadas.
- ❖ Um desses pontos de divulgação do SATTVA é um grande comércio de produtos para animais chamado Cobasi, próximo na confluência das subprefeituras da Lapa, Pirituba e Butantã, o que pode levar a um aumento de chamadas provenientes dessas regiões.
- ❖ O SATTVA recebe muitas ligações de pessoas que querem salvar os animais, mas que não podem ou não querem se responsabilizar por essa atitude e

não apenas das que querem que ele saia do local sem se importar se o seu destino será o sacrifício. Sendo assim, diversas ligações feitas inicialmente para o CCZ são transferidas para o SATTVA.

- ❖ O SATTVA não faz recolhimentos. É um serviço de orientação.
- ❖ Os fatores acima expostos fazem com que se torne inviável cientificamente uma comparação entre os dois bancos de dados.

Quanto à incidência de chamados por época do ano

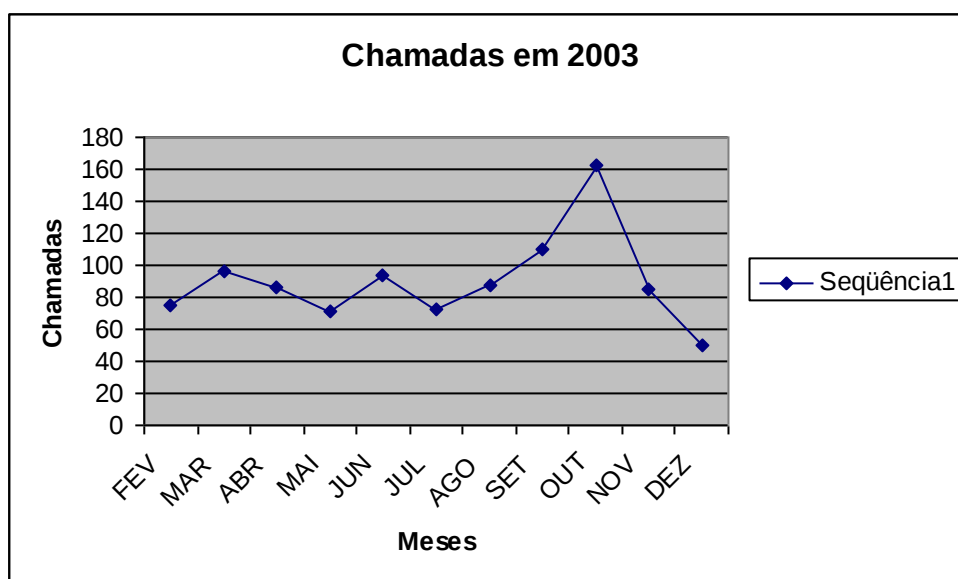
Como o número de chamados e recolhimentos foi fornecido pelo CCZ por ano e não mês a mês, usamos como parâmetros para a medição temporal apenas os chamados recebidos pelo SATTVA. Faz parte do senso comum – muitos jornais e revistas inclusive noticiam com frequência – as proximidades das festas de final do ano como épocas de maior abandono, motivados pelas viagens em família, sendo então os meses de novembro e dezembro teoricamente os mais problemáticos.

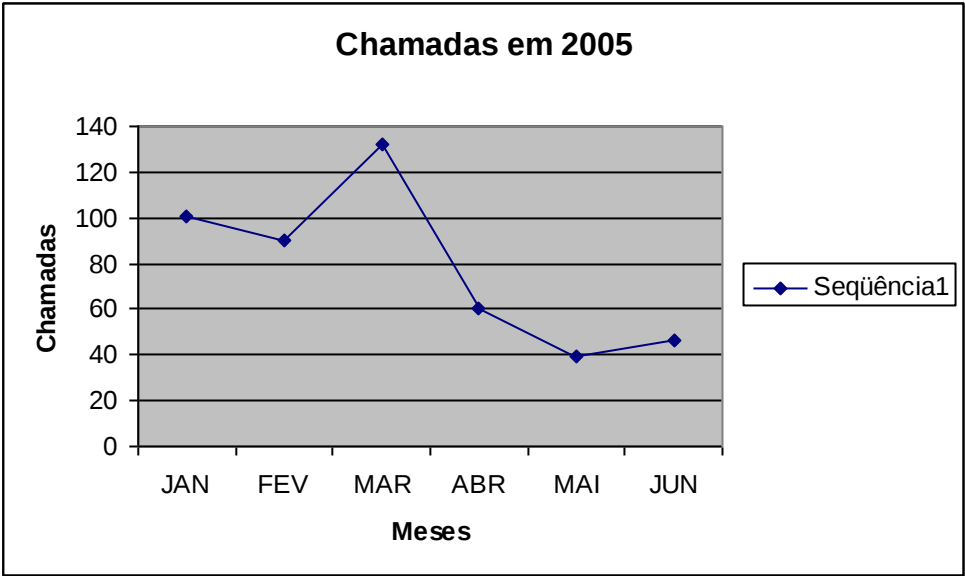
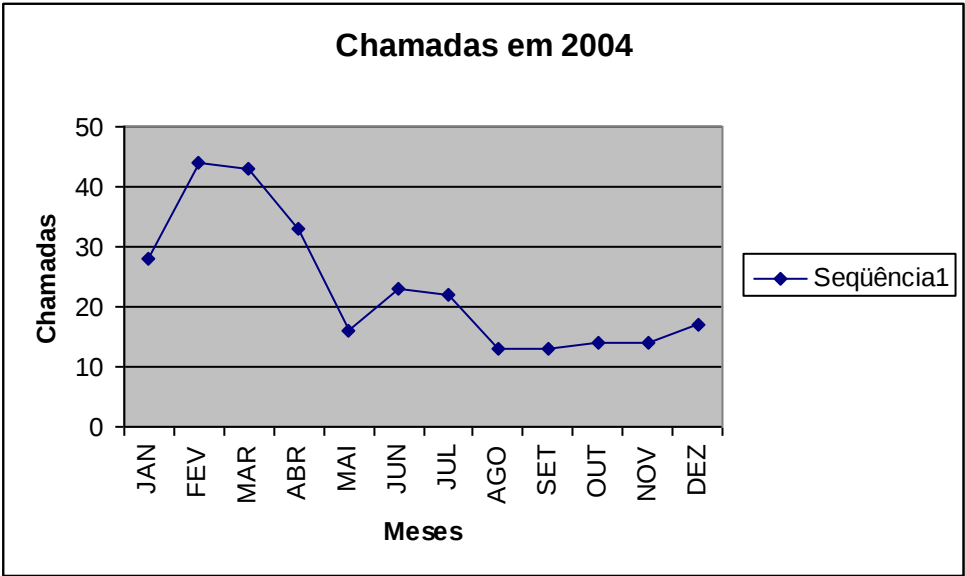
Pela incidência de chamados do SATTVA – analisadas de fevereiro de 2003 a junho de 2005 não foi possível constatar essa tendência, o que não significa que ela não exista, já que os chamados não refletem o número de abandonos. O que foi possível medir, como mostram os gráficos na sequência, foi uma concentração considerável de chamados relativos a abandono ou a se desfazer dos animais nos meses de setembro e outubro de 2003. Em 2004, o número de atendimentos foi mais concentrado nos meses de fevereiro e março e, em 2005, em janeiro, fevereiro

e março, lembrando que a medição analisada terminou em junho, o que não torna possível uma conclusão sobre as épocas de maior chamado. Mostra apenas uma tendência aos meses de fevereiro e março. Veja os gráficos:

Chamadas recebidas pelo serviço SATVVA quanto a pessoas querendo se desfazer de animais e a recolhimento de abandonados por época do ano

Fonte: fichas de atendimento telefônico do SATTVA entre fevereiro de 2003 e junho de 2005





XV. Conclusão

Apesar da falta de dados exatos sobre a quantidade de animais abandonados – cães e gatos – há indícios que no município de São Paulo eles trazem problemas para a dinâmica regional, principalmente nas áreas de saúde e ambiental.

Cães e gatos não têm mais espaço na cadeia alimentar natural, então hoje dependem totalmente do homem para sobreviver. As alterações na conjuntura econômica e a visão do animal como mercadoria contribuem para facilitar o descarte. São vistos pelo homem ainda como objetos de posse que podem ser deixados quando não estão mais em plenas condições de uso – velhos, doentes etc – ou quando não estão mais adequados à nova condição de moradia – mudança para uma casa menor ou apartamento – ou estrutura da família – chegada de um bebê. Pelos dados analisados, percebemos que eles pouco são levados em conta no planejamento da família quando a viagens moradia e que suas necessidades também pouco ou nada são levadas em conta no momento do descarte.

Não se sabe o tamanho do universo dos cães e gatos abandonados em São Paulo. Não há pesquisa oficial e ONGs trabalham com números muito variados de 600 mil a 2 milhões, sem origem comprovada. A falta do tamanho do universo inviabiliza a formação de políticas públicas ou privadas planejadas e de eficácia em longo prazo.

Menos de 6% dos animais recolhidos pela carrocinha são adotados, 94% são mortos e mesmo assim não há indícios de diminuição da população de animais de rua, o que mostra a ser a política pública ineficaz além de desumana. Esta constatação, inclusive, é feita pela OMS que em seu guia de manejo faz outras recomendações como políticas ideais.

Além da falta de dados, a própria dinâmica do governo inviabiliza a criação de políticas e parcerias em longo prazo. Eleições a cada quatro anos, mudanças de secretários no meio do mandato e o isolamento das secretarias também dificultam o planejamento de uma política integrada.

A Secretaria de Saúde, a mais voltada e com mais iniciativas quanto à diminuição do número de cães e gatos errantes, enfrenta ainda problemas adicionais pela situação caótica da saúde pública em São Paulo. Além de divergências internas, a destinação de verbas adicionais para um programa ligado ao bem estar dos animais poderia – se não for bem divulgado e trabalhado – gerar protestos perante à população pela situação precária da saúde no município em que faltam médicos, equipamentos e leitos hospitalares.

Por outro lado, uma política pública voltada para controle populacional e posse responsável seria uma ação de saúde preventiva diminuindo incidência de zoonoses e os atendimentos hospitalares resultados de ataques de cães e gatos.

Então, usar apenas a questão dos poucos recursos financeiros como causa da falta de políticas públicas mais eficazes diante de situação da saúde pública como um todo pode ser uma linha de raciocínio perigosa e errônea, lembrando o quanto se pode economizar em atendimentos hospitalares com medidas preventivas. É um cálculo bastante complexo sobre o qual não há dados, mas deve ser considerado quando se busca a melhor relação custo X benefício.

Ainda em relação a verbas, há indícios que a própria gestão de recursos e capital humano poderia ser revista. Um exemplo claro é relacionado aos custos/benefícios comparados entre captura e sacrifício e castração e soltura. A experiência realizada na Índia fortalece ainda mais essa argumentação.

Percebemos pelo quadro exposto durante a pesquisa que a incidência das doenças caracterizadas como zoonoses está intimamente ligada à pobreza, ocupação desordenada e falta de informação. Boa parte das ações preventivas descritas são simples e fáceis de serem concretizadas, mas dependem muito de ações do poder público, principalmente quanto à infra-estrutura de saneamento e a implementação de campanhas de conscientização.

Avanços urbanos sobre áreas de proteção, falta de vacinação dos cães e gatos e de uma relação responsável quanto à sua criação aumentam a incidência de casos. Insetos e outros animais silvestres entram em contato tanto com o homem quanto

com os animais domésticos, tornando-o potenciais portadores e transmissores com o passar do tempo.



Quanto aos acidentes de trânsito envolvendo cães e gatos também há poucos registros. Na área urbana, não há dados por parte da CET ou outros órgãos, mas pela observação informal percebe-se uma quantidade considerável de carcaças de animais, principalmente em locais de grande risco de atropelamento. Quantos desses acidentes trouxeram prejuízos também para as pessoas não se sabe.

Nas estradas também há poucos registros – dando a entender pelos dados expostos que o problema não é relevante – por parte dos órgãos oficiais e os que existem

superficiais As administrações particulares de rodovias pouco parecem dar importância ou relevância ao fato, pois nem ao menos cogitam o tema, exceto a ViaOeste que tem um trabalho específico voltado a acidentes com animais. Pela disponibilidade de recursos, material humano e patrimônio dispendidos pela ViaOeste quanto ao tema e pelos números apresentados percebe-se que é um assunto que merece estudos e levantamentos mais aprofundados em todas as rodovias. Pela lógica do capitalismo, uma empresa privada não daria tanta atenção a um tema se o mesmo não fosse relevante.

Sobre a relação com a fauna silvestre a partir do abandono de cães e gatos em parques e praças, estudos encontrados no exterior e o caso do Parque Nacional de Brasília mostram a relevância do problema e a necessidade de levantamentos e análises aprofundadas. O que se nota no poder público municipal é um total descaso do Depave, até mesmo com as próprias outras iniciativas e permissões da Secretaria do Verde, ao qual o órgão é subordinado. O exemplo dessa postura é o caso do *Projeto Bicho no Parque*. Percebemos também aqui forte intolerância e falta de pré-disposição para formação de parcerias com outros setores da sociedade, sendo a parceria intersetorial uma tendência nas administrações públicas do mundo todo e com resultados comprovados em diversos temas.

Quanto ao Depave, bem como à Secretaria de Saúde, apesar de a segunda mostrar avanços bastante significativos nos últimos anos, percebe-se o entrave, a burocracia

e a falta de vontade política em trabalhar soluções em longo prazo e preventivas que demandem estudos e comprometimento, até mesmo porque o resultado efetivo não poderá se constatado num mesmo mandato político.

Mesmo assim, a Secretaria de Saúde é a que mais apresenta levantamentos de dados que podem dar início a qualquer estudo mais aprofundado sobre o tema em busca de políticas públicas ou parcerias público-privadas para uma solução efetiva e humanitária quanto a superpopulação de cães e gatos no município.

Notam-se muitas ações direcionadas ao final do processo, ao animal que já está na rua, tanto por parte do poder público quanto das ONGs em detrimento de campanhas preventivas, que acontecem mas em escala bem menor. Há ainda pouco planejamento e ações ligados a uma política preventiva para a superpopulação. Os trabalhos ainda são muito voltados para o imediatismo emergencial.

Como ações preventivas, referimos-nos principalmente a programas educativos ainda tímidos tanto no CCZ quanto nas organizações. Campanhas começaram recentemente destacando um momento de mudança como um todo da sociedade, que começa a se voltar para a chamada educação humanitária.

O diálogo com as ONGs começou há menos de uma década quando foi criada a Comissão de Bem-Estar animal no CCZ com participação das ONGs, iniciando uma abertura para a discussão do contexto social que levou à superpopulação de

cães e gatos no município. Começaram-se aí algumas análises de procedimentos quanto a manejo, sacrifício até mesmo da qualidade da ração dada aos animais enquanto esperam a morte e questionamentos sobre a responsabilidade do dono.

Essas parcerias trouxeram avanços significativos à discussão e à ação, mas ainda são pontuais e trazem resultados muito pequenos quanto ao problema como um todo. A entrada das ONGs no CCZ foi determinante para propiciar uma visão mais humanitária do problema. Tal visão já existia por parte de alguns funcionários do CCZ, mas eles tinham pouco poder. Ganharam mais espaço com o início de uma abertura para o diálogo. O que se percebe é um foco de ação ainda bastante direcionado na Secretaria da Saúde, sem a participação e integração de outras secretarias municipais. No caso da Secretaria de Educação quanto ao programa de conscientização sobre posse responsável desenvolvido pelo CCZ e pelas ONGs é claro seu papel de parceiro passivo, apenas abrindo espaço para a capacitação dos professores.

Há um longo caminho a percorrer para que se consiga elaborar uma política pública ou uma parceria público-privada efetiva em grande escala para trabalhar o problema da superpopulação de cães e gatos no Município de São Paulo.

Para que se possa agir em grande escala, notamos a urgência de um levantamento quantitativo – mesmo que por amostragem – do número real de animais errantes e de sua flutuabilidade, bem como de sua localização espacial e a origem do

abandono, pois se sabe que não há relação direta entre o local em que se encontra ou que foi deixado o animal errante e sua origem domiciliada. Essa localização de origem é fundamental para que se saiba onde e como as políticas preventivas devem ser aplicadas e com qual intensidade.

Há métodos científicos – alguns indicados e utilizados nesta pesquisa – que possibilitam estimativas localizadas iniciais e que podem ser viabilizados por meio de parcerias e sem custos altos. Percebemos durante a realização deste trabalho que, por parte do poder público não há disponibilidade política para tal ação e por parte das ONGs percebe-se desconhecimento da necessidade e da função desse banco de dados, bem como dos métodos científicos para fazê-lo. Sem uma estimativa geral do universo ou a soma de pequenos levantamentos locais – por menor que seja a delimitação espacial de cada universo – embasadas cientificamente, o risco do fracasso de políticas em grande escala é muito grande.

Como exceções, podemos citar a iniciativa do *Bicho no Parque*, o banco de dados do *Adote um Gatinho* e o programa de atendimento telefônico e orientações sobre manejo e bem-estar animal desenvolvido pelo *Instituto Nina Rosa* (SATVVA), cujos dados foram aqui analisados. Esse serviço telefônico consegue montar um primeiro banco de dados quanto a diversos aspectos da relação entre o homem e seu cão ou gato a partir do registro de atendimentos em busca de orientação.

Ressaltamos novamente que a pesquisa foi feita por amostragem e podem existir outras iniciativas semelhantes aqui não registradas.

Os exemplos acima citados e os relatórios individuais de castração exigidos pelo PSA no programa das subprefeituras possivelmente possam ajudar as ONGs a levantar e manejar melhor os dados bem como tratar de sua relevância no planejamento das atividades.

Percebe-se que hoje o setor público tem a infra-estrutura macro e a capacitação técnica para a elaboração de um grande planejamento de manejo em busca do controle humanitário da super população, mas nota-se nitidamente problemas de gestão, excesso de burocracia e má vontade política.

Por outro lado, em boa parte do terceiro setor nota-se grande disposição para o trabalho; envolvimento e compromisso reais com a causa; muita vontade de resolver situação; mas ainda ações bastante pontuais e voltadas para o emergencial; carências quanto a sistemas de gestão e à cientificidade; falta de comunicação eficiente, entre outras lacunas.

Há demonstrações de progressos gradativos com as parcerias indicando que governos e ONGs podem se complementar na busca por soluções.

Mesmo assim, a discussão ainda é árdua, pois as linguagens utilizadas são muito diferente, alguns objetivos são conflitantes e a flexibilidade necessária em ambas as partes ainda não é suficiente diante de um problema que cresce a cada dia.

Notamos também pouca dedicação ao preventivo em ambos os setores, seja pela existência de muitos casos emergenciais, seja pela falta de visão de longo prazo, entre outros motivos, e a falta de instrumentos e ferramentas para avaliação de resultados, item também fundamental para a elaboração das políticas.

Tais métodos e ferramentas existem, como as mostradas no Guia de Manejo da OMS/WSPA e em institutos voltados para capacitação em gestão de causas sociais como Instituto Fonte, Gesc e Gife, entre outros. Seja por falta de iniciativa, por falta de conhecimento técnico, por falta de conhecimento de sua existência, pela incompreensão da necessidade de seu uso, pelo excesso de casos emergências, por falta de verbas ou problemas de gestão e planejamento ou outro motivo qualquer as ferramentas de manejo, em São Paulo, ainda fazem parte de um livro fechado na gaveta dos envolvidos.

Enquanto isso as pessoas desovam animais nas ruas sem qualquer preocupação com a sociedade em geral e com os próprios animais. As ONGs, não só na causa animal, mas relacionadas a diversos problemas sociais, ainda são vistas erroneamente por muitos como iniciativas que surgiram para assumir para si a responsabilidade de cada indivíduo e não como facilitadoras temporárias para a diminuição das mazelas, desde que as responsabilidades individuais e coletivas sejam assumidas.

XVI. Agradecimentos

Pessoais

À Josely Fahl Alves de Souza e Paulo Sérgio de Godoy e Vasconcellos e pela consultoria científica e pelo trabalho em conjunto no levantamento de dados durante a execução deste trabalho. À Taís Nicoletti e Juliana Canduzini pela ajuda no levantamento de dados.

Acadêmicos

À Universidade de São Paulo e ao Departamento de Geografia por possibilitarem um olhar científico sobre o tema. Ao professor José Bueno Conti pela orientação e pela compreensão da questão sob a óptica da Geografia. À WSPA Internacional/ Londres pelo fornecimento de material científico e dados internacionais. Á ViaOeste pelos dados e atenção. Ao pessoal do CCZ e das ONGs pelo atendimento e informações dadas. Prefiro aqui agradecer de forma geral para não correr o risco de esquecer o nome de alguém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

BEAVER, Bonnie V. Comportamento canino: um guia para veterinários. São Paulo: Roca, 2001.

DEHASSE, Joel, **DE BUYSER**, Colette. Comportamento e educação do gato. São Paulo: Livraria Varela, 1996.

ECO, Umberto – Como se faz uma tese, tradução de Gilson César Cardoso de Souza, 18ª edição (1ª edição, 1977), São Paulo, Editora Perspectiva, 2002

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro – Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável, 2ª edição, São Paulo, Editora Anna Blume, 2001

GAETA, Alexandre – Código de Direito Animal, 1ª edição, São Paulo, Editora Madras, 2002

GERMANO, Pedro M. L. Riscos e conseqüências em Saúde Pública das doenças transmitidas por animais de estimação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

MORAES, Trany Novah – Elaboração da Pesquisa Científica – 1ª edição, São Paulo, Editora de Publicações Médicas, 1979

SOUZA, José A. – “Modalidades que assumem os documentos científicos”; “Como redigir o texto”; “Como preparar um original” in Como Redigir um trabalho científico

VIEIRA, Sônia – Como escrever uma tese, 5ª edição (1ª edição, 1991), São Paulo, Editora Pioneira, 2002

Folhetos, livretos e guias e documentos diversos:

CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, CCZ/SP – Manual Para Viver de bem com os bichos – Manual do Educador – 2002

CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, CCZ/SP Criando um amigo – Manual de prevenção contra agressões de cães e gatos – Manual do Educador – 2004

INSTITUTO PASTEUR - Guia de Controle de Populações de animais de estimação – 1ª edição, Manual Técnico N. 6, São Paulo, 2000

INSTITUTO PASTEUR – Orientação para projetos de Centros de Controle de Zoonoses – 2ª edição, Manual Técnico N. 2, São Paulo, 2000

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral, Série A, Normas e Manuais Técnicos, Editora MS, 2003

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Manual de controle da leishmaniose tegumentar americana, 2000. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Planejamento do programa de prevenção de mordeduras de cães e gatos. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Vigilância em Saúde. Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental. Centro de Controle de Zoonoses (Documento final da I Reunião para implantação do programa de Prevenção de Mordeduras de Cães e Gatos, Realizado em Dez/2003, na cidade de Embu).

WSPA - WORLD SOCIETY OF PROTECTION OF ANIMALS, *The animal birth control programme, Help in suffering*, Jaipur, Spring, 2003, 110 págs

WSPA/WHO - WORLD SOCIETY OF PROTECTION OF ANIMALS and WORLD HEALTH ORGANIZATION - *Guidelines for dog population management*, Genebra, 1990, 120 págs.

Sites:

www.altarriba.org/
www.apasfa.org
www.arcabrasil.org.br
www.cnn.com
www.digitandoofuturo.com.br
www.dogtimes.com.br
www.envolverde.com.br
www.exercito.gov.br
www.falabicho.org.br
www.fiocruz.br
www.ib.usp.br/ceo/gatospredadores.htm
www.ig.com.br
www.jornal.atarde.com.br
www.kennelclub.com.br
www.orkut.com
www.prefeitura.sp.gov.br/saude
www.saudeanimal.com.br
www.yahoo.com.br/grupos

Periódicos:

Revista **Veja** 18/04/2001 A revolução dos bichos de Eliana Simonetti e Murilo Ramos
Jornal **Folha de São Paulo** em 10/12/2000
Jornal **Folha de São Paulo** em 2/04/2002
Jornal **Folha de São Paulo** em 26/09/2001
Jornal **Folha de São Paulo** em 17/11/2003
Jornal **do Campus** - 12 a 25 de novembro de 1998
Revista **Galileu** - fevereiro 1999
Jornal **O Estado de S. Paulo**, 04/09/2003 - Superpopulação de Cães preocupa OMS, Lúcia Martins
Revista **Viver, Mente e Cérebro**, ano 12, edição 141, outubro/2004, págs 90 a 93, Klaus Wilhelm. Duetto Editorial
Revista **Fapemig** - março a maio de 2000

Monografias, Teses e Artigos:

CANDUZINI, Juliana Cristina – A problemática dos animais abandonados nas ruas do município de São Paulo – trabalho de iniciação à pesquisa em Geografia – Universidade de São Paulo, USP, 2001

COSTA E.O.; **DINIZ**. L.S.M.; **BENITES**, N.R.; **COUTINHO**, S.D.; **CARVALHO**, V.M.; **DUTRA**, L.F.; **SERRA**, E.G - “Surto interespecífico de dermatomicoses por *Microsporum canis* e *Microsporum gypseum*” artigo da Rev. Saúde Pública vol.28 no.5 São Paulo Oct. 1994

GARCIA, Rita de Cássia Maria - *Análise dos registros de tratamento anti-rábico pós exposição do município de Osasco, São Paulo, Brasil, no período de 1984 a 1994.* -

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre junto à área de Epidemiologia Experimental e Aplicada às Zoonoses da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.

MARQUES, Fenanda – “Questões ambientais e sociais estão por trás de doenças emergentes e reemergentes”, artigo publicado no site www.fiocruz.br/ccs/especiais/emergentes4_fer.htm

PARANHOS, Noêmia Tucunduva - Estudo das populações canina e felina em domicílio, município de São Paulo, 2001, dissertação de mestrado na faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

RAMOS, Pedro Melguizo, Méd. Vet., Coordenador do Programa de Prevenção da Raiva em Humanos, COAS/SMS, Membro da Comissão Estadual de Coordenação de Controle da Raiva no Estado de São Paulo – “O controle da raiva no Município de São Paulo” - artigo do Suplemento técnico n. 19 do Conselho Federal de Medicina Veterinária

RODRIGUES, Flávio Henrique G. – professor do Departamento de Biologia Geral da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais “Conservação do lobo-guará: avaliação os problemas e perspectivas” artigo publicado no site <http://www.icb.ufmg.br>, 2005

RONDINONI, Farath - artigo “A domesticação dos cães, seu comportamento agressivo e seu tratamento” – divulgado em vários sites

SAVANIA, Elisa San Martin Mouriz; **SCHIMONSKYB** Bernhard Von; **CAMARGO** Maria Cecilia Gibrail Oliveira e **D’AURIAA**, Sandra Regina Nicoletti - “Vigilância de leishmaniose visceral americana em cães de área não endêmica”, artigo publicado na Revista Saúde Pública 2003;37(2):260-2 e reproduzido no site www.fsp.usp.br/rsp

TANJI, Andréa Soares Correia - Distribuição da população de Canis Familiares no Bairro do Capão Redondo, São Paulo, SP, 1993, Monografia de Bacharelado, Curso de Ciências Biológicas, Universidade Metodista de São Paulo.

Vários autores - “Avaliação de riscos a saúde e intervenção local associada ao convívio com cães e gatos, Jardim Paraná, Brasilândia, São Paulo”, in Revista de Educação Continuada do CRMV-SP, vol 6, n. 1/3, 2003

